

**EDP Renováveis, S.A.**  
**Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**31 Dezembro 2012**

**EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias**  
**Demonstração dos Resultados Consolidados**  
**para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011**

Milhares de Euros	Notas	2012	2011
<u>Volume de negócios</u>	<u>6</u>	<u>1.157.796</u>	<u>957.217</u>
<u>Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA</u>	<u>7</u>	<u>127.350</u>	<u>111.610</u>
		<u>1.285.146</u>	<u>1.068.827</u>
Outros proveitos / (custos) operacionais:			
<u>Outros proveitos operacionais</u>	<u>8</u>	<u>63.116</u>	<u>84.544</u>
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>	<u>9</u>	<u>-261.810</u>	<u>-225.069</u>
<u>Custos com o pessoal e benefícios aos empregados</u>	<u>10</u>	<u>-62.659</u>	<u>-60.832</u>
<u>Outros custos operacionais</u>	<u>11</u>	<u>-86.212</u>	<u>-66.732</u>
		<u>-347.565</u>	<u>-268.089</u>
		<u>937.581</u>	<u>800.738</u>
<u>Provisões do exercício</u>		<u>3</u>	<u>266</u>
<u>Depreciações e amortizações do exercício</u>	<u>12</u>	<u>-502.709</u>	<u>-468.493</u>
<u>Amortização de proveitos diferidos (subsídios governamentais)</u>	<u>12</u>	<u>15.231</u>	<u>14.986</u>
		<u>450.106</u>	<u>347.497</u>
<u>Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros</u>		<u>2.766</u>	<u>10.499</u>
<u>Proveitos financeiros</u>	<u>13</u>	<u>74.188</u>	<u>61.555</u>
<u>Custos financeiros</u>	<u>13</u>	<u>-351.804</u>	<u>-305.685</u>
<u>Ganhos / (perdas) em associadas</u>		<u>6.833</u>	<u>4.796</u>
<u>Resultado antes de impostos</u>		<u>182.089</u>	<u>118.662</u>
<u>Impostos sobre lucros</u>	<u>14</u>	<u>-46.039</u>	<u>-28.038</u>
<b><u>Resultado líquido do exercício</u></b>		<b><u>136.050</u></b>	<b><u>90.624</u></b>
<b>Atribuível a:</b>			
<u>Accionistas da EDP Renováveis</u>	<u>29</u>	<u>126.266</u>	<u>88.604</u>
<u>Interesses não controláveis</u>	<u>31</u>	<u>9.784</u>	<u>2.020</u>
<u>Resultado líquido do exercício</u>		<u>136.050</u>	<u>90.624</u>
<b><u>Resultado por acção (básico e diluído) - Euros</u></b>	<b><u>28</u></b>	<b><u>0,14</u></b>	<b><u>0,10</u></b>

**EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias**  
**Demonstração Consolidada do Rendimento Integral**  
**para os exercícios findos em 31 Dezembro de 2012 e 2011**

Milhares de Euros	2012		2011	
	Accionistas EDP	Interesses não	Accionistas EDP	Interesses não
	Renováveis	controláveis	Renováveis	controláveis
<b>Resultado líquido do exercício</b>	126.266	9.784	88.604	2.020
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-38.469	-7.375	-10.827	-1.109
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	7.875	1.922	1.622	200
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-129	-82	-7.673	844
Ganhos/ (perdas) actuariais	14	-	17	-
Efeito fiscal dos ganhos/ (perdas) actuariais	-4	-	-5	-
Diferenças cambiais de consolidação	1.580	-6.861	-15.686	-1.357
<b>Outro rendimento integral do exercício depois de impostos</b>	-29.133	-12.396	-32.552	-1.422
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	97.133	-2.612	56.052	598

**EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias**  
**Demonstração da Posição Financeira Consolidada**  
**em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011**

Milhares de Euros	Notas	2012	2011
<b>Activo</b>			
Activos fixos tangíveis	15	10.536.907	10.454.621
Activos intangíveis	16	24.915	21.819
Goodwill	17	1.301.930	1.311.845
Investimentos financeiros em empresas associadas	18	47.473	51.381
Activos financeiros disponíveis para venda	19	9.407	9.618
Activos por impostos diferidos	20	89.378	55.558
Devedores e outros activos de actividades comerciais	23	55.153	64.211
Outros devedores e outros activos	24	299.653	185.324
Total dos Activos Não Correntes		<u>12.364.816</u>	<u>12.154.377</u>
Inventários	21	16.209	23.751
Clientes	22	180.259	146.105
Devedores e outros activos de actividades comerciais	23	104.165	80.029
Outros devedores e outros activos	24	335.209	379.246
Impostos a receber	25	55.089	41.288
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		389	211
Caixa e equivalentes de caixa	26	245.837	219.922
Total dos Activos Correntes		<u>937.157</u>	<u>890.552</u>
<b>Total do Activo</b>		<u>13.301.973</u>	<u>13.044.929</u>
<b>Capitais próprios</b>			
Capital	27	4.361.541	4.361.541
Prémios de emissão de acções	27	552.035	552.035
Reservas	28	-74.385	-40.545
Outras reservas e resultados acumulados	28	458.202	365.531
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis		126.266	88.604
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis		5.423.659	5.327.166
Interesses não controláveis	29	325.168	126.559
<b>Total dos Capitais Próprios</b>		<u>5.748.827</u>	<u>5.453.725</u>
<b>Passivo</b>			
Dívida financeira de médio/longo prazo	30	3.657.083	3.691.068
Benefícios aos empregados		222	163
Provisões	31	63.603	57.982
Passivos por impostos diferidos	20	380.592	381.468
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	32	1.679.753	1.783.861
Credores e outros passivos de actividades comerciais	33	376.503	404.233
Outros credores e outros passivos	34	258.824	189.250
Total dos Passivos Não Correntes		<u>6.416.580</u>	<u>6.508.025</u>
Dívida financeira de curto prazo	30	217.237	135.054
Credores e outros passivos de actividades comerciais	33	704.610	707.590
Outros credores e outros passivos	34	157.876	189.119
Impostos a pagar	35	56.843	51.416
Total dos Passivos Correntes		<u>1.136.566</u>	<u>1.083.179</u>
<b>Total do Passivo</b>		<u>7.553.146</u>	<u>7.591.204</u>
<b>Total dos Capitais Próprios e Passivo</b>		<u>13.301.973</u>	<u>13.044.929</u>

**EDP Renováveis, S.A.**  
**Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios Consolidados**  
**para os exercícios findos em 31 Dezembro 2012 e 2011**

Milhares de Euros	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reservas e resultados acumuladas	Diferenças Cambiais	Reserva de Justo Valor (cobertura FC)	Reserva de Justo Valor (AFDV)	Capital Próprio atribuível acionistas da EDP Renováveis	Interesses não controláveis
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>5.393.511</b>	<b>4.361.541</b>	<b>552.035</b>	<b>363.643</b>	<b>-15.316</b>	<b>-4.913</b>	<b>10.980</b>	<b>5.267.970</b>	<b>125.541</b>
Rendimento integral									
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-6.829	-	-	-1.268	-	-	-6.405	-7.673	844
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-10.114	-	-	-	-	-9.205	-	-9.205	-909
Ganhos/(perdas) actuariais líquidas de imposto	12	-	-	12	-	-	-	12	-
Variações na diferença cambial de consolidação	-17.043	-	-	-	-15.686	-	-	-15.686	-1.357
Resultado líquido do exercício	90.624	-	-	88.604	-	-	-	88.604	2.020
Rendimento integral total do exercício	56.650	-	-	87.348	-15.686	-9.205	-6.405	56.052	598
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-3.419	-	-	-	-	-	-	-	-3.419
Aumento de capital na EDP Renováveis Brasil	1.493	-	-	-	-	-	-	-	1.493
Variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	5.215	-	-	2.810	-	-	-	2.810	2.405
Outras variações	275	-	-	334	-	-	-	334	-59
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>5.453.725</b>	<b>4.361.541</b>	<b>552.035</b>	<b>454.135</b>	<b>-31.002</b>	<b>-14.118</b>	<b>4.575</b>	<b>5.327.166</b>	<b>126.559</b>
Rendimento integral									
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-211	-	-	-	-	-	-129	-129	-82
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-36.047	-	-	-	-	-30.594	-	-30.594	-5.453
Ganhos/(perdas) actuariais líquidas de imposto	10	-	-	10	-	-	-	10	-
Variações na diferença cambial de consolidação	-5.281	-	-	-	1.580	-	-	1.580	-6.861
Resultado líquido do exercício	136.050	-	-	126.266	-	-	-	126.266	9.784
Rendimento integral total do exercício	94.521	-	-	126.276	1.580	-30.594	-129	97.133	-2.612
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-4.805	-	-	-	-	-	-	-	-4.805
Aumento de capital da EDP Renováveis Brasil	26.443	-	-	-	-	-	-	-	26.443
Alienação sem perda de controlo da Vento II (EDPR NA)	176.121	-	-	4.057	-3.224	-1.473	-	-640	176.761
Variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	2.822	-	-	-	-	-	-	-	2.822
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>5.748.827</b>	<b>4.361.541</b>	<b>552.035</b>	<b>584.468</b>	<b>-32.646</b>	<b>-46.185</b>	<b>4.446</b>	<b>5.423.659</b>	<b>325.168</b>

**EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados**  
**para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011**

Milhares de Euros	2012	2011
<b>Actividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	1.141.490	987.826
Pagamentos a fornecedores	-285.247	-276.080
Pagamentos ao pessoal	-68.893	-56.807
Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos à actividade operacional	-75.573	13.197
	<u>711.777</u>	<u>668.136</u>
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-45.465	-25.604
<b>Fluxo das Actividades Operacionais</b>	<u>666.312</u>	<u>642.532</u>
<b>Operações em continuação</b>	<u>666.312</u>	<u>642.532</u>
<b>Actividades de Investimento</b>		
Recebimentos:		
Activos financeiros	11.113	66.644
Activos fixos tangíveis	2.273	40.075
Outros recebimentos relativos a activos fixos tangíveis	489	605
Juros e proveitos similares	20.559	8.409
Dividendos	4.075	2.488
	<u>38.509</u>	<u>118.221</u>
Pagamentos:		
Aquisições de subsidiárias (líquidas de caixa e equivalentes) e outros investimentos	-28.880	-262.944
Activos fixos tangíveis	-612.495	-892.409
	<u>-641.375</u>	<u>-1.155.353</u>
<b>Fluxo das Actividades de Investimento</b>	<u>-602.866</u>	<u>-1.037.132</u>
<b>Operações em continuação</b>	<u>-602.866</u>	<u>-1.037.132</u>
<b>Actividades de Financiamento</b>		
Alienação de interesses não controláveis	175.687	3.879
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos obtidos	-4.413	147.987
Juros e custos similares	-215.330	-164.089
Subsídios governamentais	4.817	2.587
Aumentos de capital e prémios de emissão de acções	26.517	5.863
Recebimentos / (pagamentos) de instrumentos financeiros derivados	166	-5.726
Dividendos pagos	-4.805	-7.365
Recebimentos / (Pagamentos) antecipados de parcerias institucionais na actividade eólica nos EUA	-15.159	141.111
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento</b>	<u>-32.520</u>	<u>124.247</u>
<b>Operações em continuação</b>	<u>-32.520</u>	<u>124.247</u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<u>30.926</u>	<u>-270.353</u>
Efeito das diferenças de câmbio	-5.011	-10.364
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício (*)</b>	<u>219.922</u>	<u>500.639</u>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (*)</b>	<u>245.837</u>	<u>219.922</u>

(\*) Ver detalhe da composição da rubrica Caixa e equivalentes de caixa na Nota 26 às Demonstrações Financeiras.

## Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. Actividade económica do Grupo EDP Renováveis	8
2. Políticas contabilísticas	12
3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas	25
4. Políticas de gestão do risco financeiro	26
5. Perímetro de consolidação	29
6. Volume de negócios	31
7. Projeitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	31
8. Outros projeitos de exploração	32
9. Fornecimentos e serviços externos	32
10. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	33
11. Outros custos de exploração	33
12. Depreciações, amortizações do exercício e projeitos diferidos	34
13. Projeitos e custos financeiros	34
14. Impostos sobre os lucros	35
15. Activos fixos tangíveis	36
16. Activos intangíveis	38
17. Goodwill	39
18. Investimentos financeiros em empresas associadas	42
19. Activos financeiros disponíveis para venda	43
20. Impostos diferidos activos e passivos	43
21. Inventários	45
22. Clientes	45
23. Devedores e outros activos de actividades comerciais	45
24. Outros devedores e outros activos	46
25. Impostos a receber	46
26. Caixa e equivalentes de caixa	46
27. Capital	47
28. Reservas e resultados acumulados	48
29. Interesses não controláveis	49
30. Dívida financeira	50
31. Provisões	51
32. Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	52
33. Credores e outros passivos de actividades comerciais	53
34. Outros credores e outros passivos	53
35. Impostos a pagar	54
36. Instrumentos financeiros derivados	54
37. Compromissos	57
38. Partes relacionadas	59
39. Justo valor de activos e passivos financeiros	64
40. Eventos relevantes e subsequentes	67
41. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	68
42. Matérias ambientais	71
43. Relato financeiro por segmentos	71
44. Honorários de auditoria e outros	72
45. Nota de tradução	72
Anexo 1	73
Anexo 2	81

## 1. ACTIVIDADE ECONÓMICA DO GRUPO EDP RENOVÁVEIS

A EDP Renováveis, Sociedade Anónima (adiante designada por "EDP Renováveis") foi constituída em 4 de Dezembro de 2007. Esta sociedade tem como objecto social principal a realização de actividades relacionadas com o sector eléctrico, nomeadamente a projecção, construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia eléctrica, utilizando fontes de energia renovável, em especial de energia eólica. A EDP Renováveis tem a sua sede social em Oviedo, Espanha. Em 18 de Março de 2008, o capital social da EDP Renováveis foi convertido em acções (Sociedade Anónima).

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social é detido em 62,02% pela EDP S.A. - Sucursal en España ("EDP Sucursal"), em 15,51% pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A., estando 22,47% do capital disperso em bolsa na NYSE Euronext Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2012, a EDP Renováveis detém 100% do capital social da EDP Renewables Europe, S.L. ("EDPR EU"), 100% do capital social da EDP Renewables North America, LLC ("EDPR NA"), 100% do capital social da EDP Renewables Canada, Ltd. ("EDPR Canada") e 55% do capital social da EDP Renováveis Brasil, S.A. ("EDPR BR").

A EDP Renováveis pertence ao Grupo EDP, cuja empresa-mãe é a EDP - Energias de Portugal, S.A., com sede social na Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 4.º em Lisboa.

Em Dezembro de 2011, a China Three Gorges Corporation (CTG) adquiriu à Párpública - Participações Públicas SGPS, S.A. 780.633.782 acções ordinárias da EDP, representativas de 21,35% do capital social e direitos de voto da EDP Energias de Portugal, S.A., accionista maioritário da EDP Renováveis.

Os termos do acordo celebrado através do qual a CTG se tornou accionista do Grupo EDP determinam que a CTG irá realizar investimentos minoritários no montante de 2.000 milhões de Euros em activos do Grupo EDP Renováveis, representativos de 1,5 GW de capacidade instalada (900 MW em operação e 600 MW em construção).

A actividade da EDPR EU é desenvolvida através das suas subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Itália e Reino Unido. As principais subsidiárias da EDPR EU são: EDP Renováveis Portugal, S.A. (parques eólicos em Portugal), EDP Renewables Espanã, S.L. (produção de electricidade a partir de fontes renováveis em Espanha), EDP Renewables France (parques eólicos em França), Greenwind, S.A. (parques eólicos na Bélgica - parcerias com investidores locais), EDP Renewables Polska, SP. ZO.O. (parques eólicos na Polónia), EDP Renewables Romania, S.R.L. (parques eólicos na Roménia), EDP Renewables Italy, SRL (parques eólicos em Itália) e EDPR UK Limitada (projectos de desenvolvimento offshore).

As principais actividades da EDPR NA são o desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América e serviços de gestão para a EDPR Canada.

A EDP Renováveis Brasil foi constituída com o objectivo de estabelecer uma nova unidade de negócio capaz de agregar todos os investimentos no mercado das energias renováveis no Brasil.

A 31 de Dezembro de 2012, a capacidade instalada total consolidada da EDP Renováveis e suas subsidiárias ("o Grupo" ou "Grupo EDP Renováveis") apresenta-se como segue:

Capacidade instalada MW	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Estados Unidos da América	3.637	3.422
Espanha	2.310	2.201
Portugal	615	613
Roménia	350	285
França	314	306
Polónia	190	190
Brasil	84	84
Bélgica	57	57
Itália	40	-
	7.597	7.158

Adicionalmente, através da participação na ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A. são atribuíveis à EDPR - consolidados pelo método de equivalência patrimonial - 390 MW (326 MW em 31 de Dezembro de 2011).

### Enquadramento regulatório das actividades em Espanha

Em Espanha, o sector eléctrico é regulado pela Lei 54, de 27 de Novembro de 1997, e pelas alterações subsequentes à legislação. Em Maio de 2007, o Governo Espanhol aprovou o Real-Decreto nº 661/2007 que veio implementar o novo enquadramento regulatório aplicável aos parques eólicos a serem construídos entre 2008 e 2012, e que será aplicável a todos os parques em exploração a partir de 31 de Dezembro de 2012.

De acordo com o Real-Decreto nº 661 de 25 de Maio de 2007, publicado em 26 de Maio de 2007, os produtores de energia eólica têm o direito de escolher entre dois sistemas de remuneração: (i) tarifa regulada e (ii) preço de mercado ou prémio: os produtores de energia eólica recebem a cada hora o preço da pool acrescido de um prémio variável. Após a escolha entre um dos dois sistemas de remuneração, o mesmo é obrigatório durante pelo menos um ano. Os parques eólicos instalados antes de Janeiro de 2008 funcionam de acordo com o regime transitório previsto no Real-Decreto 661/2007, que é de facto idêntico ao anterior Real-Decreto 436/2004. Durante o regime transitório, que terminou em Dezembro de 2012, os produtores de energia eólica podiam escolher entre uma tarifa regulada e o preço de mercado acrescido de um prémio fixo.

Em Julho de 2010, o Ministério da Indústria, Turismo e Comércio estabeleceu um acordo com duas das principais associações de empresas de energias renováveis (la Asociación Empresarial Eólica y Protermosolar) para alterar a regulação existente. Deste acordo resultou a aprovação do Real-Decreto 1614/2010, de 7 de Dezembro, que estabelece (i) ou para os anos de 2011 e 2012, de 35% no prémio aplicável à produção eólica definido pelo Real-Decreto 661/2007, (ii) uma adenda ao artigo 44.3 do Real-Decreto 661/2007 clarificando que futuras revisões do prémio à produção de energia através de fontes renováveis apenas serão aplicadas para a capacidade instalada a partir de 2012, (iii) definição de um limite de 2.589 horas de operação para a capacidade instalada, a partir do qual o parque eólico não terá direito a receber qualquer prémio se as horas equivalentes do sistema como um todo ultrapassarem as 2.300 horas. O prémio será reposto de 2013 em diante.

Em 28 de Janeiro de 2012, o Governo espanhol promulgou o Real-Decreto 1/2012, que aprova a suspensão temporária da remuneração para capacidade de energia renovável não incluída no registo de pré-atribuição. Contudo, na prática esta regulamentação não afecta a recuperabilidade dos activos da EDP Renováveis.

Em Dezembro de 2012 através da Lei 15/2012 de 27 de Dezembro, o Governo espanhol aprovou uma taxa única de 7% (sobre receitas) aplicável a toda a produção de electricidade, a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2013.

#### **Enquadramento regulatório das actividades em Portugal**

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88, de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99, de 18 de Maio, pelo Decreto-Lei 312/2001, de 10 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei 339-C/2001, de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005, de 16 de Fevereiro, estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

O sector eólico e o Governo Português chegaram a um acordo de princípio que preserva a estabilidade legal dos actuais contratos (Decreto-Lei 33-A/2005) e protege os investimentos realizados pelos produtores eólicos na economia portuguesa. Os produtores eólicos poderão efectuar um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da adesão a um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O valor total de investimento será utilizado para reduzir os custos gerais do sistema eléctrico português. Com o objectivo de maximizar a adesão dos promotores eólicos à extensão do período remuneratório, o Governo propôs aos promotores a possibilidade de optarem por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (i) diferentes preços máximos ("cap") e mínimos ("floor"); (ii) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário após o período inicial de 15 anos; e consequentemente (iii) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A EDPR optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um floor de 74€/MWh e um cap de 98€/MWh actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante em troca de um pagamento de 5.800€/MW de 2013 a 2020.

#### **Enquadramento regulatório das actividades em França**

O sector eléctrico em França está regulamentado essencialmente pelo Acto 2000-108, alterado pelos Actos 2004-803 e 2006-1537 ("Act 2000"), aprovado em 10 de Fevereiro de 2000, que regula a modernização e desenvolvimento dos serviços públicos de energia e que representa o enquadramento legislativo geral para a operação de parques eólicos em França.

O Acto 2000 prevê que o operador de instalações eólicas possa estabelecer acordos de longo prazo de compra e venda de energia com a Electricité de France (EDF). As tarifas encontram-se estabelecidas pela Ordem de 10 de Julho de 2006, revogada em Agosto de 2008 devido ao vício formal na sua aprovação e republicada sem qualquer alteração em Dezembro de 2008. As tarifas são as seguintes: (i) durante os primeiros 10 anos do contrato com a EDF, a EDF paga uma tarifa fixa anual de 82 Euros por MWh para aplicações construídas em 2006 (a tarifa é revista anualmente baseada em parte no índice de inflação), (ii) entre o 11º e 15º ano do contrato com a EDF, a tarifa é baseada na percentagem média anual de energia produzida pelas instalações eólicas nos primeiros 10 anos. Estas tarifas são também revistas anualmente, baseadas em parte no índice de inflação, (iii) a partir do 16º ano não existe estrutura específica de suporte à actividade, pelo que os produtores de energia eólica passam a vender a electricidade ao preço de mercado.

Em Março de 2012, a legalidade da Ordem Ministerial de 2008 que estabeleceu as tarifas reguladas para projectos eólicos foi questionada perante o Conselho de Estado Francês (Conseil d'État) tendo por base o incumprimento da notificação obrigatória à Comissão Europeia sobre auxílios estatais. Em 15 de Maio, o Conselho de Estado Francês decidiu submeter o assunto para apreciação do Tribunal de Justiça da União Europeia (espera-se resolução no prazo de 12 a 18 meses). O governo francês solicitou ao Conselho de Estado que, caso a tarifa seja efectivamente cancelada, a aplicação desta decisão seja adiada até 2013, porque não são expectáveis efeitos retroactivos.

### **Enquadramento regulatório das actividades nos Estados Unidos da América**

O Governo Federal dos Estados Unidos e vários Governos Estaduais têm vindo a implementar políticas destinadas a promover o crescimento das energias renováveis, incluindo a energia eólica. O principal programa de incentivo federal para as energias renováveis é o "Production Tax Credit" (PTC) criado pelo Congresso dos Estados Unidos como parte do EPACT 1992. Adicionalmente, diversos Estados aprovaram a legislação, particularmente sob a forma de "Renewable Portfolio Standards" (RPS), que estabelecem que a aquisição de uma determinada percentagem da energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Esta legislação é semelhante à Directiva Comunitária relativa à utilização de energias renováveis.

A 1 de Janeiro de 2013, o Congresso dos Estados Unidos da América, aprovou a lei "The American Taxpayer Relief Act" que contém a extensão dos créditos fiscais à produção (PTC) para a energia eólica, incluindo a possibilidade de um crédito fiscal de incentivo ao investimento de 30% em alternativa ao PTC. O Congresso determinou uma nova data limite para o vencimento destes incentivos, 31 de Dezembro de 2013, e alterou os critérios de elegibilidade (os projectos serão elegíveis desde que estejam em construção até ao final de 2013). A legislação incluiu também um bônus de depreciação para os novos equipamentos a entrar em exploração que permite a depreciação de uma maior percentagem do custo do projecto (menos 50% do ITC) no ano em que o mesmo entra em exploração. Este bônus para a depreciação foi de 100% em 2011 e 50% em 2012.

### **Enquadramento regulatório das actividades na Polónia**

A legislação aplicável às energias renováveis na Polónia está principalmente contida numa Lei da Energia aprovada em 10 de Abril de 1997, a qual foi alterada pela Lei de 24 de Julho de 2002 e pela Lei da Energia de 2 de Abril de 2004, que se tornou efectiva a partir de Janeiro de 2005 (em conjunto, a Lei da Energia).

De acordo com a Lei da Energia, as diferentes formas de produzir energia através de recursos renováveis na Polónia são: (i) Um sistema de compra obrigatória de certificados de origem das empresas produtoras e comercializadoras que vendam electricidade ao consumidor final em conexão com uma rede na Polónia. Estas empresas são obrigadas a: a) obter um certificado de origem e submetê-lo ao Presidente da ERA para cancelamento ou b) pagar um fee de substituição calculado de acordo com a Lei da Energia, ii) se a empresa não adquirir certificados de origem ou não pagar o fee de substituição é penalizada pelo Presidente da ERA com uma multa calculada de acordo com as disposições da Lei da Energia.

### **Enquadramento regulatório das actividades na Bélgica**

O enquadramento regulatório para a electricidade na Bélgica é complexo dada a divisão de poderes entre o governo federal e as três entidades regionais: Valónia, Flandres e Bruxelas. A área de competência federal de regulação inclui a transmissão de electricidade (níveis de transmissão acima de 70 kV), produção, tarifas, planeamento e energia nuclear. A legislação federal relevante é a Lei da Electricidade de 29 de Abril de 1999 (alterada) ("Lei da Electricidade"). As entidades reguladoras regionais são responsáveis pela distribuição, energias renováveis e cogeração (com excepção das centrais "offshore") e eficiência energética. A legislação regional relevante é respectivamente: (a) para Flandres, o Decreto da Electricidade de 17 de Julho de 2000; (b) para Valónia, o Decreto do Mercado Regional de Electricidade de 12 de Abril de 2001; e (c) para Bruxelas, a Ordem de 19 de Julho de 2001, relativa à organização do mercado eléctrico.

O sistema regulatório Belga promove a produção de electricidade através de fontes renováveis (e cogeração) através de um sistema de certificados verdes, conforme descrito abaixo. O governo federal Belga é responsável pelas centrais "offshore" e por impor obrigações aos operadores do sistema de transmissão. Os vários sistemas certificados verdes são semelhantes nas três regiões e nas centrais "offshore" reguladas pelo governo federal. Existem actualmente diferenças em termos de quotas, multas e limites para a concessão de certificados verdes.

Em 21 de Março de 2012, o governo da Valónia aprovou um decreto que fixa as quotas de certificados verdes até 2020. As novas quotas são: (i) 19,4% em 2013; (ii) 23,1% em 2014; (iii) 26,7% em 2015; (iv) 30,4% em 2016. Para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2017 e 31 de Dezembro de 2019, as quotas anuais serão fixadas até 2014, com base na avaliação a efectuar pelo regulador do sector de energia da Valónia (CWaPE).

Em Julho de 2012, foi aprovado um novo imposto para os produtores eólicos em Valónia. De acordo com esta regulação, todos os produtores a quem sejam atribuídos certificados verdes deverão pagar 0,54€/kWh. O regulador do sector da energia da Valónia (CWaPE) será o beneficiário deste imposto, cujo objectivo é suportar os custos resultantes da gestão dos certificados verdes.

### **Enquadramento regulatório das actividades na Roménia**

O incentivo à produção de electricidade através de fontes de energia renováveis na Roménia encontra-se regulado pela Lei da Electricidade 318/2003. Em 2005, foi introduzido um mecanismo de Certificados Verdes (CV) com quotas obrigatórias para os comercializadores, de forma a dar cumprimento aos requisitos da UE relativos às energias renováveis. A autoridade reguladora estabelece uma quota fixa de electricidade produzida através de fontes renováveis de energia que os comercializadores são obrigados a adquirir, e anualmente revê as candidaturas dos produtores de energia verde com vista à atribuição de certificados verdes. A Lei 200/2008 de Novembro introduziu algumas alterações no sistema de certificados verdes. Em particular, permite que os produtores de energia eólica recebam 2 CV/MWh até 2015. A partir de 2016, os produtores recebem um certificado verde por cada MWh produzido. O preço da electricidade é determinado no mercado da electricidade e o preço dos certificados verdes é determinado por um mercado paralelo.

O valor de mercado dos certificados verdes oscila entre 27 Euros ("floor") e 55 Euros ("cap"), ambos indexados à taxa de inflação da Roménia. A Lei 220/2008 também garante o acesso à rede nacional para a electricidade produzida a partir de fontes renováveis.

A Lei 220/2008 sobre energias renováveis foi alterada pela Ordem de Emergência 88/2011. Um aspecto fundamental desta alteração foi a análise da sobrecompensação, que deve ser realizada com periodicidade anual. A entidade reguladora da energia na Roménia (ANRE) deverá supervisionar os produtores que beneficiam do regime de apoio e elaborar relatórios anuais sobre este matéria. Caso seja detectada uma sobrecompensação, a ANRE deverá propor a redução do período de aplicação do regime de apoio ou do número de certificados verdes inicialmente atribuídos à tecnologia. Esta redução será aplicada apenas às novas centrais.

A Lei 123/2012 de 19 de Julho de 2012 sobre Electricidade e Gás Natural elimina a celebração de contratos bilaterais não negociados publicamente como meio de venda de electricidade. Desta forma, o comércio de electricidade deve ser efectuado num mercado centralizado. Em 4 de Setembro de 2012, ANRE publicou a regulamentação do Mercado de Compensação de energia. Esta nova regulamentação tem impacto sobre a geração de energia eólica. Por um lado estabelece que o produtor não tem o direito a reclamar compensações por perda de certificados verdes decorrente da redução de energia produzida. Esta perda não pode ser recuperada. Adicionalmente, as novas regras podem resultar no aumento dos custos de compensação de desequilíbrios, na medida em que poderão levar a um aumento do défice que os produtores eólicos têm de assumir no preço quando a produção é inferior ao previsto.

### **Enquadramento regulatório das actividades em Itália**

Em 6 de Julho de 2012, o Governo aprovou a nova regulação sobre energias renováveis através do Decreto de Energias Renováveis (DM FER) baseado no regime de tarifas reguladas. Os principais aspectos da nova regulação estabelecido pelo DM FER são os seguintes: (i) os parques eólicos com mais de 5 MW serão remunerados através de um regime de tarifas reguladas definido por licitadores, (ii) a capacidade objecto de licitação é definida em trajectórias de diferentes tecnologias (apenas definido até 2015), (iii) a tarifa de referência para 2013 é de 127 €/MWh para energia eólica terrestre (onshore). As ofertas dos licitadores consistirão em descontos sobre uma tarifa de referência (em %), (iv) a tarifa de referência diminuirá 2% ao ano e será concedida para a totalidade da vida útil média do parque eólico - 20 anos para energia eólica terrestre.

O novo sistema substitui o anterior baseado em certificados verdes. De acordo com o sistema anterior, os produtores obtinham receitas com a venda da energia eléctrica em mercado e com a venda de certificados verdes. Os parques eólicos construídos até Dezembro de 2012 (com algumas excepções) continuarão a operar sob o sistema anterior até 2015, quando o sistema de certificados verdes será transformado num regime de tarifas reguladas.

### **Enquadramento regulatório das actividades no Brasil**

O sector eléctrico no Brasil é regulado pela Lei Federal n.º 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995, que regula o regime de concessão e permissão de serviços públicos; pela Lei n.º 9.074 de 7 de Julho de 1995, que regula a atribuição e extensão de contratos de concessão ou permissão de serviços públicos; pela Lei Federal n.º 10.438 de 26 de Abril de 2002, que rege o aumento do fornecimento de energia eléctrica de emergência e cria o Programa de Incentivos para Fontes de Electricidade Alternativas (PROINFA) para 3.300 MW; pela Lei Federal n.º 10.762 de 11 de Novembro de 2003 e pela Lei n.º 10.848 de 15 de Março de 2004, relativas às regras de comercialização de energia eléctrica e por alterações subsequentes à legislação.

O Decreto n.º 5.025 de 30 de Março de 2004, regula a Lei Federal n.º 10.438 e define o enquadramento económico e legal das "Fontes de Energia Alternativas". Os participantes no PROINFA têm um CAE (Contrato de Aquisição de Energia) com a ELETROBRÁS, e são sujeitos à autoridade reguladora (ANEEL). No entanto, a primeira etapa do PROINFA terminou e a segunda etapa é altamente incerta.

Após o final do programa PROINFA, os produtores de energias renováveis obtêm a sua remuneração mediante participação em leilões onde o único critério é o preço. Os vencedores dos leilões obtêm contratos de aquisição de energia ao preço oferecido. Os leilões públicos de electricidade são conduzidos pela empresa estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a qual regista, analisa e permite a entrada de potenciais participantes.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas de 2012 e 2011 foram preparadas para apresentar de uma forma verdadeira e apropriada os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os resultados consolidados das suas operações, os fluxos de caixa consolidados e os movimentos ocorridos nos capitais próprios consolidados para os exercícios acima referidos.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 28 de Fevereiro de 2013. As demonstrações financeiras são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

Antes de 2012, os custos de transacção diferidos relativos a parcerias institucionais estavam incluídos na rubrica de Outros devedores e outros activos - Não corrente. Em 2012, o Grupo EDP passou a incluir estes custos diferidos como uma redução à rubrica passiva de Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA, em vez de serem apresentados no activo. Para efeitos comparativos, esta alteração na apresentação foi efectuada em todas as demonstrações da posição financeira apresentadas (ver nota 32).

### b) Princípios de consolidação

#### *Empresas subsidiárias*

As empresas subsidiárias são entidades em que o Grupo exerce controlo. As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

As políticas contabilísticas das empresas subsidiárias foram, sempre que necessário, alteradas de forma a garantir a sua consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo. As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses não controláveis na proporção do capital detido, mesmo que desta alocação resultem interesses não controláveis negativos.

#### *Empresas associadas*

As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer entre 20% e 50% dos direitos de voto da associada.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos inicialmente ao seu custo de aquisição. O custo do investimento inclui os custos de transacção.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, após os ajustamentos de harmonização das suas políticas contabilísticas com as do Grupo, desde a data em que o Grupo adquire influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis ao Grupo excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na medida em que o Grupo incorra numa obrigação de assumir essas perdas ou efectuar pagamentos em nome da associada.

#### *Entidades conjuntamente controladas*

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

#### *Concentrações de actividades empresariais*

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo adoptou a IFRS 3 — Concentração de Actividades Empresariais (2008) na contabilização das concentrações de actividades empresariais. As alterações da política contabilística foram aplicadas prospectivamente, não existindo impactos materiais nos resultados por acção.

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra na data da aquisição, a qual corresponde à data em que o controlo é transferido para o Grupo. O controlo corresponde à capacidade de gerir a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios das suas actividades. Ao avaliar a existência de controlo, o Grupo tem em consideração os potenciais direitos de voto que são actualmente exercíveis.

#### *Aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010*

Para as aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo determina o "goodwill" na data da aquisição como:

- O justo valor dos activos transferidos; acrescido dos
- interesses não controláveis reconhecidos na aquisição; acrescidos do
- O justo valor do investimento previamente existente na adquirida, caso se trate de uma aquisição efectuada por fases; deduzido do
- Valor contabilístico (geralmente o seu justo valor) dos activos adquiridos e passivos identificados.

Caso o "goodwill" apurado seja negativo, este é registado directamente em resultados do exercício.

Os activos transferidos na aquisição não incluem os montantes relativos à liquidação de relações pré-existentes, os quais são geralmente reconhecidos nos resultados do exercício.

Os custos relacionados com a aquisição e que não respeitam à emissão de títulos de dívida ou de capital, e que o Grupo incorre no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, são reconhecidos em resultados à medida que são incorridos.

Os preços de aquisição contingentes são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Se o preço contingente é classificado como capital, não é reavaliado e a sua liquidação é contabilizada por contrapartida de capitais próprios. Caso contrário, as alterações subsequentes no justo valor do preço contingente são reconhecidas por contrapartida de resultados.

Algumas concentrações de actividades empresariais do período foram registadas provisoriamente dado que o Grupo ainda se encontra a avaliar o justo valor dos activos líquidos adquiridos. Os activos líquidos identificáveis foram reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor provisional. Os ajustamentos durante o período de avaliação foram reconhecidos com referência à data de aquisição e a informação comparativa relativa ao ano anterior foi reexpressa, quando aplicável. Os ajustamentos aos montantes provisionais apenas incluem a informação relativa a eventos e circunstâncias existentes à data de aquisição os quais, sendo conhecidos nessa data, teriam alterado o montante reconhecido inicialmente.

Após esse período, os ajustamentos ao valor inicial dos activos líquidos adquiridos apenas são efectuados para corrigir um erro existente.

Para as concentrações de actividades empresariais realizadas por fases, o excesso dos activos transferidos, acrescido do justo valor da participação previamente detida na adquirida, face aos activos líquidos adquiridos e passivos assumidos, é reconhecido como "goodwill". Ajustes subsequentes a estes montantes são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício. O Grupo reconhece a diferença entre o justo valor da participação detida anteriormente e o seu valor contabilístico nos resultados do exercício consolidados, de acordo com a classificação da participação. Adicionalmente, o Grupo reclassifica os montantes diferidos em capitais próprios relativos a participações anteriormente detidas para resultados do exercício ou reservas de consolidação, de acordo com a sua natureza.

#### *Aquisições entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010*

Para as aquisições realizadas entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010, o "goodwill" representa a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida. Quando o "goodwill" apurado era negativo, o mesmo era registado directamente em resultados do exercício.

Os custos de transacção, com excepção dos relativos à emissão de títulos de dívida ou de capital, em que o Grupo incorrã no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, eram capitalizados como uma componente do custo de aquisição.

#### *Contabilização de aquisições de interesses não controláveis*

Após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo aplicou a IAS 27 — Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2008) na contabilização de aquisições de interesses não controláveis. As alterações da política contabilística foram aplicadas prospectivamente, não existindo impactos materiais nos resultados por acção.

De acordo com a nova política contabilística, as aquisições de interesses não controláveis não resultam no reconhecimento de "goodwill" sendo contabilizadas como transacções com accionistas. Os ajustamentos aos interesses não controláveis são efectuados com base num montante proporcional dos activos líquidos da subsidiária.

Anteriormente o goodwill era reconhecido aquando da aquisição dos interesses não controláveis numa empresa subsidiária, que representavam as diferenças entre o valor de aquisição do investimento e o justo valor dos interesses não controláveis adquiridos à data da transacção.

#### *Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro*

O valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro, incluindo "goodwill" e ajustamentos de justo valor gerados na aquisição, são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data da demonstração da posição financeira. Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções.

As diferenças são registadas em reservas de conversão cambial na demonstração de rendimento integral. Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Quando a liquidação de um item monetário a receber ou pagar a empresas subsidiárias residentes no estrangeiro não está prevista nem é provável num futuro próximo, os ganhos e perdas cambiais respectivos são registados como fazendo parte do investimento líquido na entidade, sendo reconhecidos por contrapartida do rendimento integral e apresentados nas reservas de conversão cambial.

#### *Saldos e transacções eliminados na consolidação*

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

#### *Transacções sob controlo comum*

A contabilização de concentrações de actividades empresariais que envolvam entidades sob controlo comum encontra-se excluída da IFRS 3. Na ausência de um guia específico dentro das IFRS, o Grupo EDP Renováveis definiu uma política contabilística apropriada para este tipo de transacções. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais entre empresas sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelos valores contabilísticos das empresas adquiridas (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico do activo líquido recebido e o valor pago é registado nos capitais próprios.

#### *Opções de venda de interesses não controláveis*

As normas IFRS não prescrevem um tratamento contabilístico específico para os compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias detidos por interesses não controláveis à data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais. Consequentemente, o Grupo EDP Renováveis regista essas opções de venda ("written put options") concedidas na data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais, ou numa data subsequente, como uma aquisição antecipada desses interesses, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade estimada de exercício das opções. A diferença entre este montante e o montante correspondente à percentagem de participação detida nos activos líquidos identificáveis adquiridos é registada por contrapartida de "goodwill".

Até 31 de Dezembro de 2009, nos anos subsequentes ao reconhecimento inicial, as variações no passivo resultantes da actualização financeira da responsabilidade são reconhecidas como um custo financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas e as restantes variações são reconhecidas como um ajustamento ao custo da concentração de actividades empresariais sendo registadas por contrapartida de "goodwill". Quando aplicável, os dividendos pagos aos accionistas minoritários até à data em que a opção é exercida, são também reconhecidos como ajustamentos ao custo da concentração de actividades empresariais. Na eventualidade de as opções não serem exercidas, a transacção é registada com uma alienação de participação aos accionistas minoritários.

A partir de 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplica a IAS 27 (2008) aos novos compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias detidas por interesses não controláveis, registando as alterações subsequentes no valor contabilístico da responsabilidade na demonstração dos resultados.

#### **c) Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional das respectivas empresas do Grupo à taxa de câmbio em vigor na data das transacções. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com itens monetários correspondem à diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do exercício, ajustado para os pagamentos do juro efectivo durante o exercício, e custo amortizado em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio no final do exercício de referência.

Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais provenientes da reexpressão são reconhecidas em resultados, excepto para as diferenças resultantes da reconversão dos activos disponíveis para a venda, passivos financeiros designados como "net investment", "cash flow-hedge", que são reconhecidos na demonstração do rendimento integral. Os activos não monetários que sejam mensurados ao custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à data da transacção.

#### **d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do exercício, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por técnicas de valorização do valor actualizado líquido, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções, conforme for mais apropriado.

#### **Contabilidade de cobertura**

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação de cobertura, a relação está identificada e formalmente documentada;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e é considerada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, os custos de transacção atribuíveis são reconhecidos em resultados quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivados são mensurados ao valor justo, e as suas variações são contabilizadas como descrito em seguida.

#### *Cobertura de justo valor*

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente até à sua maturidade.

#### *Cobertura de fluxos de caixa*

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, no momento em que ocorre a inefectividade.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos exercícios em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados em capitais próprios são reconhecidos por contrapartida do custo inicial do activo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios nessa data, mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados do exercício.

#### *Cobertura de activos líquidos ("Net investment")*

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira para a aquisição dessas mesmas subsidiárias. Se o instrumento de cobertura é um instrumento financeiro derivado, os ganhos e perdas provenientes de variações de justo valor são também reconhecidos em reservas cambiais de consolidação. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

#### **e) Outros activos financeiros**

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição de acordo com as seguintes categorias:

##### *Empréstimos e contas a receber*

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas decorrentes da não cobrabilidade de empréstimos e contas a receber à data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados e podem ser revertidas se a estimativa das perdas diminuir em períodos subsequentes.

##### *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

##### *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que se encontram designados como disponíveis para venda e não se encontram classificados em nenhuma das restantes categorias. Os investimentos do Grupo em acções encontram-se classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

#### **Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento**

As aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii), não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

#### **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados no exercício em que elas ocorrem.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes instrumentos de capital são igualmente reconhecidas em reservas. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### **Transferências entre categorias**

O Grupo não efectua transferências de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

#### **Imparidade**

Em cada data da demonstração da posição financeira é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medida de forma fiável.

Quando existe evidência de imparidade é determinado o valor recuperável dos activos financeiros, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativa na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade envolve julgamento, sendo que o Grupo considera, entre outros factores, a volatilidade do preço e a actual situação económica. Assim, no que respeita a títulos cotados, é considerada como continuada a desvalorização na cotação por um período superior a 24 meses e como significativa a desvalorização do título acima de 40%.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data da demonstração da posição financeira deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital, a perda por imparidade não é revertida e qualquer evento subsequente que determine o aumento do justo valor é reconhecido em reservas de justo valor.

#### **f) Passivos financeiros**

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

O Grupo desreconhece a totalidade ou parte de um passivo financeiro quando a obrigação contida no contrato tenha sido satisfeita ou quando o Grupo está legalmente liberto da obrigação fundamental relacionada com o passivo, através de um processo legal ou pelo credor.

O Grupo considera que as condições são substancialmente diferentes se o valor actual dos fluxos de caixa descontados nas novas condições, incluindo alguma comissão paga, líquida de alguma comissão recebida, e utilizando a taxa de juro original do desconto, divergir em pelo menos 10% do valor actual descontado dos fluxos de caixa do passivo financeiro inicial.

Se a alteração é reconhecida como um cancelamento do passivo financeiro inicial, os custos ou comissões são incluídos na demonstração dos resultados consolidada. Em caso contrário, os custos ou comissões ajustam o valor contabilístico do passivo e são amortizados pelo método do custo amortizado pelo período remanescente do passivo modificado.

O Grupo reconhece a diferença entre o valor contabilístico de um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro que tenha sido cancelado ou transferido para terceiros) e o preço pago, o qual inclui qualquer transferência de activos para além de dinheiro ou do passivo assumido, como um débito ou um crédito na demonstração dos resultados consolidada.

#### **g) Custos com empréstimos obtidos**

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. Na medida em que, de uma forma geral, os fundos são obtidos por via de empréstimos, o montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no exercício, excluindo os empréstimos contraídos especificamente com o objectivo de obter um activo elegível. O montante de custos de empréstimos capitalizados no decorrer de um período não pode exceder o montante de custos de empréstimos incorridos nesse período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização termina quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. A capitalização de custos com empréstimos é suspensa durante períodos extensos em que o desenvolvimento activo seja interrompido.

#### **h) Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui todos os gastos directamente atribuíveis à aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui o custo dos materiais e trabalho directo, bem como outros custos directamente atribuíveis de forma a colocar o bem em funcionamento e ainda os custos de desmantelamento e remoção dos bens e restauração do local onde se encontram localizados. O custo pode ainda incluir transferências de capitais próprios de qualquer ganho ou perda relativa a cobertura de fluxos de caixa em moeda estrangeira na aquisição de activos fixos. O software adquirido que seja parte integral do equipamento é capitalizado como parte do mesmo.

O custo de aquisição inclui os juros de financiamento externo, custos com o pessoal e outros custos internos directa ou indirectamente relacionados com o trabalho em curso, apenas durante a fase de construção. O custo de produção é capitalizado através da contabilização dos custos atribuíveis ao activo como trabalhos para a própria empresa, em outros proveitos operacionais e custos com o pessoal e benefícios aos empregados na demonstração dos resultados consolidada.

Quando alguma parte constituinte de um item classificado como activo fixo tangível apresenta uma vida útil diferente do item principal, estas são contabilizadas separadamente (contabilização por componentes).

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	20 a 33
Equipamento básico	
Produção Eólica	25
Produção Hidroeléctrica	20 a 30
Outro equipamento básico	15 a 40
Equipamento de transporte	3 a 10
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

No segundo trimestre de 2011, o Grupo EDP Renováveis, com base num estudo realizado por uma entidade independente, alterou a vida útil dos parques eólicos de 20 para 25 anos, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2011 (ver nota 3).

#### **i) Activos intangíveis**

Os outros activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. O Grupo não detém activos intangíveis com um período de vida útil indefinido.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil económica.

##### *Aquisição e desenvolvimento de Software*

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos ao desenvolvimento do referido software, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do exercício em que são incorridos.

##### *Propriedade industrial e outros direitos*

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

#### **ii) Imparidade de activos não financeiros**

O valor contabilístico dos activos não financeiros, que não existências e activos por impostos diferidos, é revisto em cada data de reporte, de forma a determinar se existem indícios de imparidade. Caso existam indícios de imparidade, o valor recuperável do activo é estimado. O valor recuperável do "goodwill" é avaliado anualmente.

O valor recuperável de um activo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor de uso e o seu justo valor menos os custos estimados para a venda. De forma a estimar o valor de uso, os fluxos de caixa futuros são descontados para o seu valor actual, utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflecta a avaliação corrente do mercado, sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico do activo. Para efeitos de testes de imparidade os activos são agrupados no grupo mais pequeno de activos que gera fluxos de caixa através do seu uso continuado e que são independentes dos fluxos de caixa de outros activos ou grupos de activos (unidade geradora de caixa). O "goodwill" gerado numa aquisição, para efeitos de teste de imparidade, é alocado às unidades geradoras de caixa, que se espera que beneficiem de sinergias resultantes da aquisição.

Uma perda por imparidade é reconhecida se o valor contabilístico do activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o valor recuperável estimado. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício. As perdas por imparidade reconhecidas relativamente a unidades geradoras de caixa são primeiro alocadas para reduzir o valor contabilístico de qualquer "goodwill" alocado à unidade geradora de caixa e posteriormente para reduzir o valor contabilístico dos restantes activos da unidade (grupo de unidades) numa base pro rata.

Uma perda por imparidade relativa ao "goodwill" não é reversível. Em relação a outros activos, as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são reavaliadas em cada data de reporte, por forma a verificar se há qualquer indicação de que a perda diminuiu ou deixou de existir. Uma perda por imparidade é revertida se ocorrerem alterações nas circunstâncias que causaram essa imparidade. Uma perda por imparidade é revertida até ao montante em que o valor contabilístico do activo não exceda o valor contabilístico que seria determinado, líquido de amortizações, caso não tivesse sido reconhecida uma perda por imparidade em anos anteriores.

#### **k) Locações**

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

##### *Locações operacionais*

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos exercícios a que dizem respeito.

#### **l) Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

O custo dos inventários é valorizado ao custo médio ponderado.

#### **m) Classificação dos activos e passivos como correntes e não correntes**

O Grupo classifica os activos e passivos na demonstração da posição financeira como correntes e não correntes. Os activos e passivos correntes são determinados como se segue:

Os activos são classificados como correntes quando é expectável que estes sejam realizados, exista intenção de venda ou consumo pelo Grupo durante o seu ciclo operacional e quando são detidos principalmente para o propósito da actividade do Grupo, ou é esperado que sejam realizados dentro de doze meses desde a data da demonstração da posição financeira ou quando são disponibilidades classificadas como caixa ou equivalentes de caixa, a menos que estes activos não possam ser trocados ou ser usados para liquidar um passivo pelo menos doze meses desde a data da demonstração da posição financeira.

Os passivos são classificados como correntes quando é expectável que sejam liquidados no decorrer da normal actividade do Grupo, e são detidos com o objectivo de serem negociados ou realizados nos doze meses subsequentes à data da demonstração da posição financeira ou o Grupo não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Passivos financeiros são classificados como correntes quando é esperada a sua liquidação no período de doze meses após a data da demonstração da posição financeira, mesmo que o período inicial seja superior a doze meses, e seja concluído um acordo para refinanciamento ou revisão da data dos pagamentos após a data da demonstração da posição financeira e antes da aprovação das demonstrações financeiras consolidadas.

#### **n) Benefícios aos empregados**

##### **Pensões**

A EDP Renováveis Portugal, uma das empresas portuguesas do Grupo EDP Renováveis, atribuiu benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

##### *Planos de benefícios definidos*

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

Os planos de pensões das empresas do Grupo em Portugal correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à idade da reforma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pela IAS 19.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

#### *Planos de contribuição definida*

Em Espanha, Portugal e nos Estados Unidos da América, algumas empresas do Grupo dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano. O custo relativo aos planos de contribuição definida é reconhecido em resultados no exercício em que a contribuição é efectuada.

#### **Outros benefícios**

##### *Planos de cuidados médicos e outros*

Em Portugal algumas empresas do Grupo concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas na demonstração da posição financeira do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

##### *Remunerações variáveis aos empregados*

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

#### **o) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

##### *Provisões para desmantelamento e descomissionamento*

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os activos tangíveis afectos à produção de energia eólica, para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor actual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Os pressupostos considerados, são os seguintes:

	EDPR EU	EDPR NA
Custo médio por MW (Euros)	14.000	18.549
Valor residual por MW (Euros)	25.000	17.776
Taxa de desconto	6,33%	5,38%
Taxa de inflação	2,00%	2,50%
Taxa de amortização (vida útil)	25	25

Com a alteração da vida útil dos parques eólicos de 20 para 25 anos (ver nota 2h), o custo de desmantelamento e descomissionamento foi calculado tendo em consideração este novo pressuposto, com efeitos prospectivos a partir de 1 de Abril de 2011.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

#### p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

Os proveitos relativos à venda de electricidade são reconhecidos no exercício em que a electricidade é produzida e transferida para os clientes.

Os proveitos de engenharia incluem o valor inicial acordado contratualmente mais as variações no contrato, reclamações e pagamento de incentivos, na medida em que seja provável que resultarão em proveitos e que podem ser estimados de forma fiável. Assim que os resultados do contrato de construção possam ser estimados de forma fiável, os proveitos e os custos do contrato são reconhecidos em resultados proporcionalmente à fase de conclusão do contrato.

As diferenças entre os valores estimados e os reais, que geralmente não são significativas, são registadas nos exercícios subsequentes.

#### q) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, "unwinding" com passivos a valor descontado e "written put options" sobre interesses não controláveis, os ganhos e perdas resultantes de diferença de câmbio, as variações de justo valor relativa a instrumentos financeiros e especialização do juro associado aos passivos relativos às parcerias com investidores institucionais.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

#### r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando respeita a uma concentração de actividades empresariais ou a itens reconhecidos directamente em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data da demonstração da posição financeira, e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido tendo em conta as diferenças temporárias entre a base contabilística dos activos e passivos e respectiva base fiscal. Não são reconhecidos impostos diferidos para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de activos e passivos numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e não afecte quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias e empresas conjuntamente controladas na medida em que não seja provável a sua reversão no futuro. Adicionalmente, não é reconhecido imposto diferido relativamente a diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de "goodwill". Os impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data da demonstração da posição financeira e que se espera que venha a ser aplicada quando as diferenças temporárias se reverterem. Os impostos diferidos activos e passivos são compensados se existir um direito legalmente executável para compensar activos e passivos fiscais correntes que digam respeito aos impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendem liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais e diferenças temporárias até ao limite de quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de reporte e são revertidos quando não é provável que o respectivo benefício fiscal seja realizado.

#### **s) Resultados por acção**

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas maioritários, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

#### **t) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação**

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos e respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e de todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

#### **u) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data da demonstração da posição financeira, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração de valor e convertíveis em caixa, e também os depósitos cativos relativos a parcerias institucionais nos EUA, que visam fazer face a despesas com os custos de construção dos projectos eólicos, nos próximos doze meses.

#### **v) Subsídios governamentais**

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos na rubrica de passivo não corrente, quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo exercício em que as despesas são reconhecidas.

#### **w) Matérias ambientais**

O Grupo toma medidas de modo a prevenir, reduzir ou reparar os danos causados ao meio ambiente pela sua actividade.

As despesas de carácter ambiental são reconhecidas como outros custos operacionais no exercício a que respeitam.

#### **x) Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA**

O Grupo estabelece parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos por intermédio de acordos operacionais com empresas de responsabilidade limitada. Estas parcerias distribuem os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e distribui os benefícios fiscais, que incluem os créditos fiscais à produção (PTC) e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

O investidor institucional adquire os interesses nas parcerias societárias mediante adiantamentos de pagamentos efectuados na data de aquisição desses interesses. O montante destes pagamentos é estabelecido por forma a que os investidores obtenham, antecipadamente, determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final do período em que os créditos fiscais à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total antecipado que o investidor institucional vai receber e inclui a utilização dos créditos fiscais à produção, o lucro/perda tributável alocável e os retornos de capital.

O controlo e gestão destes parques eólicos é da responsabilidade do Grupo EDP Renováveis e encontram-se consolidados integralmente nestas demonstrações financeiras.

O adiantamento recebido é reconhecido em "Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA" e subseqüentemente mensurado ao custo amortizado.

Este passivo é reduzido pelo valor dos benefícios fiscais e pelas distribuições monetárias efectuadas aos parceiros institucionais durante o período contratual. O valor dos benefícios fiscais entregues, principalmente amortizações aceleradas e créditos fiscais ao investimento (ITC), é registado como proveito de parcerias institucionais numa base "pro rata" pelos 25 anos de vida útil dos projectos subjacentes (ver nota 7). Os créditos fiscais à produção (PTC) entregues são registados à medida que são gerados.

Após a "flip date", o investidor institucional mantém interesses não controláveis pela duração da sua parceria na estrutura. Os interesses não controláveis tem direito a distribuições em caixa e percentagens de alocação de proveitos que oscilam entre 2,5% e 6%, com excepção da Vento VI, cujo parceiro institucional detém 17% do proveito. A EDPR NA detém uma opção de compra sobre as participações residuais dos investidores institucionais ao preço de mercado na "flip date" para estruturas PTC e geralmente seis meses após o quinto aniversário da data de comissionamento das turbinas ou a "flip date" consoante o que ocorra mais tarde, ou dez anos após o final do financiamento, caso a "flip date" ainda não tenha ocorrido. O passivo relativo ao interesse residual é acrescido numa base linear desde a "funding date" até à "flip date", para reflectir o interesse minoritário do investidor institucional no Grupo EDPR na "flip date".

Os passivos com investidores institucionais são acrescidos de juro calculado tendo por base o montante em dívida e a taxa interna de retorno acordada.

#### **z) Actividades de concessão do Grupo EDPR (IFRIC 12)**

O Comité de Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de Março de 2009 sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A IFRIC 12 é aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infra-estruturas, bem como o preço dessa prestação, e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infra-estruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infra-estruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como activos fixos tangíveis ou como locações financeiras, uma vez que se considera que o operador não tem controlo sobre os activos. Estas estruturas são reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente de acordo com os termos do contrato:

##### *Modelo do Activo Financeiro*

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinados montantes monetários, independentemente do nível de utilização das infra-estruturas abrangidas pela concessão, resultando no reconhecimento de um activo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

##### *Modelo do Activo Intangível*

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infra-estruturas afectas à concessão (risco de procura), resultando no reconhecimento de um activo intangível.

##### *Modelo Misto*

Este modelo é aplicável quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infra-estruturas da concessão.

A Gestão da EDPR concluiu que a IFRIC 12 não é aplicável, nos termos dos contratos em vigor, ao segmento do negócio do Grupo EDP Renováveis.

### **3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As IFRS prevêem tratamentos contabilísticos alternativos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Apesar de as estimativas serem calculadas com base na melhor informação disponível em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, eventos futuros poderão requerer alterações a estas estimativas em anos subsequentes. Eventuais alterações às estimativas, efectuadas em anos subsequentes, serão reconhecidas prospectivamente.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EDP Renováveis, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A EDP Renováveis considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### **Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível superior de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

#### **Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### **Redefinição da vida útil dos activos afectos à produção**

O Grupo revê numa base regular a vida útil dos seus activos de geração eólica para que a mesma seja consistente com a vida técnica e económica dos mesmos, tendo em consideração a sua capacidade tecnológica e limitações impostas pela legislação.

No segundo trimestre de 2011, o Grupo EDPR procedeu à redefinição da vida útil dos parques eólicos de 20 para 25 anos (ver nota 2h). A redefinição da vida útil dos activos de geração eólica foi feita com base num estudo técnico realizado por uma entidade independente, que considerou a viabilidade técnica de extensão por mais 5 anos da vida útil desses activos. O referido estudo abrangeu 95% da capacidade eólica instalada do Grupo EDP Renováveis, nas diferentes geografias (Europa e América do Norte), considerando pressupostos e estimativas que requerem julgamento.

#### **Imparidade de activos não financeiros**

Os testes de imparidade são efectuados sempre que existam sinais de que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis e intangíveis é inferior ao valor líquido contabilístico.

Considerando que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" é determinado com base na melhor informação disponível à data, alterações das estimativas e dos pressupostos poderão afectar os resultados dos testes de imparidade e, consequentemente, os resultados do Grupo.

#### **Impostos sobre os lucros**

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP Renováveis, e pelas suas subsidiárias, durante um determinado período que poderá ser estendido no caso de haver créditos fiscais. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da EDP Renováveis, e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### **Provisões para desmantelamento e descomissionamento**

O Conselho de Administração considera existirem obrigações contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. O Grupo constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações legais e contratuais existentes para fazer face ao valor presente das despesas estimadas com a reposição dos locais e dos terrenos de implementação dos referidos activos. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados diferentes daqueles que foram considerados.

### **4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO**

As actividades do Grupo EDP Renováveis expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDPR. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Conselho de Administração da EDP Renováveis tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. A gestão operacional do risco financeiro do Grupo EDP Renováveis é subcontratada ao Departamento Financeiro da EDP - Energias de Portugal, S.A., conforme as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A subcontratação de serviços inclui a identificação e avaliação de mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

#### **Gestão do risco de taxa de câmbio**

A Direcção de Gestão Financeira do Grupo EDP é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, consequentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura com características de exposição simétricas às do item coberto. A efectividade destas coberturas é reavaliada e monitorizada ao longo da sua vida útil.

A EDP Renováveis opera internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de investimentos em subsidiárias estrangeiras. Com o objectivo de minimizar o impacto das flutuações das taxas de câmbio, a política geral da EDP Renováveis é financiar cada projecto na moeda dos fluxos de caixa operacionais gerados pelo projecto.

Actualmente a maior exposição ao risco cambial resulta da exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resultante do investimento na EDPR NA. Com o aumento da capacidade noutras geografias a EDPR começa a ficar exposta ao risco cambial em várias moedas (Real Brasileiro, Zloty Polaco e Leu Romeno).

Para cobrir o risco originado com o investimento líquido na EDPR NA, a EDP Renováveis celebrou um CIRS em USD/EUR com a EDP Sucursal, e utiliza ainda dívida financeira expressa em USD. Seguindo a mesma estratégia adoptada para cobrir o risco do investimento nos EUA, a EDP Renováveis celebrou igualmente dois CIRS em BRL/EUR e dois em PLN/EUR para cobrir o risco do investimento no Brasil e na Polónia. (ver nota 36).

#### Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

Uma alteração de 10% na taxa de câmbio com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, iria originar um acréscimo/(redução) nos resultados e/ou capitais próprios antes de impostos do Grupo EDP Renováveis, nos seguintes montantes:

Milhares de Euros	31 Dez 2012			
	Resultados		Capital Próprio	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR	6.202	-7.581	-	-
PLN / EUR	11.628	-14.213	-	-
RON / EUR	5.957	-7.280	-	-
	23.787	-29.074	-	-

  

Milhares de Euros	31 Dez 2011			
	Resultados		Capital Próprio	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR	10.516	-12.853	-	-
PLN / EUR	-	-	3.309	-4.044
RON / EUR	-	-	-	-
	10.516	-12.853	3.309	-4.044

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

#### Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais do Grupo são substancialmente independentes das flutuações das taxas de juro de mercado.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações do mercado. Desta forma, sempre que é considerado necessário, e em consonância com a política do Grupo, este contrata instrumentos financeiros derivados de forma a cobrir os riscos de taxa de juro.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro e/ou cambial ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP Renováveis detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, cujos vencimentos variam entre 1 e 14 anos. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro ou fluxos de caixa futuros.

Cerca de 92% da dívida financeira do Grupo EDP Renováveis tem juros à taxa fixa, incluindo as operações com instrumentos financeiros.

#### Análise de sensibilidade - Taxas de juro

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo é subcontratada ao Departamento Financeiro do Grupo EDP, sendo contratados instrumentos financeiros derivados de forma a mitigar este risco.

Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo EDPR EU e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, bem como os empréstimos dos accionistas recebidos pela EDP Renováveis, uma alteração de 100 pontos base na taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados e capital próprio (antes de impostos) do Grupo EDP Renováveis nos seguintes montantes (milhares de Euros):

Milhares de Euros	<b>31 Dez 2012</b>			
	<b>Resultados</b>		<b>Capitais Próprios</b>	
	<b>+ 100 bp</b>	<b>- 100 bp</b>	<b>+ 100 bp</b>	<b>- 100 bp</b>
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa	-	-	44.406	-48.749
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-1.333	1.333	-	-
	<b>-1.333</b>	<b>1.333</b>	<b>44.406</b>	<b>-48.749</b>

  

Milhares de Euros	<b>31 Dez 2011</b>			
	<b>Resultados</b>		<b>Capitais Próprios</b>	
	<b>+ 100 bp</b>	<b>- 100 bp</b>	<b>+ 100 bp</b>	<b>- 100 bp</b>
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa	-	-	37.929	-40.540
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-1.839	1.839	-	-
	<b>-1.839</b>	<b>1.839</b>	<b>37.929</b>	<b>-40.540</b>

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

#### **Gestão do risco de crédito de contraparte em transacções financeiras**

A política do Grupo EDP Renováveis, em termos de risco de contraparte das transacções financeiras com empresas externas ao Grupo EDP, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte. As contrapartes nos instrumentos financeiros derivados e transacções financeiras são instituições de crédito de elevada notação de crédito ou empresas do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com as normas internacionais. A generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados é contratada ao abrigo do "ISDA Master Agreements".

No caso específico do Grupo EDPR EU, o risco de crédito não é significativo devido ao curto prazo médio de recebimentos de clientes e à qualidade dos seus devedores. Os maiores clientes do Grupo são operadores e distribuidores no mercado de energia dos respectivos países (OMEL e MEFF no caso do mercado Espanhol).

No caso específico do Grupo EDPR NA, o risco de crédito não é significativo devido ao reduzido prazo médio de recebimentos de clientes e à qualidade dos seus devedores. Os principais clientes do Grupo EDP Renováveis são empresas reguladas de electricidade e agentes regionais do mercado energético nos Estados Unidos.

A EDP Renováveis considera que o valor que melhor representa a exposição do Grupo ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico a receber de clientes e outros devedores, líquido de perdas por imparidade registadas. O Grupo considera que a qualidade do crédito destes valores a receber é adequada e que não existem perdas por imparidade significativas por reconhecer.

#### **Gestão do risco de liquidez**

O risco de liquidez é a possibilidade do Grupo não ser capaz de cumprir com as suas obrigações financeiras na data de vencimento. A estratégia do Grupo em termos de gestão de liquidez é a de assegurar, tanto quanto possível, a existência de liquidez suficiente para cumprir as obrigações no seu vencimento, em condições normais ou desfavoráveis, sem incorrer em custos desnecessários ou afectar a reputação do Grupo.

A política de liquidez seguida garante o cumprimento do pagamento das obrigações contratadas através da manutenção de linhas de crédito suficientes e através do acesso ao financiamento do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis procede à gestão do risco de liquidez através da contratação e gestão de linhas de crédito e facilidades de financiamento com o seu principal accionista, bem como directamente no mercado com instituições financeiras nacionais e internacionais, assegurando os fundos necessários para realizar as suas actividades.

### Gestão dos riscos de preço de mercado

Em 31 de Dezembro de 2012 o risco do preço de mercado que afecta o Grupo EDP Renováveis não é significativo. No caso da EDPR NA, os preços são fixos e maioritariamente determinados por contratos de aquisição de energia. No caso da EDPR EU, a electricidade é vendida em Espanha directamente no mercado diário a preços "spot" acrescido de um prémio pré-definido (regulado). No entanto, a EDPR EU tem a opção de vender electricidade através de tarifas reguladas garantindo preços mínimos. Nos restantes países os preços são maioritariamente determinados através de tarifas reguladas.

A EDPR EU e a EDPR NA contrataram "swaps" de energia para cobertura de fluxos de caixa relacionados com a cobertura de preço das vendas de energia para os anos de 2012 e 2013 (ver nota 36). O objectivo do Grupo EDP Renováveis é o de cobrir a produção de energia reduzindo a sua exposição à volatilidade do preço de venda de energia.

### Gestão de capital

O objectivo do Grupo relativamente à gestão dos capitais próprios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo seu accionista maioritário, é o de salvaguardar a continuidade do Grupo, crescer sustentavelmente de forma a cumprir os objectivos estabelecidos e manter uma estrutura óptima de capitais próprios de forma a reduzir o custo do capital.

Em conformidade com outros Grupos que operam neste sector, o Grupo controla a sua estrutura de financiamento com base no rácio de alavancagem. Este rácio é calculado dividindo os financiamentos líquidos pelo total de capitais próprios e financiamento líquido. O financiamento líquido corresponde ao somatório da dívida financeira do passivo por investimentos institucionais ("institutional equity liabilities"), corrigido do efeito dos proveitos diferidos não correntes, e deduzido de caixa e equivalentes de caixa.

## 5. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício de 2012, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis:

#### Empresas adquiridas:

- A EDP Renewables Europe, S.L. adquiriu 100% do capital social da Pietragalla Eolico S.R.L. (ver nota 17) e 85% do capital social da Sibioara Wind Farm, S.R.L.;
- A EDP Renewables Canada Ltd. adquiriu 100% do capital social das seguintes empresas:
  - 0867242 BC Ltd.;
  - Eolia Renewable Energy Canada Ltd.;
  - South Branch Wind Farm Inc.
- A EDPR-RO-PV, S.R.L. (empresa constituída em Julho de 2012) adquiriu 100% do capital social das seguintes empresas (ver nota 17):
  - Cujmir Solar S.R.L.;
  - Foton Delta S.R.L.;
  - Foton Epsilon S.R.L.;
  - Potelu Solar S.R.L.;
  - Studina Solar S.R.L.;
  - Vanju Mare Solar S.R.L.
- A EDP Renewables Polska SP. ZO.O. adquiriu 60% do capital social da J&Z Wind Farms SP. ZO.O. e 100% do capital social da Korsz Wind Farm SP. ZO.O.

#### Empresas alienadas e liquidadas:

- A EDP Renewables North America, L.L.C. procedeu à liquidação da Horizon Wind Energy International, L.L.C.;
- A EDP Renewables España, S.L. procedeu à liquidação das empresas Parque Eólico Plana de Artajona, S.L.U., Parque Eólico Montes de Castejón, S.L., Siesa Renovables Canarias S L Compañía Eléctrica de Energías Renovables Alternativas S A U e Corporación Empresarial de Renovables Alternativas S L U;
- A Generaciones Especiales I, S.L. procedeu à alienação por 5.531 milhares de Euros da totalidade da sua participação financeira das seguintes empresas, tendo gerado um ganho de 2.857 milhares de Euros reconhecido como Ganhos/(Perdas) na alienação de activos financeiros:
  - 25% de capital social na Hidroastur S.A. (ver nota 18);
  - 80% de capital social na Hidroeléctrica del Rumblar S.L. (ver nota 15);
  - 100% de capital social na Hidroeléctrica Fuentesmosa S.L. (ver nota 15);
  - 75% de capital social na Hidroeléctrica Gormaz S.A. (ver nota 15).
- Alienação de 49% do capital social da empresa 2007 Vento II, L.L.C. pelo montante de 175.687 milhares de Euros (225.721 milhares de USD que corresponde a um preço de venda de 230.000 milhares de USD deduzido das contribuições de capital e custos de transacção no montante de 2.800 e 1.478 milhares de USD, respectivamente) e consequente redução de 49% na participação financeira nas seguintes empresas (ver nota 29):
  - Telocasef Wind Power Partners, L.L.C.;
  - Post Oak Wind, L.L.C.;
  - High Prairie Wind Farm II, L.L.C.;
  - Old Trail Wind Farm, L.L.C.

**Empresas fusionadas:**

- As seguintes empresas foram fusionadas na Desarrollos Eólicos Promoción S.A.U., que alterou a sua denominação para EDP Renovables España, S.L.:
  - Agrupación Eólica S.L.U.;
  - Desarrollos Eólicos, S.A.;
  - Ceasa Promociones Eólicas S.L.U.;
  - Generaciones Especiales I, S.L.;
  - Neo Catalunya S.L.;
  - Santa Quiteria Energia, S.L.U.;
  - Sinae Inversiones Eólicas S.A.

**Empresas constituídas:**

- 2012 Vento XI, L.L.C. \* ;
- Castellaneta Wind S.R.L.;
- Central Eólica Aventura, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão I, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão II, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão III, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão IV, S.A.;
- EDP Renewables SGPS, S.A.;
- EDP Renewables Belgium, S.A.;
- EDP Renewables Canada GP Ltd. \* ;
- EDP Renewables Canada LP Ltd.;
- EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.;
- EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.;
- EDPR Wind Ventures XI, L.L.C. \* ;
- EDPR-RO-PV, S.R.L.;
- Laterza Wind S.R.L.;
- MFW Gryf SP. ZO.O.;
- MFW Neptun SP. ZO.O.;
- MFW Pomorze SP. ;
- Monts de la Madeleine Energie, S.A.S.;
- Monts du Forez Energie, S.A.S.;
- SBWFI GP Inc. \* ;
- South Dundas Wind Farm LP \* ;
- Verde Wind Power L.L.C. \*

\* O Grupo EDP Renováveis detém, através das suas subsidiárias EDPR NA e EDPR Canadá, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e no Canadá sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2012 não têm quaisquer activos ou passivos, nem qualquer actividade operacional.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2011, as alterações ao perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis foram:

**Empresas adquiridas:**

- O Grupo EDPR, através da sua subsidiária EDPR UK, adquiriu 49% do capital social da Seaenergy Renewables Inch Cape Limited.;
- O Grupo EDPR, através da sua subsidiária EDPR EU, adquiriu 85% do capital social da S.C. Ialomita Power, S.R.L.

**Empresas alienadas e liquidadas:**

- A Generaciones Especiales I, S.L. dissolveu e liquidou a subsidiária Sodecoan, S.L.;
- A Generaciones Especiales I, S.L. alienou o Subgrupo Veinco (ver Nota 15);
- A EDPR UK, vendeu uma participação de 8,36% no capital social da Moray Offshore Renewables Limited por 4.033 milhares de Euros. Como consequência, as participações nas subsidiárias MacColl Offshore Windfarm Limited, Stevenson Offshore Windfarm Limited e Telford Offshore Windfarm Limited também foram reduzidas em 8,36%;
- A Agrupación Eólica, S.L.U. vendeu a subsidiária Neomai Inversiones SICAV, S.A. por 40.894 milhares de Euros;
- A Sinae Inversiones Eólicas S.A., vendeu uma participação de 1,25% no capital social da Eólica Alfoz, S.L., por 106 milhares de Euros.

**Empresas fusionadas:**

- A Farma Wiatrowa Wyszogrod, S.P. ZO.O. foi incorporada na Masovia Wind Farm I, S.P. ZO.O.

**Empresas constituídas:**

- 2011 Vento X, L.L.C.;
- Eastern Nebraska Wind Farm, L.L.C.\*;
- EDP Renováveis Cantabria, S.L.;
- EDPR Wind Ventures X, L.L.C.;
- Paulding Wind Farm IV L.L.C.\*;
- Pesteria Wind Farm, S.A.;
- Pochidia Wind Farm, S.A.;
- Rush County Wind Farm, L.L.C.\*;
- Villa Castelli Wind, S.R.L.

\* A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR NA e EDPR Canadá, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e Canadá sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2011 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional.

**Outras alterações:**

- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 47% para 61% no capital social da Aplicaciones Industriales de Energias Limpias, S.L. através da sua subsidiária Santa Quitéria Energia, S.L.U.;
- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 58% para 84% no capital social da Desarrollo Eólico Santa Quitéria, S.L. através da sua subsidiária Aplicaciones Industriales de Energias Limpias, S.L.;
- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 51% para 100% do capital social das empresas Relax Wind Park II, SP. Z.O.O. e Relax Wind Park IV, SP. Z.O.O. através da sua subsidiária EDP Renewables Polska, SP. Z.O.O.;
- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 90% a 100% no capital social da Eólica da Sierra de Avila, S.L. através da sua subsidiária Sinae Inversiones Eólicas S.A.

**6. VOLUME DE NEGÓCIOS**

A rubrica de **Volume de negócios** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Vendas por sector de actividade/negócio e geografia:</b>		
Electricidade na Europa	773.070	634.518
Electricidade nos Estados Unidos da América	355.508	302.890
Electricidade, outros	24.754	19.464
	1.153.332	956.872
Outros	6.850	17.709
	1.160.182	974.581
<b>Prestação de serviços</b>	4.961	4.888
<b>Varição nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:</b>		
Custo das matérias primas e consumíveis	-292	-15.168
Varição dos inventários	-7.055	-7.084
	-7.347	-22.252
<b>Total Volume de Negócios</b>	1.157.796	957.217

**7. PROVEITOS DECORRENTES DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA**

Os **Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA** são analisados como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Proveitos decorrentes de parcerias Institucionais - EDPR NA	127.350	111.610
	127.350	111.610

Os proveitos decorrentes de parceiros institucionais — EDPR NA, incluem o reconhecimento de proveitos relacionados com benefícios fiscais à produção (PTC), benefícios fiscais associados ao investimento (ITC) e outros benefícios fiscais relacionados essencialmente com a aceleração das taxas de depreciação dos projectos Vento I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X (ver nota 32).

## 8. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A rubrica de **Outros proveitos operacionais** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Amortização do proveito diferido relativo a contratos de aquisição de energia	9.888	10.334
Ganhos obtidos em empreendimentos conjuntos	32.393	51.695
Outros proveitos operacionais	20.835	22.515
	63.116	84.544

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a EDPR NA e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados com base em pressupostos de mercado em aproximadamente 120 milhões de Euros (190,4 milhões de USD) e registados como passivo não corrente (ver nota 33). Este passivo é amortizado pelo período dos contratos por contrapartida de outros proveitos operacionais. A amortização do exercício de 31 de Dezembro de 2012 foi de 9.888 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 10.334 milhares de Euros).

No decurso de 2012, o Grupo EDPR efectuou a alocação do preço de compra das diversas empresas adquiridas ao justo valor dos activos e passivos adquiridos da qual resultou um proveito operacional de 29.754 milhares de Euros na EDPR Roménia e 2.639 milhares de Euros na EDPR Itália (ver nota 17). Estas aquisições foram vantajosas devido ao poder negocial do Grupo EDPR, da sua capacidade de financiamento e liquidez e ao início do desenvolvimento do mercado de energia solar na Roménia que permite transacções favoráveis.

Durante 2010, o Grupo adquiriu 85% da EDP Renewables Italia, S.r.l. (ver nota 17). O vendedor detém uma put option sobre o Grupo EDPR relativa aos restantes 15% do capital social que, em linha com as políticas contabilísticas do Grupo, foi considerada como uma compra antecipada. O custo de aquisição reconhecido nas contas de 2011 inclui o montante liquidado em dinheiro, o preço contingente da implementação com sucesso dos processos em curso e o justo valor da put option. O preço contingente e o valor da put option estão ambos registados ao justo valor, baseados na melhor estimativa à data de compra (ver nota 34).

Em 2011, a EDPR Itália aumentou o seu capital social. O accionista minoritário, Energia in Natura, S.r.l. não participou neste aumento de capital, consequentemente, a percentagem de participação atribuível a interesses não controláveis reduziu de 15% para 6,48% e a responsabilidade associada à opção de venda foi reduzida pelo montante correspondente. Além do referido, no final do ano de 2011, o Grupo EDPR actualizou o justo valor dos montantes relativos à aquisição de 2010 (preço contingente e put option), tendo em consideração a informação existente no final do ano, a qual inclui uma redução no preço de venda estimado da electricidade a ser produzida e no número de MW a ser instalado no futuro. Face ao exposto, o Grupo EDPR reduziu o passivo associado à put option em 34.625 milhares de euros e ao preço contingente em 17.070 milhares de euros e reconheceu um proveito operacional em 2011 no montante de 51.695 milhares de euros (ver nota 34).

## 9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Fornecimentos e serviços:</b>		
Rendas e alugueres	40.670	34.857
Seguros	13.875	12.842
Conservação e reparação	143.250	126.601
Trabalhos especializados:		
Serviços de Informática, Jurídicos e de Consultoria	16.599	13.152
Serviços partilhados	11.866	7.918
Outros serviços	12.225	10.109
Outros fornecimentos e serviços	23.325	19.590
	261.810	225.069

## 10. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de **Custos com o pessoal e benefícios aos empregados** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Custos com o pessoal</b>		
Remuneração dos órgãos sociais	945	1.063
Remunerações	52.320	51.257
Encargos com remunerações	7.582	8.130
Remuneração variável dos colaboradores	8.937	15.104
Outros custos	971	6.145
Trabalhos para a própria empresa	-15.339	-23.466
	55.416	58.233
<b>Benefícios aos empregados</b>		
Custos com planos de pensões	2.825	2.282
Custos com plano médico e outros benefícios	3.320	317
Outros	1.098	-
	7.243	2.599
	62.659	60.832

A 31 de Dezembro de 2012, os custos com planos de pensões referem-se a planos de contribuição definida (2.802 milhares de Euros) e a planos de benefício definido (23 milhares de Euros).

O número médio de trabalhadores do quadro permanente, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional, é apresentado como segue:

	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Órgãos sociais	14	17
	14	17
Directores / Chefias superiores	68	62
Quadros médios	504	453
Profissionais altamente qualificados e qualificados	221	206
Outros empregados	64	71
	857	792
	871	809

As empresas do Grupo EDPR consolidadas pelo método de consolidação proporcional, não contribuíram com funcionários (31 de Dezembro de 2011: 14 incluídos em Outros empregados).

O número de trabalhadores inclui a Gestão e todos os funcionários de todas as empresas subsidiárias e associadas.

## 11. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de **Outros custos operacionais** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Impostos directos	20.115	17.946
Impostos indirectos	21.824	16.738
Perdas em immobilizações	17.035	11.813
Custos com locações de centros produtores de electricidade	12.147	8.998
Outros custos e perdas operacionais	15.091	11.237
	86.212	66.732

## 12. DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO E PROVEITOS DIFERIDOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Activos fixos tangíveis:</b>		
Edifícios e outras construções	1.801	1.592
Equipamento básico:		
Produção eólica	433.518	415.583
Outro equipamento básico	16	119
Equipamento administrativo e utensílios:	10.253	6.714
Outros activos fixos tangíveis	1.862	1.819
Imparidade	53.401	5.058
	<b>500.851</b>	<b>430.885</b>
<b>Outros activos intangíveis:</b>		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	1.858	2.120
<b>Imparidade de goodwill</b>	-	35.488
	<b>502.709</b>	<b>468.493</b>
<b>Amortização de proveitos diferidos:</b>		
Subsídios governamentais	-15.231	-14.986
	<b>-15.231</b>	<b>-14.986</b>
	<b>487.478</b>	<b>453.507</b>

Em resultado dos testes de imparidade efectuados em activos de geração eólica (ver pressupostos na nota 17), foram reconhecidas perdas por imparidade nos montantes de 45.617 e 7.784 milhares de Euros na EDPR EU e na EDPR NA, respectivamente (ver nota 15).

Em 2011, a rubrica Imparidade do "goodwill" inclui essencialmente, uma perda por imparidade do Grupo EDPR Itália no montante de 34.737 milhares de euros resultante da avaliação efectuada à recuperabilidade destes activos em função da actualização dos pressupostos relativos às estimativas de MW a instalar e aos preços de energia futuros (ver notas 8 e 17).

## 13. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

A rubrica de **Proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Proveitos financeiros:</b>		
Juros obtidos	16.770	10.844
Instrumentos financeiros derivados		
Juros	5.483	19.913
Justo valor	24.321	8.980
Diferenças de câmbio favoráveis	27.010	20.578
Outros proveitos financeiros	604	1.240
	<b>74.188</b>	<b>61.555</b>
<b>Custos financeiros:</b>		
Juros suportados	215.987	204.094
Instrumentos financeiros derivados		
Juros	21.152	16.156
Justo valor	35.136	3.211
Diferenças de câmbio desfavoráveis	10.496	42.284
Trabalhos para a própria empresa	-15.697	-33.927
"Unwinding"	72.824	68.279
Outros custos financeiros	11.906	5.588
	<b>351.804</b>	<b>305.685</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-277.616</b>	<b>-244.130</b>

A rubrica de Instrumentos financeiros derivados - Juros está relacionada com a liquidação de juros resultantes do instrumento financeiro derivado estabelecido entre a EDP Renováveis e EDP Sucursal (ver notas 34 e 36).

Conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2g) das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2012, os juros suportados, que ascendem a 15.697 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 33.927 milhares de Euros) (ver nota 15) e estão incluídos na rubrica de Trabalhos para a própria empresa. As taxas de juro consideradas para a referida capitalização variaram entre 1,81% e 10,25% (31 de Dezembro de 2011: 2,62% e 13,06%).

A rubrica de Juros Suportados diz respeito aos juros de empréstimos cujo juro é definido a taxas de mercado.

Os custos referentes ao "Unwinding" referem-se essencialmente à actualização financeira da provisão para desmantelamento referente a parques eólicos no valor de 3.366 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 2.995 milhares de Euros) (ver nota 31) e ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA no valor de 68.431 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 62.538 milhares de Euros) (ver nota 31).

#### 14. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal e Espanha esse período é de 4 anos e no Brasil é de 5 anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2008. Nos Estados Unidos da América, de forma genérica, o "Statute of Limitation" para o IRS (autoridade tributária dos Estados Unidos) poder emitir uma liquidação adicional de imposto de uma entidade é de 3 anos, a contar da data de submissão da declaração anual de rendimentos do contribuinte.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (5 anos em Portugal a partir de 2012, 18 anos em Espanha, 20 anos nos Estados Unidos da América, sem prazo na Bélgica e em França e sem prazo no Brasil, mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício). As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

A EDP Renewables Europe, S.L. e as suas subsidiárias preenchem declarações fiscais individuais de acordo com a lei fiscal. No entanto, as maiores empresas do Grupo são tributadas pelos princípios específicos do Regime de Consolidação contido nos artigos 64º e 82º do Royal Legislative Decree 4/2004, em que a lei revista do imposto sobre o rendimento foi aprovada. As subsidiárias do Grupo EDPR em Espanha estão incluídas no perímetro de consolidação fiscal do Grupo Genesa e da EDP SA - Sucursal en España (EDP Sucursal).

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Imposto corrente	-85.225	-29.060
Imposto diferido	39.186	1.022
	-46.039	-28.038

A taxa efectiva de imposto em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Resultado antes de impostos	182.089	118.662
Imposto do exercício	-46.039	-28.038
Taxa efectiva de imposto	25,28%	23,63%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto sobre o rendimento, no Grupo, em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Resultado antes de impostos	182.089	118.662
Taxa nominal de imposto	30,00%	30,00%
Imposto Teórico	-54.627	-35.599
Imposto do exercício	-46.039	-28.038
Diferença	8.588	7.561
Reavaliações, amortizações, depreciações e provisões	5.403	-835
Capitalização dos activos por impostos diferidos relacionados com perdas fiscais de exercícios anteriores	361	8.221
Activos por impostos diferidos não reconhecidos relativos a perdas fiscais geradas no exercício	-4.908	-2.792
Investimentos financeiros em associadas	1.692	1.432
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-	3.488
Despesas não dedutíveis	-7.753	-1.276
Efeitos de taxa de imposto em jurisdições estrangeiras	4.847	-3.175
Benefícios fiscais	4.196	1.896
Outros	4.750	602
	8.588	7.561

As taxas de imposto nos países em que o Grupo EDP Renováveis opera são as seguintes:

País	Subgrupo	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Espanha	EDPR EU	30,00%	30,00%
Portugal	EDPR EU	31,50%	29,00%
França	EDPR EU	33,33%	33,33%
Itália	EDPR EU	27,50%	27,50%
Polónia	EDPR EU	19,00%	19,00%
Bélgica	EDPR EU	33,99%	33,99%
Roménia	EDPR EU	16,00%	16,00%
Canadá	EDPR Canada	26,50%	26,50%
Estados Unidos	EDPR NA	37,73%	37,22%
Brasil	EDPR BR	34,00%	34,00%

## 15. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Valor bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	24.601	21.389
Edifícios e outras construções	16.700	16.053
Equipamento básico		
Produção Eólica	11.572.839	10.905.666
Outro equipamento básico	6.484	9.151
Equipamento administrativo	62.336	48.753
Outros activos fixos tangíveis	14.201	13.675
Activos fixos tangíveis em curso	1.080.675	1.203.445
	12.777.836	12.218.132
<b>Amortizações acumuladas:</b>		
Amortizações do exercício	-447.450	-425.827
Imparidades do exercício	-53.401	-5.058
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-1.740.078	-1.332.626
	-2.240.929	-1.763.511
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>10.536.907</b>	<b>10.454.621</b>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis, no período de 31 de Dezembro de 2011 a 31 de Dezembro de 2012, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições/Aumentos	Alienações/Abates	Transf.	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Valor bruto:</b>							
Terrenos e recursos naturais	21.389	3.942	-82	-	-417	-231	24.601
Edifícios e outras construções	16.053	954	-	-	-366	59	16.700
Equipamento básico							
Produção Eólica	10.905.666	9.610	-539	771.474	-114.251	879	11.572.839
Outro equipamento básico	9.151	-	-108	61	-	-2.620	6.484
Equipamento administrativo	48.753	11.176	-188	3.178	-673	90	62.336
Outros activos fixos tangíveis	13.675	1.660	-13.911	12.875	-82	-16	14.201
Activos fixos tangíveis em curso	1.203.445	662.760	-4.862	-787.588	6.674	246	1.080.675
	<b>12.218.132</b>	<b>690.102</b>	<b>-19.690</b>	<b>-</b>	<b>-109.115</b>	<b>-1.593</b>	<b>12.777.836</b>

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por Imparidade/Reversões	Alienações/Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:</b>							
Edifícios e outras construções	5.487	1.801	-	-	-105	4	7.187
Equipamento básico:							
Produção Eólica	1.723.783	433.518	52.977	-203	-19.663	-35	2.190.377
Outro equipamento básico	8.011	16	-	-108	-	-1.691	6.228
Equipamento administrativo	18.222	10.253	2	-188	-318	-17	27.954
Outros activos fixos tangíveis	8.008	1.862	422	-1.033	-76	-	9.183
	<b>1.763.511</b>	<b>447.450</b>	<b>53.401</b>	<b>-1.532</b>	<b>-20.162</b>	<b>-1.739</b>	<b>2.240.929</b>

A rubrica de equipamento básico inclui os custos incorridos em parques eólicos que se encontram em actividade.

O movimento ocorrido na rubrica Variações de Perímetro / Outros inclui o efeito resultante da aquisição da J&Z Wind Farms SP. ZO.O., da Pietragalla Eolico S.R.L., da aquisição de empresas fotovoltaicas pela EDPR-RO-PV, S.R.L. e o efeito da venda das empresas detentoras das mini-hídricas em Espanha (ver nota 5).

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis durante 2011 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições/Aumentos	Alienações/Abates	Transf.	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Valor Bruto:</b>							
Terrenos e recursos naturais	18.867	2.322	-	153	-5	52	21.389
Edifícios e outras construções	13.896	146	-24	1.993	158	-116	16.053
Equipamento básico:							
Produção Eólica	9.536.702	80.835	-6.646	1.158.187	136.548	40	10.905.666
Outro equipamento básico	8.917	24	-	-	-	210	9.151
Equipamento administrativo	29.186	3.047	-2.262	17.631	990	161	48.753
Outros activos fixos tangíveis	13.846	2.421	-12.501	9.756	85	68	13.675
Activos fixos tangíveis em curso	1.666.957	741.915	-17.615	-1.187.720	1.010	-1.102	1.203.445
	<b>11.288.371</b>	<b>830.710</b>	<b>-39.048</b>	<b>-</b>	<b>138.786</b>	<b>-687</b>	<b>12.218.132</b>

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por Imparidade/ Reversões	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:</b>							
Edifícios e outras construções	3.787	1.592	-	-24	145	-13	5.487
Equipamento básico:							
Produção Eólica	1.274.124	415.583	5.036	-87	29.113	14	1.723.783
Outro equipamento básico	7.870	119	-	-	-	22	8.011
Equipamento administrativo	13.454	6.714	-	-2.261	314	1	18.222
Outros activos fixos tangíveis	7.365	1.819	22	-1.308	61	49	8.008
	<b>1.306.600</b>	<b>425.827</b>	<b>5.058</b>	<b>-3.680</b>	<b>29.633</b>	<b>73</b>	<b>1.763.511</b>

A rubrica Variações de Perímetro / Outros inclui o efeito resultante da venda do Subgrupo Veinco realizada pela EDPR EU, durante o primeiro semestre de 2011.

Durante 2011, o Grupo EDPR alterou a vida útil dos parques eólicos com base num estudo técnico realizado por uma entidade independente, com efeito prospectivo a partir de 1 de Abril de 2011, conforme descrito na nota 3 — Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas.

Os Activos fixos tangíveis em curso, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são analisados como se segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Actividade eléctrica</b>		
Grupo EDPR EU	842.278	757.921
Grupo EDPR NA	212.783	433.240
Outros	25.614	12.284
	<b>1.080.675</b>	<b>1.203.445</b>

Activos fixos tangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, para a EDPR EU e o Grupo EDPR NA, estão essencialmente relacionados com parques eólicos e centrais fotovoltaicas em fase de construção e desenvolvimento.

Os juros financeiros capitalizados ascendem a 15.697 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2012 (31 de Dezembro de 2011: 33.927 milhares de Euros) (ver nota 13).

Os custos com pessoal capitalizados ascendem a 15.339 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2012 (31 de Dezembro de 2011: 23.466 milhares de Euros) (ver nota 10).

O Grupo EDP Renováveis tem compromissos de locações e de compra tal como divulgado na Nota 37 - Compromissos.

## 16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Valor bruto:</b>		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	47.221	42.462
Activos intangíveis em curso	4	4
	<b>47.225</b>	<b>42.466</b>
<b>Amortizações acumuladas:</b>		
Depreciações e amortizações do exercício	-1.858	-2.120
Depreciações acumuladas	-20.452	-18.527
	<b>-22.310</b>	<b>-20.647</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>24.915</b>	<b>21.819</b>

A propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis inclui 14.035 milhares de Euros e 30.186 milhares de Euros relativos a licenças de produção eólica da EDPR Portugal (31 de Dezembro de 2011: 14.035 milhares de Euros) e Grupo EDPR NA (31 de Dezembro de 2011: 25.500 milhares de Euros), respectivamente.

Os movimentos na rubrica de Activos intangíveis durante 2012 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transf.	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Valor bruto:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	42.462	24	-	-	-601	5.336	47.221
Activos intangíveis em curso	4	-	-	-	-	-	4
	<u>42.466</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-601</u>	<u>5.336</u>	<u>47.225</u>
Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por Imparidade/ Reversões	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Amortizações acumuladas:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	20.647	1.858	-	-	-154	-41	22.310
	<u>20.647</u>	<u>1.858</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-154</u>	<u>-41</u>	<u>22.310</u>

Os movimentos na rubrica de Activos intangíveis durante 2011 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transf.	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Valor bruto:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	41.069	5	-	-	620	768	42.462
Activos intangíveis em curso	-	4	-	-	-	-	4
	<u>41.069</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>620</u>	<u>768</u>	<u>42.466</u>
Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por Imparidade/ Reversões	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Amortizações acumuladas:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	18.342	2.120	-	-	250	-65	20.647
	<u>18.342</u>	<u>2.120</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>250</u>	<u>-65</u>	<u>20.647</u>

## 17. GOODWILL

No Grupo, a decomposição de "Goodwill", resultante da diferença entre o valor de aquisição e a parte correspondente ao justo valor dos activos líquidos adquiridos, é analisada como segue:

Milhares de Euros	Moeda Funcional	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Actividade eléctrica</b>			
Goodwill registado no Grupo EDPR EU	Euro, Lei, Zloty	700.234	698.403
Grupo EDPR Espanha	Euro	534.610	534.642
Grupo EDPR Portugal	Euro	42.588	42.588
Grupo EDPR França	Euro	65.752	65.752
Grupo EDPR Itália	Euro	23.044	23.044
Outros	Euro, Lei, Zloty	34.240	32.377
Goodwill registado no Grupo EDPR NA	Dólar americano	600.302	611.882
Goodwill registado no Grupo EDPR BR	Real	1.394	1.560
		<u>1.301.930</u>	<u>1.311.845</u>

Os movimentos em "Goodwill", por subgrupo, durante 2012 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aumentos	Diminuições	Imparidade	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Actividade eléctrica</b>							
Grupo EDPR EU							
Grupo EDPR Espanha	534.642	-	-32	-	-	-	534.610
Grupo EDPR Portugal	42.588	-	-	-	-	-	42.588
Grupo EDPR França	65.753	-	-	-	-	-	65.753
Grupo EDPR Itália	23.044	-	-	-	-	-	23.044
Outros	32.376	164	-	-	1.699	-	34.239
Grupo EDPR NA	611.882	-	-	-	-11.580	-	600.302
Grupo EDPR BR	1.560	-	-	-	-166	-	1.394
	<b>1.311.845</b>	<b>164</b>	<b>-32</b>		<b>-10.047</b>		<b>1.301.930</b>

Os movimentos em "Goodwill", por subgrupo, durante 2011 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aumentos	Diminuições	Imparidade	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Actividade eléctrica</b>							
Grupo EDPR EU							
Grupo EDPR Espanha	547.488	-	-12.846	-	-	-	534.642
Grupo EDPR Portugal	42.588	-	-	-	-	-	42.588
Grupo EDPR França	66.504	-	-	-751	-	-	65.753
Grupo EDPR Itália	57.781	-	-	-34.737	-	-	23.044
Outros	35.031	-	-	-	-2.655	-	32.376
Grupo EDPR NA	592.915	-	-	-	18.967	-	611.882
Grupo EDPR BR	1.699	-	-	-	-139	-	1.560
	<b>1.344.006</b>	<b>-</b>	<b>-12.846</b>	<b>-35.488</b>	<b>16.173</b>	<b>-</b>	<b>1.311.845</b>

O decréscimo do "goodwill" no Grupo EDPR Espanha no montante de 12.846 milhares de Euros resulta do preço final da responsabilidade relativa à put option da Caja Madrid sobre interesses não controláveis detidos por esta entidade sobre a EDP Renovables España (3.363 milhares de Euros) e da venda do Subgrupo Veinco (9.483 milhares de Euros). Esta participação foi vendida por 15,8 milhões de Euros gerando uma mais valia de 732 milhares de Euros.

Em 2011, a actualização dos pressupostos relativos às estimativas de MW a instalar e aos preços da energia originou uma imparidade no Grupo EDPR Itália no montante de 34.737 milhares de Euros (ver nota 8 e 12).

*Outras informações referentes aos PPA ("Purchase Price Allocation") e concentrações de actividades empresariais de 2012*

#### Grupo EDPR Itália

Em 2012, o Grupo EDPR Itália adquiriu 100% do capital social da empresa Pietragalla Eolico S.R.L. (ver nota 5) e concluiu o respectivo PPA o qual originou o reconhecimento de um proveito operacional no montante de 2.639 milhares de Euros (ver nota 8).

Milhares de Euros	Valor contabilístico	PPA	Activos e Passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	1.227	10.300	11.527
Outros activos (incluindo licenças)	-	-	-
Total do activo	1.227	10.300	11.527
Impostos diferidos passivos	-	2.833	2.833
Passivo corrente	1.035	-	1.035
Total do Passivo	1.035	2.833	3.868
Activos líquidos adquiridos	192	7.467	7.659
Custo de aquisição	5.020	-	5.020
Badwill	-	-	-2.639

*Outros*

Durante o ano de 2012, o Grupo EDPR Roménia adquiriu 99,99% do capital social das empresas Cujmir Solar S.R.L., Foton Delta S.R.L., Foton Epsilon S.R.L., Potelu Solar S.R.L., Studina Solar S.R.L. e Vanju Mare Solar S.R.L. (ver nota 5) e concluiu os respectivos PPA os quais originaram o reconhecimento de um proveito operacional no montante de 29.754 milhares de Euros (ver nota 8).

Milhares de Euros	Valor contabilístico	PPA	Activos e Passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	26	43.305	43.331
Outros activos (incluindo licenças)	500	14.167	14.667
Total do activo	526	57.472	57.998
Impostos diferidos passivos	-	9.195	9.195
Passivo corrente	513	-	513
Total do Passivo	513	9.195	9.708
Activos líquidos adquiridos	13	48.277	48.290
Custo de aquisição	18.536		18.536
Badwill			-29.754

Durante 2012, o Grupo EDP Renováveis pagou o montante de 30.279 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 15.317 milhares de Euros) por concentrações de actividades empresariais e "success fees" relacionados com aquisição de empresas do Grupo EDPR Espanha (2.325 milhares de Euros), Grupo EDPR Polónia (7.348 milhares de Euros), EDPR Roménia Fotovoltaico (8.801 milhares de Euros), Grupo EDPR Itália (2.520 milhares de Euros), Grupo EDPR Canadá (4.807 milhares de Euros) e Outros (4.478 milhares de Euros, dos quais 3.200 milhares de Euros relacionados com o Grupo EDPR Bélgica).

*Testes de Imparidade do "goodwill" - Grupo EDPR*

O goodwill do Grupo EDPR é testado quanto à sua imparidade anualmente, com base no mês de Setembro. No caso dos parques eólicos em exploração, o teste de imparidade é feito com base no valor recuperável determinado com base no valor de uso dos activos. O goodwill é alocado a cada um dos países onde o Grupo EDPR exerce a sua actividade, pelo que, para determinar o valor recuperável do goodwill alocado a cada país, são agregadas as diferentes unidades geradoras de caixa (UGC) existentes em cada geografia.

Para efectuar esta análise, foi utilizado o método de fluxos de caixa descontados. Este método é baseado no princípio que o valor estimado de uma entidade ou negócio é definido pela sua capacidade de gerar recursos financeiros no futuro, assumindo que estes recursos poderão ser transferidos do negócio e distribuídos pelos accionistas, sem pôr em causa a continuidade da actividade.

Desta forma, a valorização dos negócios desenvolvidos por cada unidade geradora de caixa do Grupo EDPR é efectuada de acordo com os fluxos de caixa gerados por cada negócio, descontados a taxas apropriadas.

A projecção dos fluxos de caixa futuros é baseada na vida útil dos parques eólicos (25 anos) sendo consistente com o método de depreciação actual. Esta projecção também considera os contratos "off-take" de longo prazo e estimativas de preços de energia de longo prazo, para os activos com exposição ao mercado.

Os principais pressupostos utilizados nos testes de imparidade são analisados como segue:

- Produção de energia: os "net capacity factors" usados em cada unidade geradora de caixa utilizam estudos de vento que entram em linha de conta com a previsibilidade do vento no médio e longo prazo, e os mecanismos regulatórios existentes em quase todas as geografias que determinam a produção de energia sempre que as condições climáticas o permitem, bem como a prioridade de despacho da energia produzida;

- Remuneração da energia: foram consideradas as remunerações aprovadas ou contratadas quando disponíveis, para as UGC que estejam abrangidas por tarifas reguladas ou que tenham contratos de venda da sua produção durante toda ou parte da sua vida útil. Quando esta informação não está disponível, foram utilizadas as curvas de preços de mercado de longo prazo projectadas pelo Grupo com base na experiência passada e modelos de informação interna com base em fontes de informação externa.

- Nova capacidade: os testes de imparidade basearam-se na melhor informação disponível relativamente aos parques eólicos que se estima que entrem em operação nos próximos anos, ajustados da probabilidade de sucesso, as expectativas de crescimento baseados nos objectivos do plano de negócios, o crescimento histórico e as projecções de crescimento do mercado. Os testes consideraram os preços contratados e esperados para compra das turbinas aos vários fornecedores.

- Custos operacionais: foram utilizados os contratos para arrendamento de terreno e os contratos de manutenção em vigor; os outros custos operacionais foram projectados de forma consistente com a experiência da empresa e modelos internos;

- Valor terminal — é utilizado como uma percentagem de 15% do valor inicial do investimento em cada parque eólico, actualizado à taxa de inflação esperada.

- Taxa de desconto: as taxas de desconto utilizadas reflectem a melhor estimativa do Grupo EDPR considerando os riscos específicos associados a cada unidade geradora de caixa apresentando as seguintes bandas de variação:

	2012	2011
Portugal e Espanha	7.0% - 7.1%	6,7%
Estados Unidos da América	5.5% - 6.8%	5.0% - 6.9%
Resto da Europa	5.9% - 8.2%	6.0% - 8.6%

Os testes de imparidades foram realizados tendo em consideração as alterações regulatórias de cada país, conforme referido na nota 1.

A EDPR realizou análises da sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade efectuados, nomeadamente às seguintes variáveis chave:

- Uma diminuição de 2,1% no "net capacity factor" nos Estados Unidos da América;
- Uma diminuição de 10% nos preços de mercado nos Estados Unidos da América;
- Uma diminuição de até 10% no valor terminal na Europa.

Adicionalmente, o Grupo EDPR realizou uma análise de sensibilidade adicional aumentando em 100 pontos base a taxa de desconto utilizada no caso base para a EDPR NA e EDPR EU. Estas análises de sensibilidade, realizadas para cada pressuposto independentemente, não determinaram a existência de indícios de imparidade no valor do "goodwill" alocado a cada país.

## 18. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Investimentos em associadas:</b>		
Investimentos financeiros em associadas	47.473	51.381
<b>Valor contabilístico</b>	<b>47.473</b>	<b>51.381</b>

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, o "goodwill" gerado na aquisição de associadas é apresentado nesta rubrica, integrado no montante global relativo aos investimentos financeiros em empresas associadas.

O detalhe dos Investimentos financeiros em associadas é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	
	Valor Bruto	Imparidade
<b>Empresas associadas:</b>		
Seaenergy Renewables Inch Cape Limited	14.498	-
Desarrollos Eólicos de Canárias, S.A.	9.933	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	9.908	-
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	7.043	-
Outros	6.091	-
	<b>47.473</b>	<b>-</b>

Milhares de Euros	31 Dez 2011	
	Valor Bruto	Imparidade
<b>Empresas associadas:</b>		
Seaenergy Renewables Inch Cape Limited	14.951	-
Desarrollos Eólicos de Canárias, S.A.	12.372	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	10.696	-
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	5.040	-
Outros	8.322	-
	<b>51.381</b>	<b>-</b>

A movimentação dos Investimentos financeiros em associadas é analisado como segue:

Milhares de Euros	2012	2011
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	51.381	45.871
Aquisições	-	13.592
Alienações	-2.389	-3
Resultados de associadas	6.833	4.796
Dividendos recebidos	-3.512	-3.412
Diferenças de câmbio	42	1.419
Alterações no método de consolidação	-	-4.790
Outros	-4.882	-6.092
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	47.473	51.381

As alienações estão relacionadas com a venda pela Generaciones Especiales I, S.L. da sua participação financeira na Hidroastur S.A., incluída na rubrica de Outros investimentos em associadas (ver nota 5).

## 19. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	8.636	8.847
Outros	771	771
	9.407	9.618

Os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação dos activos financeiros detidos para venda são idênticos aos utilizados no teste de imparidade.

A percentagem de capital social, direitos de voto, activo líquido e resultado líquido das últimas demonstrações financeiras aprovadas dos investimentos financeiros disponíveis para venda, analisam-se como segue:

	Sede	% do capital	Direitos de voto	Activo Líquido	Resultado Líquido
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	Madrid	17,00%	17,00%	27.122	3.772

## 20. IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS E PASSIVOS

O Grupo EDP Renováveis regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos	
	31 Dez 2012	31 Dez 2011	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Prejuízos fiscais reportáveis	632.050	540.156	-	-
Provisões	11.497	7.796	4.896	-
Instrumentos financeiros derivados	15.720	13.091	361	49
Activos fixos tangíveis	24.662	19.646	315.013	225.121
Alocação de justos valores a activos e passivos	-	-	418.434	425.145
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	-	-	251.786	271.959
Encargos financeiros não dedutíveis	16.230	-	-	-
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-611.281	-543.013	-611.281	-543.013
Outros	500	17.882	1.383	2.207
	89.378	55.558	380.592	381.468

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos activos e passivos estão essencialmente relacionados com a Europa e os Estados Unidos da América, tal como segue:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos	
	31 Dez 2012	31 Dez 2011	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Europa:</b>				
Prejuízos fiscais reportáveis	24.541	19.733	-	-
Provisões	8.821	7.468	4.896	-
Instrumentos financeiros derivados	15.953	7.285	361	49
Activos fixos tangíveis	22.316	19.646	15.142	1.098
Encargos financeiros não dedutíveis	16.230	-	-	-
Alocação de justos valores a activos e passivos	-	-	331.673	351.780
Outros	500	1.098	1.342	2.207
	<b>88.361</b>	<b>55.230</b>	<b>353.414</b>	<b>355.134</b>
<b>Estados Unidos da América:</b>				
Prejuízos fiscais reportáveis	606.550	520.423	-	-
Provisões	2.356	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	-233	5.806	-	-
Activos fixos tangíveis	2.346	-	299.803	224.023
Alocação de justos valores a activos e passivos	-	-	81.288	66.902
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	-	-	251.786	271.959
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-611.019	-543.013	-611.019	-543.013
Outros	-	16.784	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.858</b>	<b>19.871</b>

Os movimentos dos impostos diferidos activos e passivos líquidos durante o exercício é analisado como se segue:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos	
	31 Dez 2012	31 Dez 2011	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Saldo inicial	55.558	38.519	-381.468	-371.600
Dotação a resultados	27.257	18.417	11.928	-16.563
Dotação a reservas	8.621	-1.107	1.173	2
Alterações na taxa de imposto e outros movimentos	-2.058	-271	-12.225	6.693
	<b>89.378</b>	<b>55.558</b>	<b>-380.592</b>	<b>-381.468</b>

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Data limite de reporte:		
2012	-	352
2013	249	249
2014	264	239
2015	108	7 556
2016	1.505	20 882
2017	3.649	742
2018 to 2032	1.659.359	1 363 370
Sem data limite de reporte	268.983	275 396
	<b>1.934.117</b>	<b>1.668.786</b>

## 21. INVENTÁRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Adiantamentos por conta de compras	5.547	8.344
Produtos acabados e intermédios	3.469	12.194
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	7.193	3.213
	16.209	23.751

A rubrica de Produtos acabados e intermédios respeita, na sua maioria, a parques eólicos em construção.

## 22. CLIENTES

A rubrica de **Cientes** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Cientes curto prazo - Corrente:</b>		
Europa:		
Espanha	67.141	64.424
Roménia	26.467	5.440
Polónia	13.356	12.420
Portugal	12.210	11.803
Resto da Europa	15.798	15.451
	134.972	109.538
Estado Unidos da América	42.575	31.660
Outros	4.054	6.344
	181.601	147.542
Perdas por imparidade	-1.342	-1.437
	180.259	146.105

## 23. DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de **Devedores e outros activos de actividades comerciais** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Devedores e outros activos de actividades comerciais - Corrente:</b>		
Adiantamentos relativos à manutenção de turbinas	7.140	6.775
Serviços prestados	10.648	5.167
Adiantamentos a fornecedores	49.516	45.445
Outros devedores e operações diversas	36.861	22.642
	104.165	80.029
<b>Devedores e outros activos de actividades comerciais - Não Corrente:</b>		
Custos diferidos (Grupo EDPR Portugal)	42.809	44.715
Outros devedores e operações diversas	12.344	19.496
	55.153	64.211
	159.318	144.240

Os Custos diferidos (Grupo EDPR Portugal) - Não corrente respeitam a rendas antecipadas e direitos de superfície pagos aos proprietários de terrenos e participações pagas à EDP Distribuição para construção das linhas de ligação à rede. Estes custos são diferidos numa base linear pelo período de vida útil estimado dos activos.

A rubrica de Adiantamentos a fornecedores inclui essencialmente os adiantamentos a fabricantes de equipamentos e a fornecedores.

## 24. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS

A rubrica de **Outros devedores e outros activos** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Outros devedores e outros activos - Corrente:</b>		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	302.214	324.242
Instrumentos financeiros derivados	7.323	9.430
Garantias e depósitos caucionados	15.067	14.943
Outros devedores e operações diversas	10.605	30.631
	<b>335.209</b>	<b>379.246</b>
<b>Outros devedores e outros activos - Não Corrente:</b>		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	236.196	123.560
Garantias e depósitos caucionados	48.484	45.828
Instrumentos financeiros derivados	5.145	8.650
Outros devedores e operações diversas	9.828	7.286
	<b>299.653</b>	<b>185.324</b>
	<b>634.862</b>	<b>564.570</b>

Os empréstimos concedidos a partes relacionadas - Corrente incluem 62.138 milhares de Euros de empréstimos concedidos pela EDP Renováveis, S.A. à EDP Servicios Financieros España, S.A., 189.114 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 198.713 milhares de Euros) relativos a empréstimos concedidos pela EDP Renováveis, S.A. à EDP, S.A. - Sucursal en España, 7.896 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 99.324 milhares de Euros) de empréstimos concedidos pela EDP Renováveis Portugal, S.A. à ENEOP — Eólicas de Portugal, S.A. e 28.244 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 19.920 milhares de Euros) de empréstimos concedidos pela EDPR Europe, S.L. à EDP, S.A. - Sucursal en España.

Os Empréstimos concedidos a partes relacionadas - Não corrente incluem essencialmente 232.200 milhares de Euros de empréstimos concedidos pela EDP Renováveis Portugal S.A. ao Grupo ENEOP (31 de Dezembro de 2011: 117.880 milhares de Euros).

A rubrica Garantias e depósitos caucionados - Não corrente está relacionada com os depósitos bancários constituídos de forma a assegurar o cumprimento das responsabilidades associadas aos "project finance" de determinadas subsidiárias da EDP Renováveis.

## 25. IMPOSTOS A RECEBER

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	16.243	15.163
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	33.610	21.738
Outros impostos	5.236	4.387
	<b>55.089</b>	<b>41.288</b>

## 26. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Numerário:		
Caixa	2	2
Depósitos Bancários:		
Depósitos à ordem	240.667	188.607
Depósitos cativos em relação a parcerias institucionais	65	24.636
Outros depósitos	5.103	6.677
	<b>245.835</b>	<b>219.920</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>245.837</b>	<b>219.922</b>

Em 2012 foram realizadas liquidações a parcerias institucionais.

## 27. CAPITAL

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social da EDP Renováveis é composto por 872.308.162 acções com um valor nominal de 5 Euros cada e encontra-se integralmente realizado. As acções estão sob a forma de acções ao portador, sendo que a empresa tem o direito de solicitar o acesso aos dados sobre as suas acções e todos os seus titulares encontram-se identificados nos registos escriturais. Todas as acções têm os mesmos direitos de voto e de participação nos resultados e são livremente transmissíveis.

As empresas que detêm directa ou indirectamente pelo menos 10% do capital social da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são as seguintes:

### Principais accionistas e acções detidas pelos membros de órgãos sociais:

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a estrutura accionista da EDP Renováveis, S.A. é a seguinte:

	Nº de acções	% Capital	% Voto
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	541.027.156	62,02%	62,02%
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	135.256.700	15,51%	15,51%
Outros(*)	196.024.306	22,47%	22,47%
	<b>872.308.162</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Acções cotadas na Euronext de Lisboa

Em 2007 e 2008 a EDP Renováveis teve vários aumentos de capital, os quais foram subscritos através da incorporação de 100% das acções detidas nas suas participadas EDPR NA e EDPR EU.

Estas contribuições foram efectuadas ao abrigo do Regime Especial que regula fusões, cisões, transferência de activos e troca de acções, estabelecido no Capítulo VIII, Título VII do Real Decreto Lei 4, de 5 de Março de 2004, que aprova a lei revista do imposto sobre o rendimento em Espanha. As divulgações obrigatórias pela presente Lei foram incluídas nas demonstrações financeiras de 2007 e 2008.

Os resultados por acção atribuíveis aos accionistas da EDPR são analisados como segue:

	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Resultado líquido atribuível aos accionistas maioritários em milhares de Euros	126.266	88.604
Resultado líquido das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários em milhares de Euros	126.266	88.604
Nº médio ponderado de acções durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Nº médio ponderado de acções diluídas durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Resultado por acção (básico) atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0,14	0,10
Resultado por acção (diluído) atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0,14	0,10
Resultado por acção (básico) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários em Euros	0,14	0,10
Resultado por acção (diluído) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários em Euros	0,14	0,10

O Grupo EDPR calcula o seu resultado básico e diluído por acção atribuível aos accionistas maioritários utilizando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato.

A empresa não detém quaisquer acções próprias com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

O número médio de acções foi determinado da seguinte forma:

	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Acções emitidas no início do exercício	872.308.162	872.308.162
Efeito de emissão de acções durante o exercício	-	-
<b>Número médio de acções realizadas</b>	<b>872.308.162</b>	<b>872.308.162</b>
Número médio de acções durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Número médio de acções diluídas durante o exercício	872.308.162	872.308.162

## 28. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Reservas</b>		
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-46.185	-14.118
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	4.446	4.575
Diferença cambial de consolidação	-32.646	-31.002
	<b>-74.385</b>	<b>-40.545</b>
<b>Outras reservas e resultados acumulados:</b>		
Resultados acumulados	372.944	286.175
Reserva de primeira consolidação	60.666	60.666
Reserva legal	24.592	18.690
	<b>458.202</b>	<b>365.531</b>
	<b>383.817</b>	<b>324.986</b>

### *Reserva de primeira consolidação*

A contabilização de transacções entre entidades sob controlo conjunto não se encontra no âmbito da IFRS 3. Consequentemente, e na ausência de orientações específicas, em base IFRS, o Grupo EDPR adoptou uma política contabilística para as referidas transacções, considerada apropriada. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais de entidades sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas tendo por base o valor contabilístico da empresa adquirida (subgrupo) nas demonstrações financeiras consolidadas da EDPR. A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos e o valor pago é reconhecido em capitais próprios.

### *Reserva Legal*

A reserva legal deve ser constituída de acordo com o artigo 274º do Código das Sociedades Comerciais Espanhol, segundo o qual as empresas são obrigadas a transferir 10% dos lucros do exercício para a reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível aos accionistas e apenas pode ser utilizada para compensar perdas, se não existirem outras reservas disponíveis, e para aumentar o capital social.

### *Distribuição de Resultados (Empresa Mãe)*

A proposta de aplicação do resultado do exercício de 2012 da EDP Renováveis, S.A. a ser apresentada na Assembleia Geral Anual, é a seguinte:

	Euros
Resultado líquido do exercício	50.838.439,82
<b>Distribuição</b>	
Reserva legal	5.083.843,98
Dividendos	34.892.326,48
Resultados acumulados	10.862.269,36
	<b>50.838.439,82</b>

A aplicação do resultado do exercício de 2011 da EDP Renováveis, S.A., aprovada na Assembleia Geral Anual de 13 de Abril de 2012, foi a seguinte:

	<b>Euros</b>
Resultado líquido do exercício	59.018.372,50
<b>Distribuição</b>	
Reserva legal	5.901.837,25
Resultados acumulados	53.116.535,25
	59.018.372,50

*Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)*

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

*Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)*

Esta reserva inclui as variações acumuladas de justo valor existentes à data da demonstração da posição financeira referentes a activos financeiros disponíveis para venda.

Milhares de Euros

<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2011</b>	10.980
Sociedad Eólica de Andalucía	-7.725
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	1.320
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	4.575
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	-129
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	4.446

*Diferença cambial de consolidação*

Esta rubrica reflecte o montante resultante da transposição das demonstrações financeiras das empresas filiais e associadas expressas na sua moeda funcional para Euros. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas de câmbio em 31 de Dezembro de 2012		Taxas de câmbio em 31 de Dezembro de 2011	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dólar americano	USD	1,319	1,285	1,294	1,392
Zloty	PLN	4,074	4,185	4,458	4,121
Real brasileiro	BRL	2,704	2,508	2,416	2,327
Lei	RON	4,445	4,459	4,323	4,239
Libra Esterlina	GBP	0,816	0,811	0,835	0,868
Dólar canadiano	CAD	1,314	1,284	1,322	1,376

**29. INTERESSES NÃO CONTROLÁVEIS**

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	<b>31 Dez 2012</b>	<b>31 Dez 2011</b>
Interesses não controláveis de resultados	9.784	2.020
Interesses não controláveis de capital e de reservas	315.384	124.539
	325.168	126.559

A rubrica de Interesses não controláveis, por subgrupo, é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Grupo EDPR NA	176.825	-
Grupo EDPR EU	115.389	115.937
Grupo EDPR BR	32.954	10.622
	325.168	126.559

O movimento registado nos interesses não controláveis do Grupo EDP Renováveis está essencialmente relacionado com: (i) os resultados atribuíveis a interesses não controláveis no montante de 9.784 milhares de Euros; (ii) alienação sem perda de controlo da Vento II (Grupo EDPR NA) tendo gerado interesses não controláveis de 176.761 milhares de Euros (ver nota 5); (iii) aumentos de capital atribuíveis a interesses não controláveis da EDP Renováveis Brasil, S.A. de 26.443 milhares de euros; (iv) dividendos pagos pela EDPR EU a interesses não controláveis, no montante de 4.805 milhares de Euros; (v) diferenças de conversão cambial negativas atribuíveis a interesses não controláveis no montante de 6.861 milhares de Euros; (vi) efeito da redução da reserva de justo valor atribuível a interesses não controláveis no montante de 5.453 milhares de Euros.

### 30. DÍVIDA FINANCEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Dívida financeira - Corrente</b>		
Empréstimos bancários:		
Grupo EDPR EU	77.777	66.876
Grupo EDPR BR	17.709	59.165
Suprimentos obtidos:		
EDP Renováveis, S.A.	113.644	-
Outros empréstimos:		
Grupo EDPR EU	1.763	2.061
Grupo EDPR NA	1.122	1.050
Juros a pagar	5.222	5.902
	217.237	135.054
<b>Dívida financeira - Não Corrente</b>		
Empréstimos bancários:		
Grupo EDPR EU	718.681	588.353
Grupo EDPR BR	73.501	91.997
Suprimentos obtidos:		
EDP Renováveis, S.A.	2.843.114	2.986.433
Outros empréstimos:		
Grupo EDPR EU	20.521	21.893
Grupo EDPR NA	1.266	2.392
	3.657.083	3.691.068
	3.874.320	3.826.122

A Dívida financeira - Não corrente da EDP Renováveis refere-se essencialmente a um conjunto de empréstimos concedidos pela EDP Finance BV (2.843.114 milhares de euros). Estes empréstimos têm uma maturidade média de 6 anos e vencem juros à taxa fixa.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhora de contas bancárias e dos activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2012, estes financiamentos ascendiam a 815.562 milhares de euros (670.840 milhares de Euros em 31 Dezembro 2011), montantes que já estão incluídos na dívida consolidada do Grupo.

A análise da rubrica de Dívida financeira, por maturidade, é apresentada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Empréstimos bancários:</b>		
Até 1 ano	100.270	129.512
De 1 ano a 5 anos	319.176	295.382
A mais de 5 anos	473.006	384.968
	<b>892.452</b>	<b>809.862</b>
<b>Suprimentos obtidos:</b>		
Até 1 ano	114.082	2.431
De 1 ano a 5 anos	241.000	241.000
A mais de 5 anos	2.602.114	2.745.433
	<b>2.957.196</b>	<b>2.988.864</b>
<b>Outros empréstimos:</b>		
Até 1 ano	2.885	3.111
De 1 ano a 5 anos	21.787	24.285
A mais de 5 anos	-	-
	<b>24.672</b>	<b>27.396</b>
	<b>3.874.320</b>	<b>3.826.122</b>

O justo valor da dívida do Grupo EDP Renováveis é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012		31 Dez 2011	
	Valor Contab.	Valor Mercado	Valor Contab.	Valor Mercado
Dívida financeira - Corrente	217.237	217.237	135.054	135.054
Dívida financeira - Não corrente	3.657.083	3.468.395	3.691.068	3.262.999
	<b>3.874.320</b>	<b>3.685.632</b>	<b>3.826.122</b>	<b>3.398.053</b>

O valor de mercado da dívida financeira de médio/longo prazo (Não corrente) que vence juros a uma taxa fixa é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro em vigor à data da demonstração da posição financeira. O valor de mercado da dívida a taxa variável considera-se que não é substancialmente diferente do valor contabilístico na medida em que estes empréstimos vencem juros a taxas indexadas à Euribor. O valor contabilístico da dívida financeira de curto prazo (Corrente) é considerado equivalente ao valor de mercado.

À data de 31 de Dezembro de 2012, os pagamentos futuros do capital em dívida são analisados como segue:

Milhares de Euros	Total	2013	2014	2015	2016	2017	Anos seguintes
Dívida financeira - Corrente	217.237	217.237	-	-	-	-	-
Dívida financeira - Não corrente	3.657.083	-	102.890	84.135	329.892	65.046	3.075.120
	<b>3.874.320</b>	<b>217.237</b>	<b>102.890</b>	<b>84.135</b>	<b>329.892</b>	<b>65.046</b>	<b>3.075.120</b>

O detalhe das garantias encontra-se apresentado na nota 38 das demonstrações financeiras consolidadas.

O detalhe da Dívida financeira, por moeda, é apresentado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Empréstimos em Euros	2.173.786	2.035.563
Empréstimos em Dólares Americanos	1.508.329	1.538.832
Empréstimos em outras moedas	192.205	251.727
	<b>3.874.320</b>	<b>3.826.122</b>

### 31. PROVISÕES

A rubrica de **Provisões** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Provisão para desmantelamento e descomissionamento	63.336	57.694
Provisão para outros riscos e encargos	267	288
	<b>63.603</b>	<b>57.982</b>

A rubrica Provisão para desmantelamento e descomissionamento refere-se a custos a serem incorridos com o desmantelamento de parques eólicos e com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original, em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 o). O montante acima inclui 37.652 milhares de Euros para parques eólicos nos Estados Unidos da América (31 de Dezembro de 2011: 34.523 milhares de Euros), 15.968 milhares de Euros para parques eólicos em Espanha (31 de Dezembro de 2011: 14.507 milhares de Euros), 4.087 milhares de Euros para parques eólicos em Portugal (31 de Dezembro de 2011: 3.768 milhares de Euros), 874 milhares de Euros para parques eólicos no Brasil (31 de Dezembro de 2011: 896 milhares de Euros), 1.879 milhares de Euros para parques eólicos em França (31 de Dezembro de 2011: 1.622 milhares de Euros), 1.498 milhares de Euros para parques eólicos na Roménia (31 de Dezembro de 2011: 1.165 milhares de Euros), 1.030 milhares de Euros para parques eólicos na Polónia (31 de Dezembro de 2011: 886 milhares de Euros) e 348 milhares de Euros para parques eólicos na Bélgica (31 de Dezembro de 2011: 327 milhares de Euros).

A EDP Renováveis considera que as provisões registadas na posição financeira consolidada cobrem adequadamente as responsabilidades descritas nesta nota, pelo que não se espera que das mesmas advenham passivos adicionais aos registados.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Grupo EDP Renováveis não tem quaisquer contingências fiscais ou activos ou passivos contingentes relacionados com litígios pendentes com a Administração Fiscal.

O movimento da Provisão para desmantelamento e descomissionamento é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Saldo no início do exercício	57.694	53.156
Reforço da responsabilidade	3.092	452
Efeito financeiro do desconto ("unwinding")	3.366	2.995
Outras variações e diferenças cambiais	-816	1.091
Saldo no final do exercício	63.336	57.694

O Reforço da responsabilidade inclui o efeito da actualização dos pressupostos da provisão para desmantelamento.

O movimento da Provisão para outros riscos e encargos é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Saldo no início do exercício	288	631
Redução do exercício	-3	-266
Outras variações e diferenças cambiais	-18	-77
Saldo no final do exercício	267	288

### 32. PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

A rubrica **Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Proveitos diferidos relacionados com benefícios previstos	737.598	773.252
Responsabilidades decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	942.155	1.010.609
	1.679.753	1.783.861

O movimento de Investidores Institucionais em parques eólicos nos EUA é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Saldo no início do exercício	1.783.861	1.632.418
Recebimentos dos investidores institucionais	-	153.192
Pagamentos realizados por custos de transacção diferidos	-176	-871
Pagamentos realizados a investidores institucionais	-14.983	-11.966
Outros proveitos operacionais (ver nota 7)	-127.350	-111.610
"Unwinding" (ver nota 13)	68.431	62.538
Diferenças cambiais	-32.601	60.160
Outros	2.571	-
Saldo no final do exercício	1.679.753	1.783.861

O Grupo realizou várias parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos, através de acordos operacionais com sociedades de responsabilidade limitada que distribuem os cash flows gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a EDPR NA e distribuem os benefícios fiscais, que incluem os Créditos Fiscais à Produção (PTC), Créditos Fiscais ao Investimento (ITC) e a depreciação acelerada, aos investidores.

Conforme referido na nota 2 a), o Grupo alterou a apresentação dos custos de transacção diferidos relativos a parcerias institucionais nos EUA e passou a deduzi-los nesta rubrica. Em exercícios anteriores, os montantes destes custos diferidos eram incluídos em Outros devedores e outros activos - Não corrente. Em conformidade com a IAS 1, o Grupo reexpressou retrospectivamente o comparativo de 2011. Desta forma, o Grupo reclassificou 12.948 milhares de Euros a 31 de Dezembro de 2011 de Outros devedores e outros activos - Não corrente - Outros devedores e operações diversas para a rubrica Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA.

Em 2011, o Grupo EDPR, através da sua subsidiária EDPR NA, obteve 116 milhões de dólares americanos (aproximadamente 83 milhões de Euros) de financiamento de capital institucional do Bank of America Corporation e do Paribas North America em troca de uma participação no portfólio da Vento IX e 124 milhões de dólares americanos, dos quais 97 milhões de dólares americanos (aproximadamente 70 milhões de Euros) realizados antecipadamente, pelo financiamento de capital institucional da JPM Capital Corporation e da Wells Fargo Wind Holdings em troca de uma participação no portfólio da Vento X.

### 33. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de **Credores e outros passivos de actividades comerciais** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Credores e outros passivos de actividades comerciais - Corrente:</b>		
Fornecedores	78.341	82.972
Fornecedores de imobilizado	579.540	582.280
Férias, subsídios de férias e outros encargos com trabalhadores	14.999	20.584
Outros credores e operações diversas	31.730	21.754
	<b>704.610</b>	<b>707.590</b>
<b>Credores e outros passivos de actividades comerciais - Não Corrente:</b>		
Subsídios governamentais e participações para invest. imobilizado	323.763	339.209
Contratos de vendas de energia - EDPR NA	49.449	61.663
Outros credores e operações diversas	3.291	3.361
	<b>376.503</b>	<b>404.233</b>
	<b>1.081.113</b>	<b>1.111.823</b>

Os subsídios governamentais para investimentos em imobilizado estão essencialmente relacionados com os subsídios recebidos pelo subgrupo EDPR NA nos termos da Lei de Recuperação e Reinvestimento promovidas pelo Governo dos Estados Unidos da América (ver nota 1).

No momento da aquisição da EDPR North America, os contratos celebrados entre esta subsidiária e os seus clientes, determinados no âmbito do "Purchase Price Allocation", foram valorizados através de modelos de fluxos de caixa descontados e pressupostos de mercado, no montante de aproximadamente 190.400 milhares de Dólares Americanos, tendo sido registado um passivo não corrente na rubrica Contratos de venda de energia - EDPR NA, que é amortizado pelo período de duração dos contratos na rubrica de Outros proveitos operacionais (ver nota 8).

### 34. OUTROS CREDORES E OUTROS PASSIVOS

A rubrica de **Outros credores e outros passivos** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Outros credores e outros passivos - Corrente:</b>		
Valores a pagar por "success fees" por aquisição de empresas	11.663	207
Instrumentos financeiros derivados	63.079	129.582
Credores - Empresas do grupo	37.700	37.891
Outros credores e operações diversas	45.434	21.439
	<b>157.876</b>	<b>189.119</b>
<b>Outros credores e outros passivos - Não Corrente:</b>		
Valores a pagar por "success fees" por aquisição de empresas	39.496	48.053
Credores - Empresas do grupo	30.864	31.103
Instrumentos financeiros derivados	182.318	106.115
Outros credores e operações diversas	6.146	3.979
	<b>258.824</b>	<b>189.250</b>
	<b>416.700</b>	<b>378.369</b>

A rubrica Valores a pagar por "success fees" por aquisição de empresas - Não corrente corresponde essencialmente ao preço contingente a pagar pela aquisição da EDPR Itália, do Relax Wind Group, EDPR Roménia, Greenwind, Elektrownia Wiatrowa Kresy, Bodzanow, Strarozreby, Wyszorod, Elebrás e de empresas fotovoltaicas detidas pela EDPR-RO-PV, S.R.L (ver nota 5).

A rubrica de Instrumentos financeiros derivados — Corrente e Não corrente inclui 128.493 e 41.369 milhares de Euros, respectivamente (31 de Dezembro de 2011: 129.276 e 79.184 milhares de Euros, respectivamente), relativos a um instrumento de cobertura em dólares americanos e Euros com a EDP Sucursal, contratado com o objectivo de cobrir o risco cambial do investimento realizado na EDPR NA, expresso em dólares americanos (ver nota 36).

Outros credores e operações diversas — Corrente inclui 35.220 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 18.148 milhares de Euros) relacionados com a estimativa de imposto sobre o rendimento.

Adicionalmente, as rubricas Outros credores e operações diversas — Corrente e Não corrente incluem os montantes de 3.572 e 4.213 milhares de Euros, respectivamente, relacionados com interesses não controláveis (31 de Dezembro de 2011: 3.356 e 756 milhares de Euros).

De acordo com a Lei espanhola 15/2010 de 5 de Julho, o Grupo divulgou o detalhe dos pagamentos efectuados pelas empresas espanholas a fornecedores durante o ano de 2012 (distinguindo aqueles que excederam os limites legais de prorrogação), o prazo médio de pagamentos, os saldos em dívida a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 com antiguidade superior ao limite legal, que se apresentam como segue:

Milhares de Euros	Pagamentos e pagamentos fora do prazo legal à data de			
	31 Dez 2012		31 Dez 2011	
	Montante	%	Montante	%
Dentro do prazo legal	197.375	82,28%	200.088	48,19%
Remanescente	42.503	17,72%	215.150	51,81%
<b>Total de pagamentos do ano</b>	<b>239.878</b>	<b>100,00%</b>	<b>415.238</b>	<b>100,00%</b>
Prazo médio de pagamentos (dias)	66,55		31,76	
Valores a pagar já vencidos relativamente ao período legal	16.212		27.873	

A 31 de Dezembro de 2012, o saldo de fornecedores cuja data de vencimento excede o limite legal inclui 10.560 milhares de Euros relativos a empresas do Grupo (31 de Dezembro de 2011: 22.165 milhares de Euros).

Esta lei fixa em 75 dias o prazo legal máximo de pagamento para 2012 e em 85 dias para 2011. A EDP Renováveis aplicou este critério na preparação das divulgações exigidas pela Resolução de 29 de Dezembro de 2010 do ICAC (Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas) relativamente a dívidas vencidas a fornecedores comerciais e, conseqüentemente, a informação relativa a 2012 e 2011 não é directamente comparável.

### 35. IMPOSTOS A PAGAR

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	17.283	8.838
Retenções na fonte	18.193	24.026
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	17.877	15.320
Outras tributações	3.490	3.232
	<b>56.843</b>	<b>51.416</b>

### 36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Nos termos definidos pela IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ("Fair value hedge"), de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis ("Cashflow hedge") e de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro ("Net investment hedge").

A 31 de Dezembro de 2012, o justo valor e a maturidade da carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

Milhares de Euros	Justo Valor		Nacional			Total
	Activo	Passivo	Até 1 ano	De 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Cobertura de "Net investment"</b>						
"Swaps" de taxa de juro e moeda	3.646	-170.296	1.132.501	122.412	693.674	1.948.587
	<u>3.646</u>	<u>-170.296</u>	<u>1.132.501</u>	<u>122.412</u>	<u>693.674</u>	<u>1.948.587</u>
<b>Cobertura de fluxos de caixa "Cashflow hedge"</b>						
"Swaps" de energia	5.589	-3.316	230.797	98.354	-	329.151
"Swaps" de taxa de juro	-	-54.288	120.888	187.975	270.335	579.198
	<u>5.589</u>	<u>-57.604</u>	<u>351.685</u>	<u>286.329</u>	<u>270.335</u>	<u>908.349</u>
<b>Negociação</b>						
"Swaps" de energia	3.233	-3.324	19.012	898	-	19.910
"Swaps" de taxa de juro	-	-172	470	1.881	470	2.821
"Swaps" de taxa de juro e moeda	-	-1.045	-	57.000	-	57.000
"Forwards" de moeda	-	-12.956	428.744	9.290	-	438.034
	<u>3.233</u>	<u>-17.497</u>	<u>448.226</u>	<u>69.069</u>	<u>470</u>	<u>517.765</u>
	<u>12.468</u>	<u>-245.397</u>	<u>1.932.412</u>	<u>477.810</u>	<u>964.479</u>	<u>3.374.701</u>

A 31 de Dezembro de 2011, o justo valor e a maturidade da carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

Milhares de Euros	Justo Valor		Nacional			Total
	Activo	Passivo	Até 1 ano	De 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Cobertura de "Net investment"</b>						
"Swaps" de taxa de juro e moeda	7.807	-208.460	1.132.501	77.008	693.674	1.903.183
	<u>7.807</u>	<u>-208.460</u>	<u>1.132.501</u>	<u>77.008</u>	<u>693.674</u>	<u>1.903.183</u>
<b>Cobertura de fluxos de caixa "Cashflow hedge"</b>						
"Swaps" de energia	5.961	-29	61.500	1.098	-	62.598
"Swaps" de taxa de juro	5	-26.931	41.846	184.337	198.763	424.946
	<u>5.966</u>	<u>-26.960</u>	<u>103.346</u>	<u>185.435</u>	<u>198.763</u>	<u>487.544</u>
<b>Negociação</b>						
"Swaps" de energia	2.251	-277	2.101	551	-	2.652
"Forwards" de moeda	2.056	-	38.803	-	-	38.803
	<u>4.307</u>	<u>-277</u>	<u>40.904</u>	<u>551</u>	<u>-</u>	<u>41.455</u>
	<u>18.080</u>	<u>-235.697</u>	<u>1.276.751</u>	<u>262.994</u>	<u>892.437</u>	<u>2.432.182</u>

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é registado nas rubricas de Outros devedores e outros activos (nota 24) ou Outros credores e outros passivos (nota 34) consoante a sua natureza.

Os derivados de cobertura de investimentos líquidos ("net investment") dizem respeito ao CIRS ("Currency interest rate swap") em USD e Euros contratados com a EDP Sucursal, conforme referido nas notas 38 e 39. O justo valor é calculado com base em modelos internos, conforme descrito na nota 39. Os derivados de cobertura de investimento líquido incluem ainda CIRS em PLN e BRL com a EDP, com o objectivo de cobrir as operações do Grupo EDP Renováveis na Polónia e no Brasil.

Os "swaps" de taxa de juro destinam-se a fixar as taxas de juro variáveis associadas aos "project finance".

Os "swaps" de energia para cobertura de fluxos de caixa referem-se à cobertura de preço das vendas. A EDPR NA contratou um "swap" de energia com o objectivo de cobrir a variabilidade do preço no mercado "spot" em relação a uma parte da produção do projecto Maple Ridge I. Adicionalmente, tanto a EDPR NA como a EDPR EU contrataram "swaps" de energia de curto prazo para a cobertura da volatilidade da produção de alguns dos seus parques eólicos.

Em alguns mercados energéticos dos Estados Unidos, a EDPR NA encontra-se exposta a congestionamento e perdas de energia na rede que tipicamente tem um impacto negativo no preço de venda de energia nesses mercados. Para cobrir a exposição económica a estes riscos, a EDPR NA contratou Direitos de Capacidade de Transmissão (Financial Transmission Rights - FTRs) bem como um "swap" que fixa o preço marginal local (Locational Marginal Price - LMP) por um período de 3 anos.

Os instrumentos financeiros derivados classificados como de negociação tratam-se de instrumentos financeiros contratados para cobertura económica de riscos existentes ao nível do Grupo (ver nota 4), mas que não são elegíveis nos termos nas IFRS, para efeitos de aplicação de contabilidade de cobertura.

O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa baseia-se nas cotações fornecidas por entidades externas (bancos de investimento). Estas entidades utilizam modelos de fluxos de caixa descontados utilizados de forma generalizada e informação pública.

As variações de justo valor, incluindo juros corridos, dos instrumentos de cobertura e dos respectivos riscos cobertos são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Instrumento de cobertura	Risco coberto	31 Dez 2012		31 Dez 2011	
			Variações justo valor		Variações justo valor	
			Instrum.	Riscos	Instrum.	Riscos
"Net Investment"	"Swaps" de taxa de juro e moeda	Subsidiárias em USD, PLN e BRL	34.014	-33.410	-55.530	55.530
"Cashflow hedge"	"Swaps" de taxa de juro	Taxa de juro	-33.953	-	-15.999	-
"Cashflow hedge"	"Swaps" de energia	Preço de energia	-3.670	-	6.219	-
"Cashflow hedge"	"Forwards" de moeda	Taxa de câmbio	-	-	2.789	-
			<b>-3.609</b>	<b>-33.410</b>	<b>-62.521</b>	<b>55.530</b>

Os movimentos na reserva de cobertura de fluxos de caixa são apresentadas como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Saldo no início do exercício</b>	-24.458	-13.632
Variações de justo valor		
"Swaps" de taxa de juro	-33.659	-16.333
"Swaps" de energia	-5.449	6.110
"Forwards" de moeda	-	2.789
Empréstimos como cobertura de instrumentos (certificados verdes)	-4.487	-
Transferências para resultados	-2.249	-4.502
Ineficácia	-	1
Interesses não controláveis incluídos nas variações de justo valor	7.375	1.109
Efeito da venda sem perda de controlo (Vento II)	-1.473	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>-64.400</b>	<b>-24.458</b>

No decurso do terceiro trimestre de 2012, a EDPR adoptou a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, com o objectivo da cobertura do risco cambial da venda futura dos certificados verdes atribuídos aos parques eólicos Cernavoda e Pestera na Romênia. Os preços de venda estão indexados às taxas de câmbio EUR/RON para os quais foram eleitos como instrumentos de cobertura os empréstimos em Euros obtidos em regime de "project finance" para esses projectos.

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros derivados registados em resultados dos exercício de 2012 e 2011 são analisados como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Cobertura de "Net investment" - ineficácia	604	-
Cobertura de fluxos de caixa		
Transferência para resultados relativa a cobertura de passivos financeiros	944	3.117
Transferência para resultados relativa a cobertura de matérias-primas	1.305	1.385
Ineficácia	-	-1
Derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura	-12.363	2.653
	<b>-9.510</b>	<b>7.154</b>

O montante de Transferência para resultados relativa a cobertura de matérias-primas é reconhecido no Volume de negócios, enquanto os restantes ganhos e perdas se encontram reconhecidos em Proveitos financeiros e Custos financeiros, respectivamente (ver nota 13).

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2012 são apresentadas como segue:

	Grupo EDP Renováveis		
	Moeda	Paga	Recebe
<b>Contratos de taxa de juro</b>			
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[ 1,36% - 5,01% ]	[ 0,18% - 0,75% ]
"Swaps" de taxa de juro	PLN	5,41%	4,22%
<b>Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio</b>			
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/USD	[ 0,35% - 4% ]	[ 0,2% - 3,9% ]
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/BRL	[ 5,38% - 5,65% ]	[ 0,19% - 0,22% ]
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/PLN	[ 3,16% - 3,84% ]	0,19%

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2011 são apresentadas como segue:

	Grupo EDP Renováveis		
	Moeda	Paga	Recebe
<b>Contratos de taxa de juro</b>			
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[ 2,68% - 5,01% ]	[ 1,43% - 1,81% ]
"Swaps" de taxa de juro	PLN	5,41%	4,90%
<b>Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio</b>			
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/USD	[ 1,48% - 2,83% ]	[ 2,17% - 3,47% ]
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/PLN	[ 3,91% - 4,03% ]	1,39%

### 37. COMPROMISSOS

A 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os compromissos assumidos que não figuram na demonstração da posição financeira referentes a garantias financeiras, operacionais e reais prestadas são analisados como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Garantias de carácter financeiro</b>		
Grupo EDPR NA	3.411	3.478
Grupo EDPR EU	-	2.178
	3.411	5.656
<b>Garantias de carácter operacional</b>		
EDP Renováveis, S.A.	762.197	655.213
Grupo EDPR NA	368.113	408.147
Grupo EDPR EU	69.285	36.954
Grupo EDPR BR	9.215	100
	1.208.810	1.100.414
<b>Total</b>	1.212.221	1.106.070
<b>Garantias reais</b>	14.065	16.512

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estes financiamentos totalizavam, respectivamente, 815.562 milhares de Euros e 670.840 milhares de Euros, montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo.

Adicionalmente a EDPR NA, no âmbito das parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA, presta garantias corporativas típicas destes financiamentos aos investidores institucionais para cobertura de riscos associados a fraude, conduta dolosa ou incumprimento de qualquer obrigação de carácter operacional pela EDPR NA. A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas responsabilidades ascendiam a 901.301 milhares de Euros e 942.123 milhares de Euros, respectivamente (montantes já considerados na rubrica de passivos com parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os compromissos por dívidas financeiras (que figuram na demonstração da posição financeira), as rendas vincendas de locações operacionais e as restantes obrigações de compra (que não figuram na demonstração da posição financeira) são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012				
	Capital em dívida por período				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida financeira (inclui juros vincendos)	4.881.982	278.215	537.579	735.867	3.330.321
Rendas vincendas de locações operacionais	978.488	37.759	77.249	76.600	786.880
Obrigações de compra	686.894	369.037	144.244	43.511	130.102
	<b>6.547.364</b>	<b>685.011</b>	<b>759.072</b>	<b>855.978</b>	<b>4.247.303</b>

  

Milhares de Euros	31 Dez 2011				
	Capital em dívida por período				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida financeira (inclui juros vincendos)	5.184.933	326.786	545.454	515.460	3.797.233
Rendas vincendas de locações operacionais	918.874	35.694	72.745	70.520	739.915
Obrigações de compra	1.619.040	906.488	669.351	23.917	19.284
	<b>7.722.847</b>	<b>1.268.968</b>	<b>1.287.550</b>	<b>609.897</b>	<b>4.556.432</b>

As obrigações de compra incluem, essencialmente, as responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços estão definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculos dos compromissos contratuais estimados.

As rendas vincendas de locações operacionais estão essencialmente relacionadas com os terrenos onde os parques eólicos são construídos. Normalmente, o prazo da locação tem a duração da vida útil dos parques eólicos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/direitos com opções de compra e venda de participações sociais:

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR FR, uma opção de compra sobre a participação detida pela Cajastur na Quinze Mines (51% do capital social). A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDPR FR. Estas opções são exercíveis no período compreendido entre 17 de Julho de 2014 e 17 de Julho de 2016 inclusive, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR FR, uma opção de compra de 51% sobre o capital social detido pela Cajastur nas empresas Sauvageons, Le Mee e Petite Pièce. A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDPR FR. Estas opções são exercíveis no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2013 e 31 de Dezembro de 2014 inclusive, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra dos restantes 6,48% do capital social da EDPR Itália, sendo o preço de exercício determinado com base num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento. A Energia in Natura, S.R.L. detém uma opção de venda de 6,48% do capital social da EDPR Itália, cujo preço de exercício corresponde a 85% do valor de mercado desta participação. O período de exercício destas opções é de 2 anos após a ocorrência de um dos seguintes eventos:

- quinto aniversário da execução do acordo de accionistas (27 de Janeiro de 2015);
- quando a EDPR Itália conseguir construir, desenvolver e operar 350 MW em Itália.

- A EDP Renováveis, detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra sobre os restantes accionistas da Re Plus (WPG, Galílea e Grant Partners) de 10% do seu capital social. O preço de exercício da opção é de 7.500 milhares de Euros. As opções podem ser exercidas: (i) se ocorrer uma mudança na estrutura accionista dos restantes accionistas da Re Plus e (ii) antes do último projecto entrar em funcionamento.

- A EDP Renováveis, detém, através da sua subsidiária EDPR EU uma opção de venda de 15% do capital social da Rowy, sobre os outros accionistas. O preço de exercício é de 80% do valor da empresa até ao limite de 5.000 milhares de euros. O período de exercício da opção é o primeiro a ocorrer dos seguintes: (i) dois anos após a data de início da construção ou (ii) 31 de Dezembro de 2019.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra dos restantes 40% do capital social da J&Z Wind Farms SP. ZO.O., cujo preço de exercício corresponde a 90% do valor de mercado desta participação.

### 38. PARTES RELACIONADAS

O número de ações detidas pelos membros de Órgãos Sociais a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

	31 Dez 2012	31 Dez 2011
	N.º de ações	N.º de ações
<b>Conselho de Administração Executivo</b>		
António Luís Guerra Nunes Mexia	4.200	4.200
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	5.000
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira	12.370	10.505
Gabriel Alonso Imaz	26.503	18.503
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	840	840
João Manuel de Mello Franco	380	380
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz	1.200	-
João Paulo Nogueira Sousa Costeira	3.000	3.000
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	200
José Fernando Maia de Araújo e Silva	80	80
	<b>53.773</b>	<b>42.708</b>

De acordo com o previsto no artigo 229º da Ley de Sociedades de Capital (Código das Sociedades Comerciais Espanhol), os membros do Conselho de Administração da EDP Renováveis não comunicaram e o accionista maioritário não tem conhecimento de qualquer conflito de interesses ou incompatibilidade que ponha em causa o desempenho das suas funções.

Em cumprimento com o artigo 229º da Ley de Sociedades Anónimas, os membros e as partes relacionadas da administração do accionista maioritário declararam que não exerceram cargos de responsabilidade em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da EDP Renováveis, e que não exerceram por conta própria ou por conta de outrem qualquer actividade em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da EDP Renováveis, com as seguintes excepções:

Membro do Órgão Social	Cargo ocupado
Empresa	
<b>António Luís Guerra Nunes Mexia</b>	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração Executivo
EDP - Energias do Brasil, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Finance BV	Representante
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente
<b>João Manuel Manso Neto:</b>	
Naturgás Energia, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Finance BV	Representante
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente
EDP Gás.com - Comércio de Gás Natural, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Elétrica de La Ribera del Ebro, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Hidrocantábrico Energia, S.A.U.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Energia Ibérica S.A.	Membro do Conselho de Administração
<b>Nuno Maria Pestana de Almeida Alves:</b>	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP - Energias do Brasil, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente
EDP Finance BV	Representante
EDP - Estudos e Consultoria, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP - Imobiliária e Participações, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Energia RE, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SCS - Serviços Complementares de Saúde, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Sávida - Medicina Apoiada, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Membro do Conselho de Administração
Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, Soc.Unip.Lda	Gerente

<b>Membro do Órgão Social</b>	<b>Cargo ocupado</b>
<b>Empresa</b>	
<b>João Manuel Veríssimo Marques da Cruz:</b>	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP — Ásia Investimentos e Consultoria, Lda.	Presidente do Conselho de Administração
EDP — Ásia Soluções Energéticas Lda.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente
EDP Finance BV	Representante
Companhia de Electricidade de Macau - CEM, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
<b>Manuel Menéndez Menéndez:</b>	
Naturgás Energía, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renewables Europe, S.L.	Membro do Conselho de Administração
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
<b>Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira:</b>	
EDP Renewables Europe, S.L.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables SGPS, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração
Malhadizes — Energia Eólica, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables Canada LP Ltd.	Membro do Conselho de Administração
EDPR Renewables Canada GP Ltd.	Membro do Conselho de Administração
SBWF GP Inc.	Membro do Conselho de Administração
South Branch Wind Farm Inc.	Membro do Conselho de Administração
Eolia Renewable Energy Canada Inc.	Membro do Conselho de Administração
0867242 B.C. Ltd.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables Canada, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Relax Wind Park III SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão
Relax Wind Park I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão
EDP Renewables Polska SP. Z O.O	Membro do Conselho de Administração
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Masovia Wind Farm I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Farma Wiatrowa Starozreby SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Karpacka Mala Energetyka SP. Z O.O	Membro do Conselho de Administração
EDPR UK, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Maccoll Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Stevenson Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Telford Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Moray Offshore Renewables, Ltd	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Servicios Financieros S.L.U	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Brasil, S.A.	Membro do Conselho de Administração

<b>Membro do Órgão Social</b>	<b>Cargo ocupado</b>
<b>Empresa</b>	
João Paulo Nogueira Sousa Costeira:	
EDP Renewables Europe, S.L.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renováveis Brasil, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.U	Membro do Conselho de Administração
Malhadizes — Energia Eólica, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Membro do Conselho de Administração
Eólica de Montenegro, S.A.	Membro do Conselho de Administração
ENEOP 2 — Exploração de Parques Eólicos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renewables Romania, Srl	Membro do Conselho de Administração
Cernavoda Power, Srl	Membro do Conselho de Administração
Greenwind, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renewables France, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Centrale Eolienne Neo Truc de l'Homme, SAS	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien des Vatines	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien du Clos Bataille	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien de Varimpre	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien des Bocages	Gerente
Parc Eolien des Longs Champs	Gerente
Socpe de la Mardelle	Gerente
Socpe de la Vallée du Moulin	Gerente
Socpe de Sauvageons	Gerente
Socpe des Quinze Mines	Gerente
Socpe Le Mée	Gerente
Socpe Petite Pièce	Gerente
CE Canet Pont de Salars SAS	Presidente do Conselho de Administração
CE Gueltas Noyal Pontivy	Presidente do Conselho de Administração
CE Patay SAS	Presidente do Conselho de Administração
CE Saint Barnabé SAS	Presidente do Conselho de Administração
CE Segur SAS	Presidente do Conselho de Administração
Monts de la Madeleine Energie SAS	Presidente do Conselho de Administração
Monts du Forez Energie SAS	Presidente do Conselho de Administração
Eolienne de Callengeville, SAS	Presidente do Conselho de Administração
Neo Plouvien, SAS	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien de la Hetroye, SAS	Presidente do Conselho de Administração
Eolienne de Saugueuse, SARL	Gerente
Eolienne des Bocages, SARL	Gerente
Eolienne d'Étalondes, SARL	Gerente
Parc Eolien d'Ardennes, SARL	Gerente
Parc Eolien de Mancheville, SARL	Gerente
Parc Eolien de Roman, SARL	Gerente
EDP Renewables Polska SP. Z O.O	Membro do Conselho de Administração
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Masovia Wind Farm I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Farma Wiatrowa Starozreby SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Karpacka Mala Energetyka SP. Z O.O	Membro do Conselho de Administração
Relax Wind Park I SP. Z O.O	Membro do Conselho de Supervisão
Relax Wind Park III SP. Z O.O	Membro do Conselho de Supervisão
EDPR UK, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Moray Offshore Renewables, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Maccoll Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Stevenson Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Telford Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables Italia, Srl	Membro do Conselho de Administração
Operação e Manutenção Industrial, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables SGPS S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDPR PT - Promoção e Operação S.A.	Presidente do Conselho de Administração

<b>Membro do Órgão Social</b>	<b>Cargo ocupado</b>
<b>Empresa</b>	
Gabriel Alonso Imaz:	
EDP Renewables Canada, Ltd.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renewables North America, LLC e subsidiárias (ver anexo I)	Presidente do Conselho de Administração
American Wind Energy Association	Administrador Executivo

Adicionalmente os membros do Conselho de Administração declararam que não têm investimentos no capital social em empresas com atividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da EDP Renováveis, com as seguintes excepções:

<b>Membro do Órgão Social</b>	<b>Número de acções</b>
<b>Empresa</b>	
António Luís Guerra Nunes Mexia:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	41.000
EDP - Energias do Brasil, S.A.	1
João Manuel Manso Neto:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	1.268
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	125.000
EDP - Energias do Brasil, S.A.	1
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	3.878
Gabriel Alonso Imaz:	
Gamesa Corp. Tec. S.A.	7.880
Iberdrola	27
Teresa Sancho, parte relacionada de Gabriel Alonso Imaz:	
Gamesa Corp. Tec. S.A.	7.881
Iberdrola	26
João Manuel de Mello Franco:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	4.550
REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.	980
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	2.379

#### Remunerações dos Órgãos Sociais

De acordo com os estatutos, as remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada em Assembleia Geral, com base na remuneração global autorizada pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração aprova o montante exacto a ser pago a cada administrador com base nesta proposta.

Com referência em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Presidente	566.821	551.362
Vogais	396.666	512.083
	<b>963.487</b>	<b>1.063.445</b>

Ana Maria Fernandes renunciou ao cargo de CEO e Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDPR a 28 de Fevereiro de 2012. A remuneração (variável e fixa) acima mencionada diz respeito apenas aos meses de 2012 em que exerceu essas funções e aos acertos pagos em Fevereiro de 2013. A 28 de Fevereiro de 2012, João Manso Neto foi nomeado CEO na qualidade de Consejero Delegado e Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDPR. De forma a aumentar a transparência e fomentar as boas práticas de governo societário, e garantindo um tratamento consistente a João Manso Neto face aos restantes membros dos órgãos sociais, a Comissão de Vencimentos propôs ao Conselho de Administração (que deu a sua aprovação) uma alteração à Política de Remunerações, no sentido de incluir a remuneração do CEO no "fee" de gestão no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Executiva. A EDPR assinou um Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Executiva com a EDP, segundo o qual a EDP suporta o custo dos serviços prestados pelos membros do Conselho de Administração da EDPR. Esta prática de governo societário relativa a remunerações está de acordo com o modelo adoptado pelo Grupo EDP, segundo o qual os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração directamente das empresas em que ocupam esses cargos, mas através da EDP.

Nos termos deste contrato, a EDP Renováveis deve pagar um montante de 1.295 milhares de euros (componentes fixa e variável) relativo a serviços de gestão prestados pela EDP em 2012 (2011: 380 milhares de Euros, remuneração fixa).

Adicionalmente, a remuneração dos membros da Comissão Executiva, que também são administradores e que recebem a sua remuneração como colaboradores da EDPR, excluindo o CEO, foi, em 2012, de 1.231 milhares de Euros (2011: 1.857 milhares de Euros).

O plano de benefícios de reforma para os membros da Comissão Executiva, excluindo o CEO, varia entre 3% a 6% do seu salário anual.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 não existem empréstimos concedidos nem adiantamentos aos administradores da sociedade nem aos principais directores.

Em 2012 e 2011, a empresa não tem qualquer obrigação relativa a pensões ou seguros de vida com os seus anteriores ou actuais administradores.

#### Saldos e transacções com partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

Milhares de Euros	Activos	Passivos	Valor Líquido
EDP Energias de Portugal, S.A.	7.027	14.500	-7.473
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	225.309	218.464	6.845
Empresas do Grupo Hidrocantábrico (sector eléctrico)	49.875	1.568	48.307
Empresas associadas	256.353	-	256.353
Outras empresas do Grupo EDP	107.306	2.972.445	-2.865.139
	645.870	3.206.977	-2.561.107

Os passivos respeitam essencialmente a empréstimos contraídos pela EDP Renováveis junto da EDP Finance BV no montante de 2.956.758 milhares de Euros.

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

Milhares de Euros	Activos	Passivos	Valor Líquido
EDP Energias de Portugal, S.A.	10.025	5.574	4.451
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	247.999	108.110	139.889
Empresas do Grupo Hidrocantábrico (sector eléctrico)	46.370	1.746	44.624
Empresas associadas	224.114	2.169	221.945
Outras empresas do Grupo EDP	47.892	2.996.070	-2.948.178
	576.400	3.113.669	-2.537.269

Os passivos respeitam essencialmente a empréstimos contraídos pela EDP Renováveis junto da EDP Finance BV no montante de 2.986.433 milhares de Euros.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

Milhares de Euros	<b>Proveitos operacionais</b>	<b>Proveitos financeiros</b>	<b>Custos operacionais</b>	<b>Custos financeiros</b>
EDP Energias de Portugal, S.A.	10.595	1.479	-3.310	-16.268
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	-	2.878	-12.196	-6.489
Empresas do Grupo Hidrocentrítrico (sector eléctrico)	403.965	-	-4.470	-890
Empresas associadas	912	10.999	-	-1
Outras empresas do Grupo EDP	149.877	19.458	-5.826	-186.361
	<b>565.349</b>	<b>34.814</b>	<b>-25.802</b>	<b>-210.009</b>

Os proveitos operacionais incluem essencialmente as vendas de electricidade ao comercializador de último recurso em Portugal, nos termos da legislação em vigor, e vendas de electricidade ao Grupo HC, que desempenha o papel de agente comercial do Grupo EDPR.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

Milhares de Euros	<b>Proveitos operacionais</b>	<b>Proveitos financeiros</b>	<b>Custos operacionais</b>	<b>Custos financeiros</b>
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	4.861	-11.285	-3.197
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	-	15.633	-8.368	-2.174
Empresas do Grupo Hidrocentrítrico (sector eléctrico)	358.814	-	-4.994	-700
Empresas associadas	1.533	6.820	-	-69
Outras empresas do Grupo EDP	137.903	5.961	-6.992	-152.362
	<b>498.250</b>	<b>33.275</b>	<b>-31.639</b>	<b>-158.502</b>

Com o objectivo de cobrir o risco cambial da EDP Renováveis e da EDP Sucursal, o Grupo EDP contratou um "swap" de taxa de juro e moeda (CIRS) em dólares americanos e em Euros, entre a EDP Renováveis e a EDP Sucursal. Em cada período de reporte, o CIRS é reavaliado ao seu valor justo valor, o que corresponde a uma reavaliação à data da moeda estrangeira, resultando numa cobertura perfeita (reavaliação do investimento na EDPR NA e do financiamento externo em USD). O montante a pagar pela EDP Renováveis à EDP Sucursal a 31 de Dezembro de 2012 relacionado com este CIRS é de 169.862 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 208.460 milhares de Euros a pagar) (ver notas 34 e 36).

O Grupo EDP Renováveis, no âmbito da sua actividade operacional, tem de apresentar garantias a favor de determinados fornecedores em articulação com contratos de energias renováveis. Normalmente, estas garantias são concedidas pela EDP, S.A., através da EDP Sucursal. Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a EDP, S.A. e a Hidrocentrítrico concederam garantias financeiras (45.467 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2011: 57.272 milhares de Euros) e operacionais (375.772 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2011: 393.130 milhares de Euros) aos seus fornecedores a favor da EDPR EU e da EDPR NA. As garantias operacionais são concedidas na sequência dos compromissos assumidos pela EDPR EU e EDPR NA e respeitam na sua maioria à aquisição de activos fixos tangíveis, contratos de fornecimento, turbinas e contratos de energia (contratos de compra de energia) (ver nota 37).

A EDP Renováveis no âmbito da sua actividade realiza transacções comerciais com partes relacionadas em condições normais de mercado.

### 39. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, na cotação de mercado. Caso esta não exista, o justo valor é determinado através de modelos internos, os quais se baseiam em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por entidades externas.

Os instrumentos "non-standard" podem necessitar de técnicas alternativas, as quais consideram as suas características e as práticas geralmente aceites pelo mercado, aplicáveis a esses instrumentos. Estes modelos são desenvolvidos considerando as variáveis de mercado que afectam o instrumento subjacente, nomeadamente curvas de rendimento, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

Os dados de mercado são obtidos através de fornecedores de dados financeiros geralmente aceites (Bloomberg e Reuters).

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a tabela seguinte apresenta as curvas das taxas de juro das principais moedas às quais o Grupo está exposto. Estas taxas de juro foram utilizadas como base para o cálculo do justo valor através dos modelos internos referidos anteriormente:

	31 Dez 2012			31 Dez 2011		
	Moedas			Moedas		
	EUR	USD	BRL	EUR	USD	BRL
3 meses	0,19%	0,31%	7,06%	1,36%	0,58%	10,41%
6 meses	0,32%	0,51%	7,09%	1,62%	0,81%	10,15%
9 meses	0,43%	0,69%	7,08%	1,79%	0,97%	10,04%
1 ano	0,54%	0,84%	7,14%	1,95%	1,13%	10,04%
2 anos	0,38%	0,39%	7,71%	1,31%	0,73%	10,48%
3 anos	0,44%	0,48%	8,19%	1,36%	0,82%	10,75%
5 anos	0,77%	0,83%	8,64%	1,72%	1,23%	10,98%
7 anos	1,12%	1,27%	9,00%	2,07%	1,64%	11,05%
10 anos	1,57%	1,81%	9,33%	2,38%	2,03%	11,22%

Os instrumentos de capital não cotados, para os quais não existe uma estimativa fiável e consistente do justo valor através de modelos internos ou externos são reconhecidos ao custo histórico.

#### **Instrumentos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor através dos resultados**

Os instrumentos financeiros cotados são reconhecidos ao justo valor com base em cotações mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não está disponível nenhuma estimativa fiável do justo valor, são registados na demonstração da posição financeira, ao custo de aquisição (nota 19).

#### **Caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores**

Estes instrumentos financeiros incluem essencialmente activos e passivos financeiros de curto prazo. Dada a sua natureza de curto prazo, à data da demonstração da posição financeira o valor contabilístico não difere significativamente do justo valor.

#### **Dívida financeira**

O justo valor da dívida financeira é calculado através de modelos internos baseados em técnicas geralmente aceites de fluxos de caixa descontados. À data da demonstração da posição financeira, o valor dos empréstimos de taxa variável corresponde aproximadamente ao seu justo valor. No caso de empréstimos de taxa fixa, maioritariamente os empréstimos concedidos por empresas do Grupo EDP, o seu justo valor é calculado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados geralmente aceites pelo mercado.

#### **Instrumentos financeiros derivados**

Todos os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor. Para os instrumentos financeiros derivados cotados em mercados organizados é utilizado o preço de mercado. Para os instrumentos financeiros derivados "over-the-counter" (OTC), o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções geralmente aceites pelo mercado, ou pela cotação do vendedor.

#### **"Swap" de taxa de juro e moeda (CIRS) com a EDP Sucursal (nota 36)**

Com o objectivo de cobrir o risco de câmbio resultante do investimento na EDPR NA, o Grupo efectuou um CIRS em USD e Euros com a EDP Sucursal. Este derivado é apresentado na Demonstração da posição financeira ao justo valor, o qual é estimado descontando os fluxos de caixa estimados em USD e Euros. As taxas de desconto e as taxas de juro "forward" foram baseadas na curva das taxas de juro acima mencionadas e as taxas de câmbio USD/EUR são as divulgadas na nota 28. Ver adicionalmente as notas 13 e 24.

O justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dezembro 2012			31 Dezembro 2011		
	Valor contab.	Justo valor	Diferença	Valor contab.	Justo valor	Diferença
<b>Activos financeiros</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	9.407	9.407	-	9.618	9.618	-
Clientes	180.259	180.259	-	146.105	146.105	-
Devedores e outros activos de actividades comerciais	159.318	159.318	-	144.240	144.240	-
Outros devedores e outros activos	622.394	622.394	-	546.490	546.490	-
Instrumentos financeiros derivados	12.468	12.468	-	18.080	18.080	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	389	389	-	211	211	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	245.837	245.837	-	219.922	219.922	-
	<u>1.230.072</u>	<u>1.230.072</u>	<u>-</u>	<u>1.084.666</u>	<u>1.084.666</u>	<u>-</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Dívida financeira	3.874.320	3.685.632	-188.688	3.826.122	3.398.053	-428.069
Fornecedores	657.881	657.881	-	665.252	665.252	-
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	1.679.753	1.679.753	-	1.783.861	1.783.861	-
Credores e outros passivos de actividades comerciais	99.469	99.469	-	107.362	107.362	-
Outros credores e outros passivos	171.303	171.303	-	142.672	142.672	-
Instrumentos financeiros derivados	245.397	245.397	-	235.697	235.697	-
	<u>6.728.123</u>	<u>6.539.435</u>	<u>-188.688</u>	<u>6.760.966</u>	<u>6.332.897</u>	<u>-428.069</u>

A EDP Renováveis enquadrou a forma como é obtido o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor. Os níveis apresentados são os seguintes:

- Nível 1 - Justo valor calculado com base na cotação (não ajustada) disponível em mercados activos para os activos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Justo valor calculado com base em "inputs" de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o activo ou passivo, quer directamente (como sejam preços) ou indirectamente (como sejam derivados de preços);
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos calculado com base em "inputs" que não são baseados em informação observável em mercado.

Milhares de Euros	31 Dezembro 2012			31 Dezembro 2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Activos financeiros</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	9.407	-	-	9.618
Instrumentos financeiros derivados	-	12.468	-	-	18.080	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	389	-	-	211	-
	<u>-</u>	<u>12.857</u>	<u>9.407</u>	<u>-</u>	<u>18.291</u>	<u>9.618</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Passivos decorrentes de opções de interesses não controláveis	-	-	7.785	-	-	4.112
Instrumentos financeiros derivados	-	245.397	-	-	235.697	-
	<u>-</u>	<u>245.397</u>	<u>7.785</u>	<u>-</u>	<u>235.697</u>	<u>4.112</u>

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os movimentos verificados nos activos e passivos financeiros dentro do Nível 3 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Activos financeiros disponíveis para venda		Credores e outros passivos	
	31 Dez 2012	31 Dez 2011	31 Dez 2012	31 Dez 2011
<b>Saldo no início do exercício</b>	9.618	18.380	4.112	271.338
Ganhos/ (Perdas) em outros rendimentos integrais	-211	2.070	-	-
Aquisições	-	-	3.572	3.356
Variações de justo valor/ Pagamentos	-	-	101	-270.582
Alienações	-	-10.832	-	-
Transferências de / (para) Nível 3	-	-	-	-
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>9.407</b>	<b>9.618</b>	<b>7.785</b>	<b>4.112</b>

Os credores e outros passivos de nível 3 estão relacionados com Passivos decorrentes de opções sobre interesses não controláveis.

#### 40. EVENTOS RELEVANTES E SUBSEQUENTES

##### EDPR acorda com CTG primeiro investimento em participações minoritárias em parques eólicos

A 20 de Dezembro de 2012, a EDP Renováveis, S.A. ("EDPR"), sociedade detida em 77,5% pela EDP, chegou a um acordo com a China Three Gorges International (Hong Kong) Company Limited ("CTGI HK"), uma subsidiária controlada integralmente pela China Three Gorges ("CTG"), para a venda de uma participação accionista representativa de 49% do capital social da EDP Renováveis Portugal, S.A. ("EDPR PT") e de 25% dos suprimentos realizados a esta sociedade, por um preço global de 359 milhões de Euros.

A transacção está sujeita à prévia obtenção de autorizações regulatórias das entidades competentes, sendo esperada a sua conclusão durante o primeiro semestre de 2013.

O perímetro da transacção abrange 615 MW de parques eólicos em operação em Portugal, com uma vida média de 6 anos, assim como 29 MW em desenvolvimento, que beneficiam de uma remuneração em regime de "feed-in-tariff", definida pelo Decreto-Lei n.º 33-A/2005, artigo 4. Esta transacção corresponde a uma venda a interesses não controláveis, sem perda de controlo, em 2013 de acordo com a política contabilística 2 b).

Esta transacção insere-se no âmbito da parceria estratégica EDP/CTG acordada em Dezembro de 2011 e que se iniciou em Maio de 2012.

##### Governo Espanhol publica Real Decreto-Lei com alterações regulatórias para o sector eléctrico

A 2 de Fevereiro de 2013, o Governo espanhol publicou no Boletim Oficial do Estado o Real Decreto-Lei 2/2013 ("RDL 2/2013") que inclui um conjunto de alterações regulatórias aplicáveis ao sector eléctrico, afectando os activos de energia eólica.

As principais alterações regulatórias que o RDL 2/2013 apresenta face ao Real Decreto 661/2007 com impacto na EDP Renováveis, S.A. ("EDPR"), e com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013, são as seguintes:

- O valor do incentivo no regime de mercado + prémio foi fixado em 0,00€/kWh;
- As instalações de produção de electricidade englobadas no regime especial, que estejam actualmente a ser remuneradas de acordo com a opção de mercado + prémio, podiam escolher, até 15 de Fevereiro de 2013, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013, se queriam ou não continuar a operar no regime mercado + prémio (isto é, vender a sua electricidade ao preço de mercado). Se não tiver sido tomada nenhuma decisão até essa data, todas as instalações de produção de electricidade englobadas no regime especial seriam automaticamente incluídas no regime de tarifa regulada. Adicionalmente, o Real Decreto 2/2013 estabelece que um operador que opte por vender energia no regime mercado + prémio não pode futuramente optar pelo regime de tarifa regulada.
- O índice utilizado para a actualização anual de todas as actividades reguladas do sector eléctrico será a inflação anual excluindo produtos energéticos e alimentares, e qualquer impacto de alterações de impostos.

O Governo Espanhol não introduziu quaisquer alterações em relação ao objectivo das energias renováveis para 2020 em Espanha.

À data do fecho das contas de 2012, o Conselho de Administração da EDPR encontra-se a avaliar o impacto das alterações regulatórias mencionadas anteriormente nos fluxos de caixa do portfólio espanhol. Neste contexto, é razoável esperar que essas alterações unilaterais introduzidas pelo governo espanhol através do RD-L 2/2013 tenham um impacto significativo a partir de 2013 por via da redução dos fluxos de caixa dos projectos e reduzindo a rentabilidade dos activos espanhóis. Como resultado, a EDPR continuará a fomentar o diálogo de forma a negociar uma solução mas mantendo em aberto outras vias. Uma análise de sensibilidade preliminar aos testes de imparidade não resultaria em impactos significativos nas contas consolidadas da EDPR.

## Reavaliação de activos em Espanha

Em 27 de Dezembro, o Governo Espanhol publicou a Lei 16/2012 que inclui diversas medidas tributárias direccionadas à consolidação das finanças públicas e ao incentivo da actividade económica e que incorpora alterações relevantes no Imposto sobre o Rendimento, nomeadamente a opção, para os sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento, de realizar uma reavaliação dos seus activos. A Gestão encontra-se actualmente a analisar a possibilidade e os potenciais impactos da reavaliação dos seus activos em 2013.

## 41. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo, podem ser analisadas como segue:

### Annual Improvement Project

Em Maio de 2012, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontravam em vigor. As alterações são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua aplicação antecipada permitida.

- Alteração à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. A alteração clarifica a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e informação comparativa mínima exigida, sempre que se efectue reexpressões retrospectivas, reclassificações ou alterações às políticas contabilísticas. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do exercício anterior.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis. A alteração efectuada a esta norma esclarece que se os equipamentos de serviço cumprem com a definição de activo fixo tangível não devem ser classificados em inventários.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. A alteração clarifica que os impostos relacionados com a distribuição de dividendos e detentores de capital seguem o tratamento preconizado na IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar. As alterações efectuadas alinham as exigências de divulgação para o total dos activos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares, permitindo que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efectuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

### Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo

#### IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Dezembro de 2011, alterações à IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Com esta alteração, as divulgações dos instrumentos financeiros passam a incluir informações que permitirão avaliar o efeito ou o potencial efeito dos acordos de compensação, incluindo os direitos de compensação reconhecidos como activos financeiros e passivos financeiros na Demonstração da Posição Financeira.

A adopção desta norma apenas terá impacto ao nível das divulgações nas notas às demonstrações financeiras do Grupo.

#### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Novembro de 2009 a IFRS 9 — Instrumentos Financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2015, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, que foi alterada em Outubro de 2010, não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta estes activos financeiros e dos fluxos de caixa contratados a cada activo financeiro;

- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida e que uma entidade detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor; e

- os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital no seu reconhecimento inicial e registar as variações de justo valor subsequentes e as mais ou menos-valias realizadas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas reconhecidos em reservas não podem ser reclassificados para resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam reconhecidos desta forma. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício em que são recebidos.

- não há excepção que permita valorizar ao custo os investimentos em partes de capital não cotados e os derivados relacionados. No entanto, existe orientação sobre as circunstâncias excepcionais em que o custo de um instrumento desse tipo poderá ser uma aproximação adequada ao seu justo valor;

- as alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de opção de justo valor ("fair value option") serão reconhecidas em Rendimento integral do exercício. As restantes variações de justo valor associados a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados no Rendimento integral do exercício nunca poderão ser transferidos para resultados.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011 a IFRS 10 — Demonstrações Financeiras Consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados, substituindo a IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e a SIC 12 - Consolidação de SPE. Esta norma estabelece um modelo único a ser aplicado na avaliação da existência de controlo sobre subsidiárias, em que um investidor detém controlo sobre uma subsidiária quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na subsidiária e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao poder sobre a mesma. Foi introduzido o conceito de "de facto control".

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011 a IFRS 11 — Empreendimentos Conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma substitui a IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e introduz um conjunto de alterações na contabilização dos investimentos conjuntamente controlados, sendo o principal aspecto a eliminação da opção de consolidação de empreendimentos conjuntos pelo método de consolidação proporcional, os quais passam a ser obrigatoriamente registados pelo método de equivalência patrimonial.

Nos termos desta norma, a estrutura de um empreendimento conjunto deixa de ser o principal factor na determinação do modelo de contabilização. A classificação de um empreendimento conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011 a IFRS 12 — Divulgações de participações em outras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma requer que seja divulgada informação que permita avaliar a natureza e os riscos associados nas participações em outras entidades e os efeitos dessas participações nas demonstrações financeiras. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- nas participações em subsidiárias, deve ser divulgado: (i) a composição do grupo; (ii) interesses não controláveis; (iii) restrições sobre a capacidade de aceder ou utilizar os activos e liquidar os passivos da subsidiária; (iv) a natureza e as alterações nos riscos associados às participações; e (v) alterações na participação detida que pode ou não resultar numa perda de controle durante o exercício;

- nas participações em empreendimentos conjuntos e associadas deve ser divulgada: (i) a natureza extensão e efeitos financeiros das participações em empreendimentos conjuntos e associadas, incluindo a natureza e os efeitos da sua relação contratual com os outros investidores; e (ii) a natureza e as alterações nos riscos associados nas participações em empreendimentos conjuntos e associadas;

- nas participações em empresas não consolidadas deve ser divulgada: (i) a natureza, extensão e efeitos financeiros das participações; e (ii) a natureza e as alterações nos riscos associados nas participações em participações não consolidadas.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011 a IFRS 13 — Mensuração ao justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação a divulgar. Os principais aspectos considerados são os seguintes: (i) princípios do justo valor; (ii) técnicas de valorização apropriadas e hierarquia de justo valor e (iii) requisitos adicionais de informação a divulgar.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

#### **IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Junho de 2011, alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras: Rendimento integral, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2012, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração consiste no seguinte:

- mantém a opção de apresentar os resultados e o rendimento integral numa única demonstração financeira, ou em demonstrações financeiras separadas mas consecutivas;
- os montantes apresentados na demonstração do rendimento integral e o seu respectivo efeito fiscal devem ser agrupados entre aqueles
- os impostos da demonstração do rendimento integral devem ser alocados na mesma base.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Joint Ventures**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 (Alterada) — Investimentos em Associadas e Joint Ventures, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma veio alterar a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelo investidor dos investimentos em associadas e em "joint ventures" definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para "joint ventures".

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta alteração.

#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Dezembro de 2011, alterações à IAS 32 — Instrumentos Financeiros: Apresentação, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração clarifica as condições requeridas para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na posição financeira de uma entidade, como segue: (i) uma entidade tem o direito legal de efectuar a compensação dos montantes reconhecidos; e (ii) uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta alteração.

#### 42. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal do Grupo.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pela IAS 16.

Durante o exercício, o Grupo reconheceu despesas em resultados do exercício referentes a custos com o plano de gestão ambiental e que se detalham como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Investimento na área do ambiente	3.174	1.910
	3.174	1.910

Conforme referido na política contabilística 2 o), o Grupo regista provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual para descomissionar e desmantelar esses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, o Grupo registou provisões para activos fixos tangíveis relacionados com a produção de energia eólica para fazer face às responsabilidades de repor os terrenos para o seu estado original, no montante de 63.336 milhares de Euros com referência a 31 de Dezembro de 2012 (57.694 milhares de Euros em 31 Dezembro de 2011) (ver nota 31).

#### 43. RELATO FINANCEIRO POR SEGMENTOS

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis e têm quatro segmentos reportáveis que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo em Portugal, Espanha, resto da Europa e EUA. As unidades de negócio estratégicas têm actividade em zonas geográficas distintas, e são geridas de forma independente dado as suas diferentes características na sua maioria como consequência das diferentes regulamentações em cada zona. Para cada uma das unidades de negócio estratégicas, o CEO do Grupo analisa relatórios de gestão interna numa base trimestral.

Outras operações incluem as empresas do subgrupo EDPR BR, os investimentos financeiros e restantes actividades (centrais de biomassa e mini-hídricas), que não estão incluídas nos segmentos reportáveis. Nenhum destes segmentos preenche os limites quantitativos para a determinação de segmentos reportáveis em 2012 ou 2011.

As políticas contabilísticas dos segmentos reportáveis são as mesmas descritas na nota 3. As informações respeitantes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas no Anexo 2. O desempenho é mensurado com base nos lucros do segmento, conforme incluídos nos relatórios de gestão interna, que são revistos pelo CEO do Grupo. Os lucros de cada segmento reportável, são usados para medir o desempenho uma vez que a administração considera que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados de determinados segmentos face a outras entidades que operam neste sector. A política de preços inter-segmento é determinada nas condições normais concorrenciais de mercado.

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis em diversos locais e a sua actividade é gerida com base nos seguintes segmentos de negócios:

- Portugal - Inclui essencialmente empresas do grupo EDPR Portugal;
- Espanha - Inclui empresas do grupo EDPR EU com actividade em Espanha;
- Resto da Europa - Inclui empresas do grupo EDPR EU com actividade na Bélgica, França, Itália, Holanda, Polónia, Roménia e Reino Unido;
- Estados Unidos da América inclui as empresas pertencentes ao grupo EDPR NA com actividade no país;
- Outros - Inclui as empresas pertencentes ao grupo EDPR BR, EDPR Canadá, os investimentos financeiros e as restantes actividades (centrais de biomassa e mini-hídricas) não incluídas nos segmentos de negócio.

O segmento Ajustamentos diz respeito a ajustamentos de consolidação dos investimentos financeiros nas subsidiárias do Grupo EDPR e outros ajustamentos de consolidação e intra-segmento.

#### Definição de segmento

Os valores reportados em cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transacções intra-segmentos.

A demonstração da posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio é determinada com base nos montantes registados directamente nas subsidiárias que compõem o segmento, incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

A demonstração dos resultados para cada segmento de negócio é determinada tendo por base os montantes contabilizados directamente nas demonstrações financeiras das subsidiárias e respectivas unidades de negócio, corrigida da anulação das transacções intra-segmentos.

#### 44. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E OUTROS

A KPMG auditou as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP Renováveis em 2012 e 2011. Esta empresa e outras entidades e pessoas relacionadas, de acordo com a Lei 19/1988 de 12 de Julho, facturaram honorários e despesas por serviços profissionais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, de acordo como o seguinte detalhe (montante em milhares de euros):

	31 Dezembro 2012					
	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	177	634	68	791	411	2.081
Outros serviços de auditoria	40	54	-	31	12	137
	<b>217</b>	<b>688</b>	<b>68</b>	<b>822</b>	<b>423</b>	<b>2.218</b>
Serviços de Consultoria fiscal	-	164	-	32	-	196
Outros serviços	10	30	-	-	40	80
	<b>10</b>	<b>194</b>	<b>-</b>	<b>32</b>	<b>40</b>	<b>276</b>
<b>Total</b>	<b>227</b>	<b>882</b>	<b>68</b>	<b>854</b>	<b>463</b>	<b>2.494</b>

	31 Dezembro 2011					
	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	166	639	83	688	308	1.884
Outros serviços de auditoria	180	61	-	31	13	285
	<b>346</b>	<b>700</b>	<b>83</b>	<b>719</b>	<b>321</b>	<b>2.169</b>
Serviços de Consultoria fiscal	-	-	-	24	9	33
Outros serviços	9	-	-	-	-	9
	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>42</b>
<b>Total</b>	<b>355</b>	<b>700</b>	<b>83</b>	<b>743</b>	<b>330</b>	<b>2.211</b>

#### 45. Nota de tradução

Estas demonstrações financeiras constituem uma tradução livre da versão original emitida em Inglês em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia (UE). Em caso de eventuais discrepâncias, a versão original em Inglês prevalece sobre esta tradução.

## ANEXO 1

As empresas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, à data de 31 Dezembro 2012 e 2011, são as seguintes:

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
<b>Empresa-Matriz do Grupo e actividades conexas:</b>						
EDP Renováveis, S.A. (Empresa-Matriz do Grupo)	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renováveis Servicios Financieros, S.A.	Oviedo	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
<b>Geografia Europa</b>						
<b>Espanha:</b>						
EDP Renewables Europe, S.L. (Empresa-Matriz Europa)	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Acampo Arias, S.L.	Saragoça	KPMG	98,19%	98,19%	98,19%	98,19%
Aplicaciones Industriales de Energías Limpias, S.L.	Saragoça	Não auditada	61,50%	61,50%	61,50%	61,50%
Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.	Barcelona	Não auditada	48,70%	60,63%	48,70%	60,63%
Bon Vent de Corbera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de L'Ebre, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de Vilalba, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ceprastur, A.I.E.	Oviedo	Não auditada	56,76%	56,76%	56,76%	56,76%
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Saragoça	KPMG	75,83%	75,83%	75,83%	75,83%
Desarrollo Eólico Almarchal, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Buenavista, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Corme, S.A.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Lugo, S.A.U.	Lugo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Tarifa, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Dumbria, S.A.U.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Rabosera, S.A.	Huesca	KPMG	95,08%	95,08%	95,08%	95,08%
Desarrollo Eólico Santa Quiteria, S.L.	Huesca	KPMG	83,96%	100,00%	83,96%	100,00%
Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.	Saragoça	Não auditada	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
EDP Renováveis Cantábria, S.L.	Madrid	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Energías Eólicas La Manchuela, S.L.U.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eneroliva, S.A.	Sevilha	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Alfoz, S.L.	Madrid	KPMG	83,73%	83,73%	83,73%	83,73%
Eólica Arlanzón, S.A.	Madrid	KPMG	77,50%	77,50%	77,50%	77,50%
Eólica Campollano, S.A.	Madrid	KPMG	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Eólica Curiscao Pumar, S.A.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica de Radona, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Don Quijote, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Dulcinea, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Fontesilva, S.L.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Garcimuñoz, S.L.	Madrid	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Guadalteba, S.L.	Sevilha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Janda, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Navica, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Sierra de Avila, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renovables España, S.L. (antiga Generaciones Especiales I, S.L.)	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iberia Aprovechamientos Eólicos, S.A.U.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.	Madrid	Não auditada	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L.	León	KPMG	59,59%	59,59%	59,59%	59,59%
Molino de Caragüeyes, S.L.	Saragoça	KPMG	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Eólica Muxía, S.L.	Corunha	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
NEO Energia Aragón, S.L.	Madrid	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic Coll de la Garganta, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eòlic Molinars, S.L.	Girona	Não auditada	54,00%	90,00%	54,00%	90,00%
Parc Eòlic Serra Voltorera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	KPMG	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%
Parque Eólico Belchite, S.L.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico La Sotonera, S.L.	Saragoça	KPMG	64,84%	64,84%	64,84%	64,84%
Parque Eólico Los Cantales, S.L.U.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Parques Eólicos del Cantábrico, S.A.	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rasacal Cogeneración S.A.	Madrid	Não auditada	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Renovables Castilla La Mancha, S.A.	Albacete	KPMG	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Sierra de la Peña, S.A.	Madrid	KPMG	84,90%	84,90%	84,90%	84,90%
Sotromal, S.A.	Soria	Não auditada	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	Não auditada	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
<b>Portugal:</b>						
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables, SGPS, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Eólica da Alagoa, S.A.	Arcos de Valdevez	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Botifas	KPMG	50,10%	50,10%	50,10%	50,10%
Eólica de Montenegro, Lda	Aguiar	KPMG	50,10%	50,10%	50,10%	50,10%
Malhadizes - Energia Eólica, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>França:</b>						
EDP Renewables France, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Canet-Pont de Salars, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Gueltas Noyal-Pontivy, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. NEO Truc L'homme, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Patay, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Saint Barnabe, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Segur, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Callengeville, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Saugueuse, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne des Bocages, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne D'Étalondes, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Le Mee, S.A. R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Mardelle, S.A.R.L.	Toulouse	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Monts du Forez Energie, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Parc Eolien D'Ardenne	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de La Hetroye, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Mancheville, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Roman, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Varimpre, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Bocages, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Longs Champs, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Vatines, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien du Clos Bataille, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Petite Piece, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Plouvien Breiz, S.A.S.	Carhaix	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Quinze Mines, S.A.R.L.	Toulouse	Não auditada	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Sauvageons, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Vallée du Moulin, S.A.R.L.	Toulouse	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
<b>Polónia:</b>						
EDP Renewables Polska, SP. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Elektrownia Wiatrowa Kresy I, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Farma Wiatrowa Starozreby, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
J&Z Wind Farms SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	60,00%	60,00%	-	-
Karpacka Mala Energetyka, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Korsze Wind Farm SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Masovia Wind Farm I, SP. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MFV Gryf SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
MFV Neptun SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
MFV Pomorze SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Relax Wind Park I, SP. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	96,43%	96,43%	96,43%	96,43%
Relax Wind Park II, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park III, SP. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park IV, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Roménia:</b>						
EDP Renewables Romania, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Cernavoda Power, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Cujmir Solar, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
EDPR-RO-PV, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Foton Delta, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Foton Epsilon, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Pestera Wind Farm, S.A.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
VS Wind Farm, S.A. (antiga Pochidia Wind Farm, S.A.)	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Potelu Solar, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
S.C. Ialomita Power, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Sibioara Wind Farm, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	85,00%	85,00%	-	-
Studina Solar, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Vanju Mare Solar, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
<b>Reino Unido:</b>						
EDPR UK Limited	Cardiff	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MacColl Offshore Windfarm Limited	Cardiff	Não auditada	66,64%	100,00%	66,64%	100,00%
Moray Offshore Renewables Limited	Cardiff	KPMG	66,64%	66,64%	66,64%	66,64%
Stevenson Offshore Windfarm Limited	Cardiff	Não auditada	66,64%	100,00%	66,64%	100,00%
Telford Offshore Windfarm Limited	Cardiff	Não auditada	66,64%	100,00%	66,64%	100,00%
<b>Itália:</b>						
EDP Renewables Italia, S.R.L.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Castellaneta Wind, S.R.L.	Milão	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Laterza Wind, S.R.L.	Milão	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Monts de la Madeleine Energie, S.A.S.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Pietragalla Eolico, S.R.L.	Milão	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Re Plus - S.R.L.	Milão	Não auditada	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Repano Wind S.R.L.	Milão	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Villa Castelli Wind, S.R.L.	Milão	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Bélgica:</b>						
EDP Renewables Belgium	Bruxelas	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Greenwind, S.A.	Louvain-la-Neuve	KPMG	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
<b>Holanda:</b>						
Tarcan, BV	Amesterdão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
<b>Geografia América do Norte</b>						
<b>EUA:</b>						
EDP Renewables North America, L.L.C. (Empresa-Matriz EUA)	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
17th Star Wind Farm, L.L.C.	Ohio	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento I, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento II, L.L.C.	Texas	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2008 Vento III, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento IV, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento V, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento VI, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VIII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2011 Vento IX, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2011 Vento X, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2012 Vento XI, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Alabama Ledge Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Antelope Ridge Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arkwright Summit Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arlington Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Aroostook Wind Energy, L.L.C.	Maine	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ashford Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project II, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
AZ Solar, L.L.C.	Arizona	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Holdings, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm IV, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm V, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Wind Power VII, L.L.C.	Oklahoma	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower II, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower III, L.L.C.	Oklahoma	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower IV, L.L.C.	Oklahoma	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower V, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower VI, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Buffalo Bluff Wind Farm, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chateaugay River Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Clinton County Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cloud County Wind Farm, L.L.C.	Kansas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cloud West Wind Project, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Coos Curry Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cropsey Ridge Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Crossing Trails Wind, Power Project, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dairy Hills Wind Farm, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Diamond Power Partners, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
East Klickitat Wind Power Project, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eastern Nebraska Wind Farm, L.L.C.	Nebraska	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures X, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
EDPR Wind Ventures XI, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Five-Spot, L.L.C.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ford Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Franklin Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Gulf Coast Windpower Management Company, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Headwaters Wind Farm, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Hidalgo Wind Farm, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
High Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Minnesota	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
High Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Chocolate Bayou I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Midwest IX, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest I, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest IV, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest VII, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest X, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest XI, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Panhandle I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest I, L.L.C.	Novo México	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest II, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest III, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest IV, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Valley I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind MREC Iowa Partners, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IB, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IC, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures II, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures III, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IX, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VI, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VII, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VIII, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind, Freeport Windpower I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wyoming Transmission, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jericho Rise Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Juniper Wind Power Partners, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lost Lakes Wind Farm, L.L.C.	Iowa	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Machias Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Madison Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marble River, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Martinsdale Wind Farm, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm II, L.L.C.	Indiana	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm IV, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm V, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Windfarm III, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mesquite Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
New Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
North Slope Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Number Nine Wind Farm, L.L.C.	Maine	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Old Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
OPQ Property, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pacific Southwest Wind Farm, L.L.C.	Arizona	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm II, L.L.C.	Ohio	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Paulding Wind Farm III, L.L.C.	Ohio	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm IV, L.L.C.	Ohio	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm, L.L.C.	Ohio	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Peterson Power Partners, L.L.C.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Interconnection, L.L.C.	Iowa	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm I, L.L.C.	Iowa	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Iowa	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Post Oak Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Quilt Block Wind Farm, L.L.C.	Wisconsin	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rail Splitter, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rio Blanco Wind Farm, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rising Tree Wind Farm, L.L.C.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rush County Wind Farm, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saddleback Wind Power Project, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sagebrush Power Partners, L.L.C.	Washington	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sardinia Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Signal Hill Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm II, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm III, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm IV, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm V, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stinson Mills Wind Farm, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stone Wind Power, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Telocaset Wind Power Partners, L.L.C.	Oregon	KPMG	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
The Nook Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tug Hill Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tumbleweed Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Turtle Creek Wind Farm, L.L.C.	Iowa	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Verde Wind Power, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Waverly Wind Farm, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Western Trail Wind Project I, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wheatfield Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whiskey Ridge Power Partners, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whistling Wind WI Energy Center, L.L.C.	Wisconsin	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whitestone Wind Purchasing, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wilson Creek Power Partners, L.L.C.	Nevada	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wind Turbine Prometheus, L.P.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
WTP Management Company, L.L.C.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Canadá:</b>						
EDP Renewables Canada, Ltd	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0867242 BC, Ltd.	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
EDP Renewables Canada GP, Ltd.	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
EDP Renewables Canada LP, Ltd.	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Eolia Renewable Energy Canada, Ltd.	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
SBWFI GP, Inc.	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
South Branch Wind Farm, Inc.	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
South Dundas Wind Farm LP	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
<b>Geografia América do Sul</b>						
<b>Brasil:</b>						
EDP Renováveis Brasil, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	55,00%	55,00%	55,00%
Central Eólica Aventura, S.A.	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	-	-
Central Eólica Baixa do Feijão I, S.A.	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	-	-
Central Eólica Baixa do Feijão II, S.A.	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	-	-
Central Eólica Baixa do Feijão III, S.A.	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	-	-
Central Eólica Baixa do Feijão IV, S.A.	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	-	-
Central Nacional de Energia Eólica, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Elebrás Projectos, Ltda	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%

As Empresas Conjuntamente Controladas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2012, são as seguintes:

Empresa	Capital Social	Sede	Auditor	% Detida	% Direitos de Voto
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	6.701.165 €	Sara	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	15.025 €	Las Palmas	Não auditada	49,90%	49,90%
Evolución 2000, S.L.	117.994 €	Albacete	KPMG	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, L.L.C.	\$522.818.885	Nova Iorque	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	\$207.447.187	Nova Iorque	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	4.720.400 €	Cuenca	Abante	50,00%	50,00%

Empresa	Activo		Passivo		Total	Total	Total	Resultado
	Não Corrente Euro'000	Corrente Euro'000	Não Corrente Euro'000	Corrente Euro'000	Capital Próprio Euro'000	Proveitos Euro'000	Custos Euro'000	Líquido Euro'000
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	43.999	9.885	11.605	6.815	35.464	17.995	-10.119	7.876
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	-	4	-	9	-5	-	-	-
Evolución 2000, S.L.	22.304	3.230	17.489	1.934	6.111	5.568	-3.570	1.998
Flat Rock Windpower, L.L.C.	147.901	2.304	1.308	130	148.767	11.170	-14.062	-2.892
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	59.348	568	504	34	59.378	2.388	-4.966	-2.578
Tebar Eólica, S.A.	12.872	6.349	11.141	2.498	5.582	4.398	-3.482	916

As Empresas Conjuntamente Controladas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2011, são as seguintes:

Empresa	Capital Social	Sede	Auditor	% Detida	% Direitos de Voto
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	6.701.165 €	Saragoça	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	15.025 €	Las Palmas	Não auditada	49,90%	49,90%
Evolución 2000, S.L.	117.994 €	Albacete	KPMG	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, L.L.C.	\$522.818.885	Nova Iorque	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	\$207.447.187	Nova Iorque	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	4.720.400 €	Cuenca	Abante	50,00%	50,00%

<b>Empresa</b>	<b>Activo Não Corrente Euro'000</b>	<b>Activo Corrente Euro'000</b>	<b>Passivo Não Corrente Euro'000</b>	<b>Passivo Corrente Euro'000</b>	<b>Total Capital Próprio Euro'000</b>	<b>Total Proveitos Euro'000</b>	<b>Total Custos Euro'000</b>	<b>Resultado Líquido Euro'000</b>
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	47.204	9.709	19.424	6.826	30.663	17.986	-10.214	7.772
Desarrollos Energeticos Canarias S.A.	-	4	-5	-	9	-	-	-
Evolución 2000, S.L.	23.319	5.025	18.850	2.134	7.360	5.255	-3.578	1.677
Flat Rock Windpower, L.L.C.	158.942	3.125	1.265	28	160.774	11.565	-13.815	-2.250
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	63.658	863	487	68	63.966	2.740	-4.609	-1.869
Tebar Eólica, S.A.	14.607	6.095	13.063	2.220	5.419	4.108	-3.276	832

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são as seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>Sede</b>	<b>Auditor</b>	<b>2012</b>		<b>2011</b>	
			<b>% Indirecta</b>	<b>% Direitos de Voto</b>	<b>% Indirecta</b>	<b>% Direitos de Voto</b>
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	Barcelona	Não auditada	18,97%	38,96%	18,97%	38,96%
Biomassas del Pirineo, S.A.	Huesca	Não auditada	30,00%	30,00%	30,00%	30,00%
Blue Canyon Wind Power I, L.L.C.	Oklahoma	Não auditada	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	Burgos	Não auditada	30,00%	30,00%	30,00%	30,00%
Desarrollos Eólicos de Canarias, S.A.	Gran Canaria	KPMG	44,75%	44,75%	44,75%	44,75%
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Lisboa	Mazars	35,96%	35,96%	35,96%	35,96%
Parque Eólico Belmonte, S.A.	Asturias	KPMG	29,90%	29,90%	29,90%	29,90%
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	Soria	Ernst & Young	42,00%	42,00%	42,00%	42,00%
SeaEnergy Renewables Inch Cape Limited	Edimburgo	Deloitte	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	Não auditada	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

**EDP Renováveis, S.A.**  
**Actividade do Grupo EDP por Segmentos de Negócio**  
**Informação por Segmentos de Negócio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012**

Milhares de Euros	Produção Eólica							E.U.A.	Outros e Ajustam.	Grupo EDP Renováveis
	EUROPA									
	Portugal	Espanha	Resto da Europa *	Outros	Ajustam.	Total				
Volume de negócios	149.333	434.424	182.986	24.066	-13.271	777.538	355.504	24.754	1.157.796	
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos EUA	-	-	-	-	-	-	127.350	-	127.350	
	149.333	434.424	182.986	24.066	-13.271	777.538	482.854	24.754	1.285.146	
Outros proveitos / (custos) operacionais										
Outros proveitos operacionais	815	6.255	35.586	1.573	2.311	46.540	19.796	-3.220	63.116	
Fornecimentos e Serviços Externos	-20.952	-75.477	-33.670	-19.121	24.124	-125.096	-116.456	-20.258	-261.810	
Custos com o pessoal e Custos com benefícios aos empregados	-3.016	-7.142	-2.933	-11.451	-	-24.542	-29.016	-9.101	-62.659	
Outros custos operacionais	-30.666	-98.494	-10.908	-30.535	26.503	-144.100	-39.516	-5.694	-86.212	
	118.667	335.930	172.078	-6.469	13.232	633.438	317.662	-13.519	937.581	
Provisões	3	-	-	-	-	3	-	-	3	
Amortizações e Depreciações	-27.082	-180.244	-48.782	-4.032	-	-260.140	-233.458	-9.111	-502.709	
Amortização de proveitos diferidos (subsídios governamentais)	779	115	225	-	-	1.119	14.112	-	15.231	
	92.367	155.801	123.521	-10.501	13.232	374.420	98.316	-22.630	450.106	
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	2.766	-	-	-	2.766	-	-	2.766	
Outros ganhos financeiros	-	563	16.742	163.436	-162.929	17.812	5.573	28.550	51.935	
Juros obtidos	11.000	7.161	2.020	174.635	-175.315	19.501	729	2.023	22.253	
Outros custos financeiros	-1.185	-2.064	-23.291	-527	763	-26.304	-78.354	-25.311	-129.969	
Juros suportados	-35.185	-119.372	-75.560	-253.155	175.234	-308.038	-793	86.996	-221.835	
Ganhos / (perdas) em associadas	4.094	3.270	-531	-	-	6.833	-	-	6.833	
Resultado antes de imposto	71.091	48.125	42.901	73.888	-149.015	86.990	25.471	69.628	182.089	
Imposto sobre lucros	-18.578	-11.581	-11.705	22.556	313	-18.995	-3.901	-23.143	-46.039	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>52.513</b>	<b>36.544</b>	<b>31.196</b>	<b>96.444</b>	<b>-148.702</b>	<b>67.995</b>	<b>21.570</b>	<b>46.485</b>	<b>136.050</b>	
<b>Atribuível a:</b>										
Accionistas da EDP Renováveis	50.470	33.825	29.901	96.447	-148.702	61.941	16.657	47.668	126.266	
Interesses não controláveis	2.043	2.719	1.295	-3	-	6.054	4.913	-1.183	9.784	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>52.513</b>	<b>36.544</b>	<b>31.196</b>	<b>96.444</b>	<b>-148.702</b>	<b>67.995</b>	<b>21.570</b>	<b>46.485</b>	<b>136.050</b>	
Activos										
Activos fixos tangíveis	507.691	2.941.560	1.733.352	160.612	-	5.343.215	4.991.866	201.826	10.536.907	
Activos intangíveis e Goodwill	42.109	473.201	92.355	1	93.973	701.639	610.286	14.920	1.326.845	
Investimentos financeiros em empresas associadas	-	8.567	12.136	2.638	22.291	45.632	1.840	1	47.473	
Activo corrente	291.941	353.678	227.139	1.544.840	-1.727.712	689.886	129.095	118.176	937.157	
Capitais Próprios e Passivos										
Capitais Próprios e Interesses não controláveis	113.873	1.247.542	249.839	218.993	-1.346.134	484.113	3.388.092	1.876.622	5.748.827	
Passivo corrente	291.338	836.298	941.953	563.144	-1.439.737	1.192.996	277.131	-333.560	1.136.567	
Outras informações:										
Aumentos do ano										
Activos fixos tangíveis	9.316	74.436	289.804	118.798	-	492.354	178.449	19.299	690.102	
Activos intangíveis e Goodwill	-	-	177	-	-	177	11	-	188	

\* O Resto da Europa inclui os seguintes países: Bélgica, França, Itália, Países Baixos, Polónia, Roménia e Reino Unido.

**EDP Renováveis, S.A.**  
**Actividade do Grupo EDP por Segmentos de Negócio**  
**Informação por Segmentos de Negócio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011**

Milhares de Euros	Produção Eólica							E.U.A.	Outros e Ajustam.	Grupo EDP Renováveis
	EUROPA									
	Portugal	Espanha	Resto da Europa *	Outros	Ajustam.	Total				
Volume de negócios	138.576	379.527	126.212	18.292	-27.744	634.863	302.890	19.464	957.217	
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos EUA						-	111.610	-	111.610	
	138.576	379.527	126.212	18.292	-27.744	634.863	414.500	19.464	1.068.827	
Outros proveitos / (custos) operacionais										
Outros proveitos operacionais	2.094	5.502	1.606	8.195	45.159	62.556	17.712	4.276	84.544	
Fornecimentos e Serviços Externos	-21.481	-66.595	-23.138	-14.543	19.103	-106.654	-101.262	-17.153	-225.069	
Custos com o pessoal e Custos com benefícios aos empregados	-2.988	-6.856	-3.948	-9.050	-	-22.842	-25.936	-12.054	-60.832	
Outros custos operacionais	-5.455	-16.459	-6.626	-1.238	1.130	-28.648	-34.839	-3.245	-66.732	
	-27.830	-84.408	-32.106	-16.636	65.392	-95.588	-144.325	-28.176	-268.089	
	110.746	295.119	94.106	1.656	37.648	539.275	270.175	-8.712	800.738	
Provisões	-	266	-	-	-	266	-	-	266	
Amortização do exercício	-28.643	-133.675	-49.084	-5.338	-35.488	-252.228	-209.653	-6.612	-468.493	
Amortização de proveitos diferidos (subsídios governamentais)	913	140	242	1	-	1.296	13.690	-	14.986	
	83.016	161.850	45.264	-3.681	2.160	288.609	74.212	-15.324	347.497	
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	10.499	-	-	-	10.499	-	-	10.499	
Outros proveitos financeiros	-	906	19.660	25.020	-23.842	21.744	8.299	756	30.799	
Juros obtidos	7.072	6.269	1.515	178.452	-179.101	14.207	539	16.010	30.756	
Outros custos financeiros	-280	-1.869	-33.548	-12.751	10.275	-38.173	-72.098	-9.091	-119.362	
Juros suportados	-35.050	-114.724	-63.808	-247.094	179.057	-281.619	1.283	94.013	-186.323	
Ganhos / (perdas) em associadas	2.167	1.746	-7	889	-	4.795	-	1	4.796	
Resultado antes de imposto	56.925	64.677	-30.924	-59.165	-11.451	20.062	12.235	86.365	118.662	
Imposto sobre lucros	-15.665	-16.277	2.759	30.805	2.365	3.987	-5.813	-26.212	-28.038	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>41.260</b>	<b>48.400</b>	<b>-28.165</b>	<b>-28.360</b>	<b>-9.086</b>	<b>24.049</b>	<b>6.422</b>	<b>60.153</b>	<b>90.624</b>	
<b>Atribuível a:</b>										
Accionistas da EDP Renováveis	39.733	44.995	-26.586	-28.329	-9.086	20.727	6.422	61.455	88.604	
Interesses não controláveis	1.527	3.405	-1.579	-31	-	3.322	-	-1.302	2.020	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>41.260</b>	<b>48.400</b>	<b>-28.165</b>	<b>-28.360</b>	<b>-9.086</b>	<b>24.049</b>	<b>6.422</b>	<b>60.153</b>	<b>90.624</b>	
Activos										
Activos fixos tangíveis	526.275	3.152.540	1.356.113	47.049	-	5.081.977	5.162.441	210.203	10.454.621	
Activos intangíveis e Goodwill	42.494	97.172	90.416	69	470.034	700.185	618.437	15.042	1.333.664	
Investimentos financeiros em empresas associadas	-	9.381	14.700	-	25.423	49.504	1.877	-	51.381	
Activo corrente	133.706	445.113	144.866	1.430.075	-1.496.724	657.036	137.865	95.651	890.552	
Capitais Próprios e Passivos										
Capitais Próprios e Interesses não controláveis	97.953	936.440	223.278	121.189	-935.817	443.043	3.332.379	1.678.303	5.453.725	
Passivo corrente	229.146	1.005.260	554.386	463.909	-1.371.231	881.470	396.278	-194.569	1.083.179	
Outras informações:										
Aumentos do ano										
Activos fixos tangíveis	10.119	168.898	155.079	28.771	-	362.867	407.894	59.949	830.710	
Activos intangíveis e Goodwill	-	-	5	-	-	5	-	4	9	

\* Resto da Europa inclui os seguintes países: Bélgica, França, Itália, Países Baixos, Polónia, Roménia e Reino Unido.